



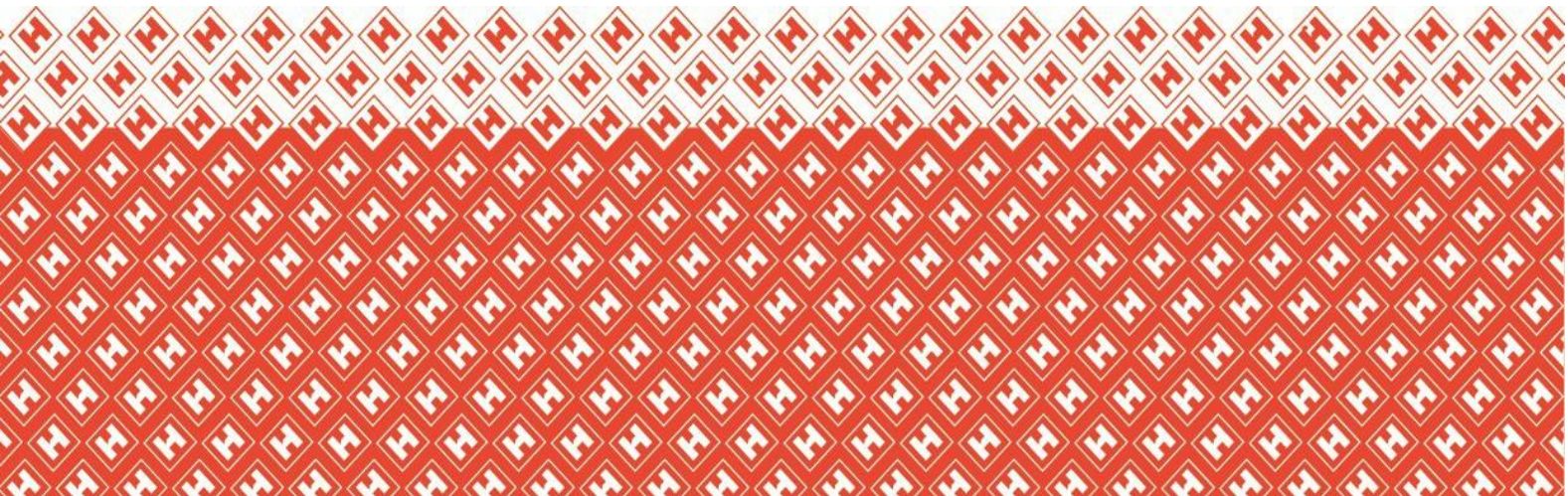
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CARLOS MAURÍCIO RODRIGUES DOS SANTOS

**História local e o bairro de São Bento
(Duque de Caxias/RJ): Circuito escolar,
identidade e memória no ProfHistória**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
2025**





CARLOS MAURÍCIO RODRIGUES DOS SANTOS

HISTÓRIA LOCAL E O BAIRRO DE SÃO BENTO (DUQUE DE CAXIAS/RJ): Circuito escolar, identidade e memória no ProfHistória.

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Bogéa Borges

RIO DE JANEIRO
2025

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

194 Santos, Carlos Maurício Rodrigues dos
História Local e o bairro de São Bento (Duque de Caxias
/RJ): Circuito Escolar , Identidade e Memória no
ProfHistória. / Carlos Maurício Rodrigues dos Santos. --
Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
118 f.

Orientadora: Vera Lúcia Bogéa Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2025.

1. Bairro São Bento (Duque de Caxias/RJ). 2. Circuito
Escolar / Aula Passeio. 3. Ensino de História. I. Borges,
Vera Lúcia Bogéa , orient. II. Título.

CARLOS MAURÍCIO RODRIGUES DOS SANTOS

**HISTÓRIA LOCAL E O BAIRRO DE SÃO BENTO (DUQUE DE
CAXIAS/RJ): Circuito**
escolar, identidade e memória no ProfHistória

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Aprovado em: ____/____/2025.

Profa. Dra. Vera Lúcia Bogéa Borges (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO.

Profa. Dra. Jane Santos da Silva
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO.

Profa. Dra. Valéria Lima Guimarães
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

AGRADECIMENTOS

De forma especial agradeço aos meus pais Jorge Fagundes dos Santos e Georgina Rodrigues dos Santos que sempre estiveram ao meu lado, incentivando, apoiando e me dando o exemplo de como eu deveria me tornar uma pessoa com gratidão e insistir em minhas intenções e sonhos , por eles também realizei este trabalho . Agradeço a minhas tias, Hilda, Euridice, Ezilda pela lição de vida que deixaram, pelas palavras de incentivo e presença. A minha querida avó Isaura, de quem sou saudoso.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Vera Lúcia Bogéa Borges por me ajudar, amparar e incentivar a percorrer esta jornada que é o mestrado, pois há sempre algum revés em uma trajetória, e sem um braço forte, experiente e atencioso muitas vezes interrompemos a caminhada. Sou grato por suas orientações e acompanhamento neste percurso.

Agradeço ao corpo docente do ProfHistória, meus professores, por formar pesquisadores qualificados e conscientes para o exercício das nossas tarefas nas salas de aula do nosso país.

Agradeço a Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes pela parceria, incentivo e por acreditar neste trabalho. Por fim agradeço aos meus colegas de trabalho e alunos pelo incentivo e para quem dedico este Trabalho.

RESUMO

SANTOS, Carlos Maurício Rodrigues dos. **História Local e o Bairro de São Bento (Duque de Caxias/RJ): Circuito escolar, identidade e memória no ProfHistória.** 2025. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - PROFHISTORIA, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2025.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a implementação de uma aula-passeio por meio de um circuito escolar histórico-cultural no bairro São Bento, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. A iniciativa visa estimular o conhecimento e a valorização da história local a partir da experiência prática desenvolvida na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes. Considerando que o patrimônio arquitetônico, histórico, cultural e arqueológico do bairro é pouco conhecido e visitado pela população, o projeto busca criar mecanismos para que esse legado seja mais bem aproveitado por estudantes, professores e pela sociedade em geral. Para o desenvolvimento do circuito, foram realizadas pesquisas bibliográficas, de campo no bairro e na cidade, além de entrevistas no Museu Vivo do São Bento e no Instituto Histórico de Duque de Caxias. O bairro, que foi a primeira ocupação no vale do rio Iguaçu por beneditinos franceses em 1555, no contexto da França Antártica de Villegaignon, abriga importantes locais de memória caxiense. Entre eles, destacam-se a Fazenda dos Beneditinos (Patrimônio Histórico Nacional), a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, o Museu Vivo do São Bento e os sambaquis pré-históricos. O estudo busca responder à seguinte questão: De que maneira a História Local do bairro de São Bento contribui para a identidade histórico-cultural de Duque de Caxias? A pesquisa desafia a visão predominante que inicia a história do município com a chegada dos portugueses, demonstrando que a trajetória de Duque de Caxias é muito mais antiga e complexa, enraizada na presença de povos originários e dos povos do Sambaqui, os primeiros habitantes da região. Com isso, pretende-se compreender a importância da história local para a construção da identidade e da memória no âmbito do PROFHISTÓRIA. Essa experiência pode contribuir para a ressignificação da localidade, valorizando o patrimônio e resgatando o passado pré-histórico, dos povos conchíferos (os Sambaquis) e dos Tupinambás. O projeto de pesquisa resultou na elaboração de um mapa de circuito escolar e de um folder, que servem como auxiliares do produto didático. O produto final consiste na própria aula-passeio para alunos do ensino fundamental, conduzida por um professor de História da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, que integra a rede pública de ensino de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Circuito escolar. Aula passeio. História Local. Bairro de São Bento (Duque de Caxias/RJ). Ensino de História.

ABSTRACT

SANTOS, Carlos Maurício Rodrigues dos. **Local History and the São Bento Neighborhood (Duque de Caxias/RJ): School Circuit, Identity, and Memory in ProfHistória**. 2025. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em ensino de História) - PROFHISTORIA, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2025.

This work aims to present the implementation of a field trip through a historical-cultural school circuit in the São Bento neighborhood, located in Duque de Caxias, Rio de Janeiro. The initiative seeks to stimulate knowledge and appreciation for local history, based on a practical experience at the Nísia Vilela Fernandes Municipal School. Considering that the architectural, historical, cultural, and archaeological heritage of the neighborhood is still little recognized and visited by its inhabitants, it becomes necessary to create mechanisms for this legacy to be well utilized by students, teachers, and society in general. To develop this school circuit, bibliographic and field research were conducted in the neighborhood and the city, in addition to interviews at the São Bento Living Museum and the Historical Institute of Duque de Caxias. The neighborhood was the first occupation in the Iguaçú River valley by French Benedictines in 1555, within the context of Villegaignon's "France Antarctique". The area holds significant local memory sites, including the Benedictine Farm (a National Historical Heritage site), the Chapel of Our Lady of the Rosary for Black Men, the São Bento Living Museum, and the prehistoric sambaquis (shell mounds). The study raises the question: In what way does the local history of the São Bento neighborhood contribute to the historical-cultural identity of Duque de Caxias? This research challenges the predominant view that starts the city's history with the arrival of the Portuguese. It demonstrates that the history of Duque de Caxias is much older and more complex, rooted in the presence of indigenous peoples and the Sambaqui people, the region's first inhabitants. The research seeks to understand the importance of local history for building identity and memory within the PROFHISTÓRIA program. This experience can contribute to the re-signification of the area, valuing its historical and cultural heritage and highlighting its prehistoric past, including the shell-mound people (sambaquis) and the later occupation by the Tupinambás. The project resulted in the creation of a school circuit map and a brochure, which serve as a didactic product. This product is a field trip for elementary school students from the Nísia Vilela Fernandes Municipal School, conducted by a history teacher who works in the city's public school system.

Keywords: School Circuit. Field Trip. Local History. São Bento Neighborhood (Duque de Caxias/RJ).
History Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa francês mostrando a localização da França Antártica na Baía de Guanabara. Denominada Carta Factícia, atribuída a Jean de Lery, sem data. Original: Biblioteca de Paris. Roteiro Cartográfico da baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro século XVI e XVII.	34
Figura 2 - Entrada do Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento.	51
Figura 3 - Túmulo pré-histórico do Sambaqui de São Bento.	52
Figura 4 - Vestígios arqueológicos de diversos períodos provenientes da escavação e construção do arco metropolitano.	53
Figura 5 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos homens de cor e fazenda dos beneditinos no bairro São Bento em Duque de Caxias - RJ. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.	54
.	54
Figura 6 - Palmeiras Buriti ou Merití	56
Figura 7 - Fruto do Buriti	56
Figura 8 - Aldeias Tupinambás do século XVI ao redor de parte da baía da Guanabara em Duque de Caxias/RJ	57
Figura 9 - Mapa de relevo Geomorfológico de Duque de Caxias/RJ	62
Figura 10 - A pedreira do 1º distrito. Imagem que mostra a antiga pedreira com o lago formado, atualmente embaixo da Universidade Unigranrio em Duque de Caxias	63
Figura 11 - Rochas do 1º distrito. Mapa que apresenta solo e rochas no primeiro distrito de Duque de Caxias	64
Figura 12 - Análise das rochas do 1º distrito. descrição das rochas que o compõe	64
Figura 13 - Estacionamento abaixo do prédio da Unigranrio. Imagem da parte que restou da pedreira abaixo da Universidade Unigranrio em Duque de Caxias, rocha de cor preta (GRANITO – gnaisse).	65
Figura 14 - O prédio da UNIGRANRIO sobre a antiga pedreira de granito preto.	65
Figura 15 - A UNIGRANRIO vista na parte de trás. parte de trás da UNIGRANRIO, ainda se vê parte da antiga pedreira granítica, o que restou.	66
Figura 16 - A UNIGRANRIO vista na parte de trás. parte de trás da UNIGRANRIO, ainda se vê parte da antiga pedreira granítica, o que restou.	66
Figura 17 - A pedreira sob o bairro 25 de Agosto. Abaixo desta rua a ascensão da Pedreira rumo ao cume no Bairro 25 de Agosto em Duque de Caxias	66
Figura 18 - Tipos de Granito preto, site Casa&Festa casaefesta.com	67

- Figura 19 - Aterro do antigo brejo, atual centro de Duque de Caxias/RJ. Esta foto de 1920 comprova ser a maior parte do centro de Duque de Caxias um alagadiço da várzea do rio Meriti, insalubre a ocupação humana 68
- Figura 20 - Cume da pedra no Morro onde fica a caixa de distribuição de água da CEDAE para o bairro 25 de Agosto e redondezas. Um umbigo da terra, Ponto culminante do centro de D. de Caxias, será esta a pedra preta da aldeia Tupinambá de Itanã? 69
- Figura 21 - Caixa de Distribuição de água da CEDAE. Parte lateral do cume da pedra granítica 69
- Figura 22 - O caboclo pedra preta. Uma das entidades que se manifestavam com Joãozinho da Goméa 72
- Figura 23 - Joãozinho da Goméia durante cerimônia do Candomblé. Dia de Joãozinho da Goméa se torna Lei e terreiro é tombado em Duque de Caxias RJ 73
- Figura 24 - Capa de LP gravado por Joãozinho da Goméa em 1950. 74
- Figura 25 - Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, ocupa o prédio da antiga Escola Municipal Nísia Villela Fernandes 74
- Figura 26 - Esquema em desenho do Núcleo Colonial de São Bento em Duque de Caxias/RJ 76
- Figura 27 - Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes 88
- Figura 28 - Sambaqui do São Bento. Túmulo sambaqui pré-histórico com dois corpos 97
- Figura 29 - Entrada do sambaqui do São Bento. Placa e escada de acesso ao sambaqui do São Bento - SME. 98

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Circuito Escolar, Identidade e Memória em São Bento (Duque de Caxias/RJ)	11
2 CAPÍTULO 1: HISTÓRIA LOCAL: DUQUE DE CAXIAS: ORIGENS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: ALGUMAS CONEXÕES DO SÉCULO XVI À ATUALIDADE	15
2.1 Caminhos antigos e os povos originários na Baixada Fluminense	16
2.2 Portugueses, franceses e suas investidas na América: ocupação e disputas na Capitania de São Vicente nas sesmarias dos rios Meriti e Iguaçu	33
3 CAPÍTULO 2	48
3.1 O bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: O patrimônio histórico-cultural e a história local	48
3.1.1 O patrimônio histórico-cultural do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ	49
1.2 Aula passeio e circuito escolar na tessitura do ProfHistória	78
3 CAPÍTULO 3	87
3.1 O produto didático – Aula passeio para pensar um circuito histórico escolar do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: vivências na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes (EMNVF)	87
3.1.1 A aula passeio e o circuito histórico-cultural escolar concebidos como produto didático.	87
3.1.2 Etapas da aula passeio	91
3.2 O folder do circuito histórico-cultural e o mapa	95
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A - A feira Científico cultural	109

1 INTRODUÇÃO

1.1 Circuito Escolar, Identidade e Memória em São Bento (Duque de Caxias/RJ)

A presente dissertação, intitulada “História Local e o Bairro de São Bento (Duque de Caxias/RJ): Circuito escolar, identidade e memória no ProfHistória”, propõe-se a explorar as inestimáveis potencialidades da História Local no contexto do ensino de História. Ao tomar como estudo de caso o bairro de São Bento, situado em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, esta pesquisa busca não apenas aprofundar o conhecimento sobre um espaço geográfico específico, mas também demonstrar a sua relevância enquanto campo fértil para a práxis pedagógica. Inserida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UNIRIO), esta investigação almeja, sobretudo, contribuir para o aprimoramento das práticas didáticas, fomentando uma formação de consciência histórica mais crítica, engajada e reflexiva nos estudantes, que os capacite a compreender o mundo a partir de suas próprias realidades.

Este trabalho é um estudo que visa mostrar a História de Duque de Caxias para além da presença portuguesa, anterior à colonização e posterior a esta. Desafiamos a visão predominante que inicia a história do município com a chegada dos portugueses e dos monges beneditinos em São Bento. Demonstrando que a história de Duque de Caxias é muito mais antiga e complexa, enraizada na presença de **povos originários e dos povos do Sambaqui**, os primeiros habitantes da região. Essa perspectiva dialoga diretamente com as pesquisas de Marlucia Santos de Souza, que, em sua obra “*Escavando O passado da cidade de Duque de Caxias*” (2002), se aprofundou na história específica do município, outro autor importante é André Tenreiro (2009) que trata também da ocupação pré-colonial deste território. A pesquisa também estabelece elementos em comum com os outros municípios da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti, no que se refere à história e à cultura, evitando o apagamento da memória e valorizando a diversidade de narrativas que compõem o presente do município.

O objeto principal desta dissertação é o desenvolvimento e a implementação de um **Circuito Escolar** no bairro de São Bento, Duque de Caxias/RJ. Este Circuito é concebido como uma ferramenta pedagógica inovadora e profundamente ancorada na realidade local, com o propósito de transcender a mera transmissão de conteúdos históricos para uma experiência imersiva e participativa. Trata-se de uma rota de aprendizagem cuidadosamente planejada, que conecta e articula diferentes pontos de interesse histórico, cultural e social do bairro. Ao percorrê-lo, os alunos são convidados a vivenciar a história em seu próprio espaço geográfico, promovendo-se um diálogo contínuo e dinâmico entre o passado e o presente. O objetivo primordial é estimular a construção ativa de uma identidade local, permitindo

que

os estudantes se reconheçam como parte integrante de uma narrativa histórica viva e em constante (re)construção, a partir do microcosmo de seu próprio território. Este trabalho, feito no bairro de São Bento, pode se desdobrar e ser adaptado para outros bairros de Duque de Caxias, como o bairro Pilar, onde também há sambaquis. A história do município está repleta de espaços que agora exploramos com a inserção do povo do Sambaqui e, posteriormente, seu passado Tupinambá, e vai além da presença dos beneditinos, incluindo dezenas de aldeias tupinambás e quilombos como o da Hidra, na região do rio Iguaçú. A abordagem de Marluvia Santos Souza em *“Olhares: Breve História da Ocupação Humana em Duque de Caxias”* (2007), fornece um panorama essencial para contextualizar o surgimento de bairros como São Bento e para traçar a trajetória da população que ali se estabeleceu, reforçando a importância de ir além das narrativas tradicionais.

Num primeiro momento, digo que ao percorrer quase diariamente essa região rumo ao meu trabalho nas escolas do estado e do município como professor de História, atravesso os rios Meriti, Sarapuí e Iguaçú, o que sempre me levava a questionar sobre o papel dos mesmos referentes ao período anterior à colonização portuguesa, pois não conhecia fontes que elucidassem essa dúvida. O segundo momento foi descobrir que meus alunos, moradores de Duque de Caxias, seus pais e a comunidade, também desconheciam as origens e a História do local em que vivem, no que se refere ao povo do Sambaqui e aos povos originários do município. Quando fui aprovado para o mestrado profissional no ProfHistória, optei por ir em busca da elucidação desta questão, o que fez resultar no presente trabalho. Uma tentativa de resgate e de valorização, evitando o apagamento da memória do atual município de Duque de Caxias. Duque de Caxias e a Baixada Fluminense, no que se refere à sua História e Cultura, é muito mais que a presença dos monges beneditinos e sua fazenda no bairro de São Bento, vai para além da visão predominante da colonização portuguesa. Este trabalho procura dar visibilidade para a História dos povos originários e povos do Sambaquis, primeiros habitantes de Duque de Caxias e da região.

Os Capítulos 1 e 2 dedicam-se a estabelecer as bases conceituais, epistemológicas e metodológicas que sustentam a abordagem da **História Local** na pesquisa e no ensino. As fontes históricas majoritariamente utilizadas nesta seção são de natureza bibliográfica, abrangendo um vasto espectro de estudos clássicos e contemporâneos. Incluem-se obras fundamentais sobre a História Local enquanto campo historiográfico, pesquisas de campo como metodologia de coleta e análise de fontes, debates sobre a memória coletiva e individual, teorias do patrimônio cultural e reflexões sobre a didática das histórias implementadas com alunos e professores.

Neste capítulo 1, expandimos o conceito de História Local para incluir a história de Duque de Caxias antes da colonização portuguesa. A pesquisa apresenta novos conceitos sobre os **povos do Sambaqui**, tendo como base o Sambaqui de São Bento. Essa abordagem encontra forte respaldo em

obras como “**O Brasil Antes dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País**” (2006) e “**Arqueologia Brasileira: Os Sambaquis Marítimos**” (1991), ambas de **André Prous**, obras de arqueologia, que fornecem um conhecimento aprofundado da pré-história do Brasil e, por extensão, da região de Duque de Caxias. Também Madu Gaspar, GASPARGAS, Madu. “**Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro**.” (2000), assevera que existe um número muito maior de sambaquis, que ultrapassa a casa do milhar’.

Abordamos também as aldeias tupinambás, destacando a descoberta de Itanã no primeiro distrito de Duque de Caxias, que em nossa interpretação, um centro cerimonial tupinambá na Baixada Fluminense. Nos mesmos moldes do centro cerimonial tupinambá em Itajuru (bocas de pedra) em Cabo Frio, pedras sagradas de granito preto, semelhante a Itanã / Itaúna (pedra preta), em Duque de Caxias. Tema tratado no capítulo 2.

A pesquisa contextualiza a presença tupinambá com a aliança que estes formaram com os franceses de Villegaignon contra os portugueses. Este fato, fundamentado também pela obra “**O Rio antes do Rio: A Guanabara Tupinambá**” (2015) de **Rafael de Freitas da Silva**, uma das obras básicas desta dissertação, demonstra que a França Antártica se estendia por toda a Baía de Guanabara, incluindo Duque de Caxias e a Baixada Fluminense. Assim, a História do município é muito mais do que a presença portuguesa, ligando o bairro de São Bento e a cidade a uma história mais ampla, que precede a colonização.

Mostramos elementos em comum com os outros municípios da Baixada Fluminense, no que se refere à história e à cultura, para além da visão predominante da colonização portuguesa, dando visibilidade para a história dos povos originários e povos do Sambaqui, primeiros habitantes da região. Evitamos, dessa forma, o apagamento da memória do atual município de Duque de Caxias e contribuímos para a formação da identidade dos alunos.

Os principais conceitos trabalhados e aprofundados incluem **História Local** (em suas diversas acepções), a **aula passeio** e a **sala de aula virtual** como abordagem metodológica, **memória coletiva e individual**, **identidade** (local e social), **patrimônio cultural** (material e imaterial) e **didática da história** como inserção no currículo através de oficinas e da criação da feira científico-cultural na E. M. Nísia Vilela Fernandes, explorando como esses conceitos se articulam para fundamentar uma prática educativa significativa.

O Capítulo 2 concentra-se na investigação empírica e no aprofundado levantamento de informações sobre a história, a cultura e as dinâmicas sociais do bairro de São Bento. Este capítulo busca reconstruir a trajetória do bairro, dando voz aos seus protagonistas e às suas narrativas. As fontes históricas utilizadas neste capítulo são notavelmente diversificadas, refletindo a pluralidade de vestígios

do passado que compõem a memória do bairro. Incluem-se documentos de arquivo, vasta iconografia, relatos orais de moradores e pesquisa em jornais e periódicos locais. A metodologia predominante é a **pesquisa bibliográfica e documental** (análise de documentos escritos e visuais), a **pesquisa de campo** com a realização de entrevistas (abordagem qualitativa) e a **análise iconográfica**, buscando cruzar as diferentes fontes para uma compreensão mais completa. Há no Bairro São Bento em Duque de Caxias marcas compreendidas como bens da nossa História, marcas da humanidade. De acordo com Figueira, “elas (marcas) representam as expressões da produção humana e são denominados bens culturais, constituem o patrimônio cultural da comunidade, do povo, da nação. Os bens culturais constituem marcas que podem ser convertidas em fonte e objeto do conhecimento histórico.” (FIGUEIRA, 2012, p. 90).

Os principais conceitos trabalhados neste capítulo são memória social (como construção coletiva), **identidade comunitária** (a partir das experiências compartilhadas), **processos de urbanização, Patrimônio Histórico e cultural** e o **papel das instituições locais** (escolas, igrejas, associações) na construção e manutenção do tecido social e cultural de São Bento. Este capítulo visa, assim, uma reconstrução histórica multifacetada do bairro, priorizando as narrativas e as experiências de seus moradores, e indo além da narrativa tradicionalmente centrada na figura dos monges beneditinos.

O Capítulo 3, intitulado “O Circuito Escolar como Estratégia Pedagógica para o Ensino de História Local em São Bento”, apresenta a proposta central da dissertação: o Circuito Escolar. Este capítulo detalha a concepção, o planejamento e os potenciais impactos pedagógicos dessa ferramenta didática inovadora. As fontes históricas utilizadas neste capítulo são de natureza aplicada, incluindo o próprio material didático desenvolvido para o Circuito (como roteiros detalhados para os professores e alunos, folders informativos, propostas de atividades e exercícios pedagógicos), registros das atividades realizadas e as reflexões e depoimentos dos professores e alunos envolvidos.

A metodologia empregada é a pesquisa-ação, que envolve a concepção e implementação de uma intervenção prática, e o design pedagógico, com foco na elaboração de um produto didático concreto e aplicável. Os principais conceitos trabalhados são circuito escolar (como modelo de aprendizagem experiencial), aula passeio (como estratégia didática), produto didático (a materialização da proposta), interdisciplinaridade (como o Circuito pode dialogar com outras áreas do conhecimento), engajamento estudantil (a partir da participação ativa) e a apropriação do espaço (como o aluno passa a ver seu entorno como fonte histórica e objeto de estudo).

A “aula-passeio” é o coração do nosso produto didático. Para a criação do circuito, a metodologia é inspirada em Célestin Freinet (1977), que criou a “aula-passeio”. Utilizamos também a metodologia da “sala de aula invertida”, criada por Bergmann e Sams (2020), em oficinas preparatórias para a aula-

passeio. Após a aula-passeio, foram realizadas outras oficinas para a preparação de uma exposição na feira científico-cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes. Este trabalho, com as oficinas e o resultado da feira, pode ser visto em anexo. Enfim, promovemos a utilização de metodologias ativas no currículo da escola, que podem e devem ser trabalhadas na educação básica e fundamental, pois falam muito da história e cultura local de Duque de Caxias, dando visibilidade a povos originários e evitando o apagamento de sua memória.

Este capítulo, portanto, não apenas detalha a construção do Circuito Escolar como uma ferramenta didática inovadora, mas também argumenta sobre sua aplicabilidade e relevância intrínseca para o ensino de História Local, conectando a teoria à prática e se desdobrando em outros bairros do município.

Em síntese, o Capítulo 1 lança as bases teóricas e conceituais indispensáveis para a compreensão da História Local como um campo de estudo e como uma poderosa ferramenta pedagógica, com uma visão ampliada da história de Duque de Caxias. Ele delinea os fundamentos que justificam a relevância de se abordar a história a partir do microespaço, preparando o terreno para a análise empírica e a proposta didática.

O Capítulo 2 mergulha de forma aprofundada na rica tapeçaria histórica e cultural de Duque de Caxias, desvendando as múltiplas camadas que compõem sua identidade local, revelando as singularidades, os desafios e as transformações que marcaram sua trajetória ao longo do tempo.

Por fim, o Capítulo 3 culmina na apresentação e detalhamento do Circuito Escolar, a principal contribuição prática desta dissertação. Este capítulo demonstra como essa estratégia didática inovadora, apoiada por metodologias ativas, pode transformar o ensino de História Local, tornando-o uma experiência mais dinâmica, interativa e significativamente relevante para os alunos.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA LOCAL: DUQUE DE CAXIAS: ORIGENS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: ALGUMAS CONEXÕES DO SÉCULO XVI À ATUALIDADE

Neste primeiro capítulo da dissertação pretende-se apresentar algumas conexões históricas da cidade de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro buscando articulações com a história local. A

história local estuda uma região específica que pode ter uma delimitação geográfica ou ser estabelecida pelo próprio historiador a partir da construção do seu objeto de pesquisa. Neste sentido, a história local valoriza a importância da coletividade, da comunidade, busca pessoas comuns, trabalhadores, seus lugares de fala, procura onde moram, suas construções históricas, seus lugares de memória. O capítulo 1 propõe como ponto de partida para a reflexão as conexões históricas sobre Duque de Caxias para se pensar estratégia do ensino de História numa escola municipal dali. Assim, despertar o sentimento de pertencimento, de afetividade pelo lugar, se não há necessariamente esta condição na maioria das vezes e, portanto, não se cria um afeto pelo lugar. Pretendemos assim, levar a reconhecer para conhecer e a partir daí valorizar e preservar a cultura material e imaterial de Duque de Caxias.

1.1 Caminhos antigos e os povos originários na Baixada Fluminense

Ao observar a História local do bairro São Bento em Duque de Caxias, notamos diversas singularidades, uma delas é a existência de vestígios arqueológicos como o sambaqui do São Bento. Cabe relatar que em qualquer território só existe se uma população conseguir consolidar seu domínio sobre um espaço geográfico e essa situação sempre é o resultado de um processo histórico marcado por conflitos com aqueles que antes detinham o controle de tal espaço. Daí a importância da trajetória humana das populações que ocupavam a parte do “Recôncavo Guanabara” conhecida por Duque de Caxias, desde a época dos “sambaquieiros” e Tupinambás até o momento presente. Assim:

“região onde nasceu a cidade de Duque de Caxias tem raízes longínquas. Entre oito e dois mil anos atrás, estas terras eram ocupadas pelos povos das conchas. Com as modificações do meio ambiente e a proliferação de moluscos, esses humanos se especializaram na coleta desses invertebrados, tornando-se sedentários. Eles foram denominados de Sambaquieiros, uma vez que deixaram como vestígios de sua existência um acúmulo de restos de sua alimentação à base de conchas e moluscos” (TENREIRO,2009,p.21).

As terras ao redor da baía da Guanabara recebem os resíduos trazidos pelos diversos rios vindos das serras que desaguam na baía. É uma área plana em meio às várias montanhas onde esses rios formam pântanos e manguezais. Os manguezais são típicos ecossistemas de transição entre o ambiente terrestre e o marinho, expostos à variação do nível da água, sendo cobertos pela água salgada durante a maré alta. Os mangues são verdadeiros berçários para a vida marinha, é o local onde ocorre a reprodução dos peixes, na baía da Guanabara, de acordo com Tenreiro:

Os manguezais existem desde a sua formação, o que possibilitou seu uso e ocupação por populações indígenas e por coletores catadores de conchas e ostras, com as quais se alimentavam e acumulavam o resto desses materiais na base de morros, onde enterravam seus mortos com todos os pertences. Esses verdadeiros depósitos de conchas são chamados Sambaquis. Um desses sambaquis datado de entre 5.000 e 6000 anos é o sambaqui do bairro São Bento em Duque de Caxias (TENREIRO, 2009. 47).

Os manguezais das bacias dos rios Estrela, Sarapuí, Meriti e Iguaçu, que compreendem fragmentos na área do município de Duque de Caxias, constituem-se em um dos mais produtivos ecossistemas da região, cria numerosos nichos para diferentes espécies de peixes, aves, crustáceos, moluscos, que passam toda ou, pelo menos, parte de suas vidas utilizando os diversos habitats para reprodução, alimentação e desenvolvimento.

Os sambaquis são importantes pois são praticamente a única fonte de informações sobre a cultura do povo sambaquieiro, mostrando qual a sua origem, como foi a sua evolução cultural e como era a relação deles com o ambiente. Através deles pode-se descobrir a vida dos primeiros povoadores do atual território brasileiro, como era sua alimentação, seus conhecimentos técnicos, a fauna e a flora da época. Nos montes de areia, terra e conchas, são encontrados restos alimentares, ferramentas, armas, adornos e os sepultamentos dos que ali viviam. A partir da coleta desses materiais, revelou-se que os grupos que construíram os sambaquis tinham uma dieta farta em peixes, ou seja, que eram pescadores coletores. De acordo com Madu Gaspar:

O estudo do ambiente encontrado no entorno fornece informações sobre estratégias de sobrevivência que nem sempre ficam registradas nos sambaquis. Os sambaquieiros não contavam com sofisticados meios de armazenamento de alimentos ou de circulação de mercadoria. Para garantir o abastecimento do grupo, estabeleciam seus assentamentos em locais estratégicos onde pudessem obter alimentos todos os dias e durante o ano inteiro. Os locais prediletos de implantação de sítios são áreas de interseção ambiental. Próximos de enseada, canal, rio, laguna, manguezal e floresta, dos sambaquis era possível alcançar rapidamente diferentes ambientes. Se o mar estivesse bravo ou se o peixe faltasse, o alimento poderia ser conseguido nas lagunas ou no mangue. As matas garantiam uma eventual caça e uma série de frutos e sementes. A ocupação de pontos estratégicos permitia o acesso a diferentes ambientes e, assim, o estabelecimento de uma população sedentária. (GASPAR, 1999,p.42).

Os sambaquis teriam um propósito pois são produto da deposição planejada e de longo prazo de conchas, restos de peixes, plantas, artefatos, restos de combustão e sedimentos locais, foram utilizados como marcadores territoriais, moradias e ou locais de cerimoniais. Seixos de formato quadrangular eram também escolhidos para a fabricação de lâminas de machado e, se necessários afinados através de lascamento, o gume sendo finamente polido. Madu Gaspar assevera que considerando que existe um número muito maior de sambaquis, que ultrapassa a casa do milhar, do que de oficinas de polimento, que não chega a três dezenas, ela afirma que a produção de machados de lâminas polidas restringia-se a determinadas áreas. Outro aspecto refere-se a habilidade dos Sambaquieiros produzirem esculturas de pedra e osso conhecidas como zoólitos (zoo = animal, lito = pedra); são objetos que impressionam pela beleza e pelo equilíbrio de formas.

A formação dos Sambaquis ou ostreiras, seriam resultados da acumulação de mariscos coletados pelos povos indígenas pré-históricos do Brasil, a palavra Sambaqui vem do Tupi-Guarani: “Tambá” significa conchas e “qui”, monte. São os vestígios deixados pelos grupos de coletores e pescadores assentados no litoral brasileiro. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30m de altura e filiam-se a várias fases, ainda que constituam uma única tradição. Também recebem outros nomes como sernambi, casqueiro, concheiro, ostreiro (Souza 1997). Os sambaquis possuem vestígios da alimentação destes grupos, mostra uma convivência entre vivos e mortos muito grande, os mortos eram sepultados no mesmo espaço cotidiano do território deste grupo e os sambaquieiros deixaram a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro (Gaspar 1999: p.160). Nesses sambaquis encontram-se também machados, pedaços de cerâmica das panelas quebradas e ossos de animais e humanos, entre outros, (Gaspar 1999: p.160). Os homens dos sambaquis, do mesmo modo que outros povos caçadores coletores, viveram em comunhão com seu ambiente e possuíam uma percepção aguda (e vital) dos recursos naturais em uma interação dinâmica com seu meio.

A cultura sambaquieira não é um fenômeno isolado e em todo o mundo há testemunhos semelhantes que foram deixados por diferentes povos desde um passado distante, como na Dinamarca, o norte da Europa, ilhas do Egeu e Antilhas. Os primeiros vestígios arqueológicos no Brasil, de acordo com André Prous (2006), se devem a P. Lund¹ que encontrou em 1843 ossadas humanas misturadas com as de animais desaparecidos nas cavernas de Lagoa Santa em Minas Gerais. Ele também descreveu para o público europeu, instrumentos de pedra polida encontrados pelos habitantes locais e afirmou que os amontoados de conchas encontrados no litoral brasileiro (os sambaquis), eram obra dos primeiros habitantes do lugar.

O estudo dos sambaquis apresenta aspectos muito mais amplos do que meramente possa parecer. Envolve aspectos climáticos, ambientais como sua localização, nível do mar e datação. No fator datação os diversos autores divergem bastante. Prous esclarece que o Brasil suporta três ambientes principais com características arqueológicas contrastantes: a planície litorânea, os planaltos e os vales dos rios Uruguai e Paraná. Ele afirma que há cerca de 7000 anos atrás, o oceano que, a partir de 15000 anos atrás, invadia progressivamente as terras emersas, se aproximou do seu nível atual e começou a delinear as praias que conhecemos hoje. Dessa forma, os sítios deixados pelos grupos que exploraram a faixa costeira antes dessa data estão submersos e ainda permanecem fora do alcance dos arqueólogos.

1 Peter Wilhelm Lund foi um dos naturalistas dinamarqueses mais notáveis do século XIX, e é considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil. Peter Wilhelm Lund foi um dos naturalistas dinamarqueses mais notáveis do século XIX, e é considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil.

Os sítios mais visíveis na paisagem litorânea são os conhecidos sambaquis, que ocupam o litoral do Rio de Janeiro até Torres, no Rio Grande do Sul. Prous acrescenta que os sítios mais antigos que conhecemos são construções edificadas com valvas de moluscos, chamadas sambaquis que aparecem entre 7.000 e

5.000 anos atrás. Seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em baías como as de Guanabara, Iguape, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas e manguezais) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes. Aproveitando a grande capacidade do ambiente aquático de fornecer proteínas em grandes quantidades o ano todo, logo devem ter segundo (Prous, 2006) edificado estabelecimentos estáveis e formado populações bastante densas nos locais adequados, contando algumas centenas ou até poucos milhares de pessoas. Uma de suas atividades, provavelmente confiada às mulheres e crianças, consistia em coletar moluscos e crustáceos, enquanto os homens pescavam e caçavam animais aquáticos e poucos mamíferos terrestres. As valvas marinhas mais abundantes eram a ostra, o mexilhão e o berbigão, acumulando-as em plataformas sobre as quais instalavam suas residências e sepultavam seus mortos.

Há muitas controvérsias a respeito do estudo e do reconhecimento dos sambaquis no Brasil e no mundo. A principal polêmica levantada inicialmente a respeito dos sambaquis no Brasil foi a de que eles teriam sido realmente construídos pelo homem (seriam artificiais) ou produto da natureza (ideia defendida pela geologia). O Frei Gaspar de Madre de Deus, em seu livro *Memórias para a História da capitania de São Vicente (1797)*, descreveu o processo de formação dos sambaquis ou ostreiras como sendo resultado da acumulação de mariscos coletados pelos indígenas, servindo para cemitérios e nos quais “acham-se machados, pedaços de panelas quebrados e ossos de defuntos” (Madre de Deus, 1953. Apud LANGER, 2001, p. 1).

Frei Gaspar é citado por ser uma exceção significativa, pois a maioria dos escritores da época acreditava, erroneamente, que esses montes conchíferos teriam sido formados naturalmente, sem a intervenção humana. Até a metade do século XIX, o assunto não despertou maiores atenções dos intelectuais brasileiros. Algumas rápidas referências foram feitas por Varnhagen, mas questionou a origem artificial proposta por Madre de Deus (Varnhagen 1840: p. 525). Ainda nos oitocentos, nove anos após a primeira afirmação, Varnhagen mudou suas concepções e passa a ideia de que as “ostreiras” eram possíveis resquícios de antigas civilizações, restos de monumentos de outras gerações (1849: p. 372). Outros estudiosos como Freire Alemão, autor de um estudo chamado *Memória sobre a Pirâmide do Campo Ourique do Maranhão*, os compara a Pirâmides.

Todavia, Varnhagen retornou ao assunto em sua *História do Brasil (1854)* sendo que desta vez comparando os sítios com outras regiões do mundo, como vestígios na Dinamarca, norte da Europa, ilhas do Egeu e Antilhas. A Dinamarca foi uma das pioneiras nos estudos pré-históricos e vivia a mesma

situação polêmica instalada no Brasil, os sambaquis eram produtos da natureza ou artificiais? Esta polêmica foi desfeita através de estudos na Dinamarca, a partir da opinião do dinamarquês Peter Wilhelm Lund que fazia pesquisas aqui no Brasil nesta época. Para Lund era evidente que as acumulações de conchas existentes no litoral brasileiro eram similares às da Dinamarca, e que foram produzidas pela presença humana. Com isso, os pesquisadores nórdicos se viram obrigados a mudar de opinião. Um fato consolidado em 1851 quando escavaram um sambaqui na Jutlândia² descobrindo diversos indícios que apontavam para a artificialidade do sítio. Todos os debates realizados posteriormente no Brasil sobre o assunto fundamentavam-se no reconhecimento científico dinamarquês a respeito da artificialidade dos vestígios conchíferos.

Já o conde francês La Hure³ estudou diversos sambaquis em São Francisco do Sul (SC), onde encontrou restos humanos, machados de pedra, cacos cerâmicos e objetos líticos. O conde confirma que os sambaquis foram organizados pela mão humana; daí serem de origem artificial. Também afirma em suas cartas e relatórios ao IHGB que os sambaquis são análogos aos da Dinamarca, Ilhas Canárias e Antilhas, seja pela maneira como foram formados (sobreposição de conchas), como pelos vestígios encontrados, ossos de peixe e de animais terrestres, cinzas e carvão de madeira, cerâmica espessa e utensílios de pedra. Ele traz uma suspeita ainda nos oitocentos que destoava das interpretações sobre os povos sambaquieiros: ele afirma que outra fonte de alimentação destes povos, seria a carne dos prisioneiros de guerra ou captura. Nas camadas centrais de um sambaqui da lagoa de Saguaiçu (SC), encontrou ossos humanos espalhados e partidos, misturados com ossos de peixe.

As fraturas dos ossos indicariam a finalidade de extrair o tutano. Também uma mesma mandíbula se apresentava partida em dois fragmentos. Estes esqueletos se diferenciavam dos outros ossos humanos encontrados, sem característica de sepultamento. Para La Hure só poderiam ter sido descarnados e expelidos após a refeição. A questão do canibalismo é um tema complexo. Todavia, Langer (2001) afirma que alguns registros modernos em sambaquis também parecem confirmar as mesmas conclusões de La Hure e, apesar de raros e isolados, não podem ser descartados.

Uma outra questão de acordo com Figuti (1999) e Prous (1992) é a de que os especialistas modernos concordam que os sambaquis foram erigidos com finalidades específicas de construção, não sendo apenas restos de alimentação dos agrupamentos, mas também a maioria dos sítios não foram especializados como cemitérios ou habitações, sendo antes uma mescla de ambos. Outra característica

² Uma das regiões que compõem a Dinamarca

³ Lucien Victor, conde de La Hure, inteligente, erudito, observador, em pouco tempo estudou os Sambaquis brasileiros em Santa Catarina.

é o fato de Langer (2001.p.50) afirmar que a maioria dos estudiosos modernos assumiu a posição artificialista (feitos pelo homem) com relação aos sambaquis.

Nos últimos anos, na verdade em pesquisa feita em 2018 por pesquisadores do Brasil e do Reino Unido, em dados coletados nos sambaquis Morro do Ouro e Rio Comprido em Joinville (SC), o bio-arqueólogo Luis Nicanor Pezo-Lanfranco, do Instituto de Biociências (IB) da USP, em parceria com a University of York, no Reino Unido, e do Museu do Sambaqui de Joinville (SC), divulgaram estudo que contraria a dieta alimentar dos sambaquis. Este estudo apresenta fortes evidências de que as sociedades que estariam por trás da construção dos sambaquis não eram caçadores-coletores comuns. O trabalho indica manejo de vegetais e uma dieta rica, com elevado consumo de carboidratos. Este trabalho foi publicado na *Royal Society Open Science*. Segundo Pezo-Lanfranco:

O alto consumo de alimentos ricos em carboidratos nesses dois sambaquis sugere que o sustento de suas populações estava baseado em uma economia mista. Uma economia que aliava a pesca e a coleta de frutos do mar com alguma forma de cultivo de plantas (PEZO-LANFRANCO, 2018, p.1).

De acordo com a visão tradicional da arqueologia pré-histórica na América do Sul, os caçadores coletores que habitavam os sambaquis proviam seu sustento primordialmente a partir da exploração de recursos marinhos. Tal ideia começou a ser contestada nos anos 1980, a partir do surgimento de evidências dando conta de que teria existido nos sambaquis uma economia muito mais diversificada. De acordo com este estudo, a alta frequência e o grande volume de alguns sambaquis na costa sul do que hoje é o Brasil, contendo centenas de enterramentos humanos, são considerados evidências da alta densidade populacional, da arquitetura monumental e da complexidade social dos sambaquis.

Um dos principais indícios a sugerir a ocorrência de uma dieta mais variada nos sambaquis foi a constatação da existência de cáries nos dentes dos esqueletos enterrados, interpretada como decorrência direta do elevado consumo de carboidratos. Outra pista importante foi a identificação através das escavações arqueológicas de restos de possíveis culturas incipientes, como tubérculos (inhame e batata-doce), milho, palmeiras e moráceas (a família da fruta-de-conde e da graviola).

O novo estudo tem base em evidências de patologia oral e em resultados extraídos diretamente dos esqueletos. As análises revelaram o consumo inesperadamente alto de recursos vegetais, ou seja, de carboidratos, entre as populações que habitaram o sambaqui Morro do Ouro no litoral norte de Santa Catarina durante o período de 8 mil a 4 mil anos atrás. Lesões cariosas têm sido associadas a dietas ricas em carboidratos fermentados e açúcar. Dietas com elevada quantidade de alimentos cariogênicos têm uma frequência aumentada de cárie e de cavidades observadas em superfícies lisas dos dentes. Logo o estudo conclui:

Portanto é provável que as pessoas do Morro do Ouro tenham levado uma dieta mais cariogênica e refinada, por exemplo, por meio do cozimento dos alimentos, quando comparada à do Rio Comprido. (PEZO-LANFRANCO, 2018, p. 4).

Afirma o antropólogo Levy Figuti, professor da Universidade de São Paulo, do setor do Museu de Arqueologia e Etnologia, que provavelmente os sambaquieiros levavam uma vida semelhante à dos índios. Eles conseguiram fazer ferramentas muito sofisticadas, eram bons pescadores e deveriam ter algum tipo de embarcação, como canoas. “Apesar da aparente falta de sofisticação tecnológica, existe uma apuração estética forte”, comenta (Figuti, 1999, p.159): “ Os objetos que eles produziram eram bonitos . Diria que eram artesãos especializados”.

Figuti continua dizendo que uma das hipóteses para a existência deste povo no Brasil é que estes homens chegaram às Américas, entraram pelos Andes e foram para o sul, na direção da cidade de São Paulo depois teriam se espalhado. Outros autores acreditam que eles entraram na América do Sul e passaram pelo Equador para chegar ao Brasil. Há ainda hipóteses de que eles teriam chegado direto ao litoral do país ou de que todas as teorias juntas poderiam ser aplicadas. Já sobre a sua extinção, alguns pesquisadores defendem que eles foram encontrados pelos índios Tupi-guarani e exterminados em confrontos. Outros acreditam que ambos viveram em harmonia, o que teria gerado uma miscigenação que acabou terminando com a própria cultura dos sambaquieiros. Outra hipótese é que tenha acontecido o esgotamento da fonte de subsistência (os mariscos) deste povo, devido à coleta predatória para alimentar toda a população.

De acordo com Souza (2012), as pesquisas empreendidas até o presente acerca da História Local indicam que o início da ocupação humana em Duque de Caxias, se deu por volta de oito mil anos A.P. (antes do presente). Território ocupado pelos povos das conchas, ou seja, os sambaquieiros, no município de Duque de Caxias foram registrados no IPHAN cinco sítios arqueológicos: Sambaqui do Meriti, da Marquesa de Santos, do Iguaçú, de Xerém e do São Bento, este último fazendo parte do circuito histórico-cultural deste trabalho. Atualmente, somente o Sambaqui do São Bento foi escavado com projetos para a construção de um sítio escolar. Segundo o professor Nielson Bezerra da UERJ/FEBF- em Duque de Caxias estão sepultados no sambaqui de São Bento um menino e um homem. Ele observa a posição ritual destes corpos, a cabeça do menino está direcionada para o Oriente, um jovem de vida interrompida, já a do adulto para o Ocidente no poente do sol. Colocados de acordo com a idade, alinhados ao nascer e pôr do sol, mostrando uma certa religiosidade ainda por ser estudada. Segundo Bezerra não se encontram ossos quebrados, o que demonstra uma morte não por meios violentos, deduz que eram extremamente pacíficos, sem lutas e guerras.

Souza (2012) afirma que entre dois ou três mil anos A.P., grupos tribais agricultores denominados tupis expandiram seu processo migratório, tornando-se senhores do litoral brasileiro. Então é possível, segundo Souza, que os Tupis tenham se incorporado ao universo dos povos das conchas e, posteriormente, organizado sua vida tribal, abandonando o modo de vida anterior ou, ainda, que tenham dizimado os povos das conchas que aqui encontraram. Os Tupis, também nomeados Tupinambás, se instalaram em diversas aldeias entre os rios Meriti e Iguassú.

Em relação à primazia Tupinambá, é importante destacar que a história indígena é uma história de enganos e incompreensões a começar pelo próprio vocabulário construído no Ocidente para identificar esses povos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a palavra índio deriva do engano de Colombo que julgara ter encontrado as Índias, ou seja, o “outro mundo”, como mencionou, na sua viagem de 1492. Assim, a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de grupos de povos originários da América. Outra denominação utilizada foi o coletivo “gentio”, utilizado pelos Jesuítas. Com o tempo, o vocábulo gentio ou pagão passou a significar o oposto de cristão, pois no entender dos padres, os gentios eram “governados pelo demônio”. Também a nomenclatura “negros da terra” ou “negros brasis”, eram as expressões utilizadas pelos grupos escravocratas para designar genericamente os índios e diferenciá-los dos negros da Guiné, outro termo genérico usado, no caso, para os africanos.

De acordo com Rafael de Freitas Silva, em “O Rio antes do Rio”: a hipótese mais aceita é que os Tupinambá chegaram à Guanabara pelo menos 2 mil anos antes dos portugueses.

Vieram em levas descendo o litoral, guerreando e migrando desde o interior da Amazônia em busca de um “Guajupιά”, um lugar ideal para se viver. Tinham espírito guerreiro, e predominavam nas principais baías do litoral brasileiro: Guanabara, Angra dos Reis, Todos os Santos e São Marcos. Seus maiores inimigos eram os goitacás, que viviam na Serra do Mar e nas planícies de Campos, no estado do Rio.(SILVA, 2021, p.38).

Embora compartilhando as mesmas raízes históricas, culturais e ancestrais, as diversas linhagens e clãs familiares tupinambás também podiam guerrear entre si pelos mais diversos motivos. Ataques e sequestros intertribais faziam parte do seu modo de vida social e era condição para que homens se tornassem líderes. A prática de rituais antropofágicos com o inimigo capturado era o rito de passagem dos jovens guerreiros para a categoria dos “homens de verdade”. Os confrontos tinham o intuito de realizar vinganças passadas de geração em geração. Havia um estado permanente de guerra, intrincado em sua cultura social e religiosa. O poder político era exercido pelo conselho de anciãos da taba⁴ [5], em

⁴ Taba - No contexto dos povos tupi-guarani, uma taba compreende um grupo local, comparável a cidades ou vilas, tipicamente compostas de dois a quatro mil pessoas, mas podendo chegar a até oito mil.

que os mais velhos e experientes decidiam o que fazer durante filmagens coletivas, sendo o poder de mobilização e ação exercido morubixaba (“chefe de gente”), um notório guerreiro com mais de 40 anos de idade. Foi no período da guerra de conquista colonial que eles se dividiram em facções e outros nomes surgiram em documentos históricos tais como tamoios, maracajás e temiminós.

Para classificar de maneira mais adequada os índios, os colonizadores os classificaram em tupi (ou tupinambá) e Tapuia. Tupis designava os povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral no século XVI. Tapuias correspondia aos “outros” grupos. Portanto, aos que não falavam a língua que os jesuítas chamavam de “língua geral” ou “língua mais usada na costa do Brasil”, como se expressou Anchieta, o primeiro a compor uma gramática da língua tupi. Portanto nunca houve um grupo cultural ou linguístico “Tapuia”. Este é um vocábulo tupi utilizado para designar os povos de outros troncos ou famílias linguísticas.

Essa classificação foi muito importante para o registro das informações sobre os índios produzidas pelos portugueses, franceses e outros europeus. Sem os relatórios dos colonizadores, as crônicas dos viajantes, a correspondência dos jesuítas e as gramáticas da “língua geral” e de outras línguas, quase nada se poderia saber sobre os nativos, sua cultura e História. Os relatos dos cronistas nos séculos XVI e XVII, como Jean de Léry, Hans Staden, André Thevet, Gabriel Soares de Souza, Carvajal e os padres Jesuítas. Por outro lado, André Proust afirma que os “índios” descritos pelos cronistas são essencialmente os Tupi e os guarani do litoral, cujas sociedades e costumes eram muito distintos das tribos de outros grupos linguísticos ou étnicos existentes naquela época. Os costumes dos tupis e tupinambás são mais conhecidos por causa dos registros deles durante o período colonial. O mesmo entretanto não ocorreu entre os Tapuias, considerados pelos colonizadores o exemplo máximo da barbárie e selvageria. De acordo com Jean de Léry (1578) em seu livro “Viagem à Terra do Brasil”:

Os tupinambás moravam em malocas ^[6]. Cada grupo local ou “tribo” tupinambá se compunha de cerca de 6 ou 8 malocas. A população dessas tribos girava em torno de 200 indivíduos, mas podia atingir até 600. Viviam da caça, coleta, pesca, além de praticarem a agricultura, sobretudo de tubérculos, como a mandioca e a horticultura. (Jean de Léry, 1578). Apud (SILVA, 2021, p. 95).

Entre os tupis, o matrimônio avuncular (tio materno com sobrinha) ou entre primos cruzados era o mais desejado. Todavia, para casar-se, o jovem devia passar por certos testes, o principal deles consistindo em fazer um cativo de guerra para o sacrifício. Já com relação à guerra e aos festins

canibalescos a vida dos grupos locais ou mesmo de “nações” Tupi girava em torno da guerra, da qual faziam parte os rituais antropofágicos. Guerreavam contra grupos locais da mesma nação, entre “nações” e contra os “tapuias”.

Um fator que sempre é encontrado quando se estuda os povos originários segundo Silva (2015), os nativos são tratados mais como um empecilho ao desenvolvimento do que como profundos conhecedores de uma terra prodigiosa pelos colonizadores. Assim se torna necessário uma tentativa de narrar a História sob o ponto de vista dos “vencidos”, porque os vencedores já conhecemos. Foram os portugueses, segundo Silva (2015), que produziram a maior das fontes acessíveis, são seus líderes que contam a História de um Rio de Janeiro e de uma baía de Guanabara que conheceram como conquistadores. Então não moravam, não viviam aqui! Morar no Rio de Janeiro, sendo mais especificamente ao redor da baía da Guanabara antes da conquista portuguesa, significava não só pescar e caçar, mas também ser um guerreiro. Viver a glória heróica contra os inimigos, em busca de um lugar no paraíso eterno. Confiar nos desígnios dos *caraibas*⁵ e dos maracás⁶, remar em busca de *piraiques*⁷, lambuzar-se de *eira*⁸, criar armadilhas para onças e espreitar as águias. Há uma realidade estabelecida, isto é, um Rio de Janeiro precisou acabar para que outro pudesse surgir.

Uma das mais expressivas características dos antigos nativos das terras do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, é que eles eram grandes fabricantes e apreciadores do *Kaiûi* ou cauim que era um tipo de licor alcoólico muito apreciado por eles. As principais cerimônias de transição social na vida de um tupinambá eram regadas a cauim: o nascimento de uma criança, a puberdade das meninas, a furação dos lábios dos meninos, as cerimônias do antes e do pós-guerra, os rituais religiosos da lembrança dos antepassados, a celebração da despedida das almas dos mortos, o trabalho coletivo na roça, as assembleias de chefes anciões, em tudo a bebida estava presente, animando e reforçando os laços tribais. A bebida era extraída de diferentes plantas, sendo a mais comum feita do mesmo aipim (mandioca) que comemos hoje. Também podia ser feita a partir de outras matérias primas, como milho nativo, caju, abacaxi, ananás, mangaba, banana, jabuticaba, batata e jenipapo. É provável que cada tipo de cauim fosse associado a uma festa, cerimônia ou a uma ação específica. Como antes das partidas das expedições

⁵ Personagem mitológico e civilizador da crença tupinambá. Profeta que deixou os mitos educacionais que moldaram a cultura desse povo.

⁶ Chocalhos feitos de cabaças, sementes ou pedras. Tinha funções mágicas e religiosas e era usado para “transmitir” os desejos dos espíritos.

⁷ Fenômeno que acontece na baía da Guanabara entre setembro e outubro, época da desova dos peixes que adentram a baía procurando águas rasas a salobras em mangues e nas foz dos rios, para acasalar e reproduzir. Eram os peixes que serviam para a fabricação da “farinha de guerra”, iguaria com grande durabilidade.

⁸ Mel, produzido pelas eirámirí, pequenas abelhas brasileiras sem ferrão..

guerreiras, quando tomavam um cauim “especial”. Uma característica importante é que na aldeia de Itanã (próxima ao rio Meriti em Duque de Caxias), o fruto da palmeira meriti era também utilizado para produzir o cauim. O método de preparação era o mesmo e apenas as mulheres podiam participar do demorado processo de fabricação. A bebida era opaca e densa, com sedimentos como o vinho, tinha gosto de leite azedo e podia ser misturada a frutas. De acordo com Silva: “as propriedades inebriantes do cauim dependiam exclusivamente da mastigação, esse processo se revestia aos olhos dos tupinambás de significação mística” (Silva, 2015. p.35).

Outro fator é o de que as mulheres que tomavam parte na mastigação deveriam ser donzelas, ou, pelo menos, guardarem por algum tempo a castidade. As moças mais bonitas da tribo eram particularmente incentivadas a participarem da fabricação do cauim em detrimento das feias. Quanto mais lindas e puras fossem as mulheres a serviço do cauim, melhor e mais sagrado seria. O homem que se intrometer no serviço caía no ridículo, poderia arruinar o preparo e tirar a virtude da bebida.

Os antepassados dos Tupinambás haviam conquistado a Guanabara pelo menos mil anos antes da chegada dos primeiros europeus ao Brasil. Antes disso, durante a pré-história, comunidades do tronco linguístico tupi-guarani teriam se separado do tronco Macro Tupi, em algum lugar entre os rios Madeira e Xingu, lá pelo centro do Brasil. Partiram em levas independentes migrando em direções diversas, num arco de dispersão que percorreu desde a bacia do Paraguai ao sul do rio Amazonas. Acredita-se que uma grande leva de tupis-guaranis desceu pelo rio Paraná em direção ao sul, de onde vieram a se organizar nas tribos guaranis e carijós. Por sua vez, o ramo ancestral dos tupinambás que conquistaram o Rio de Janeiro teria feito um caminho muito mais longo e penoso. Seguiram o curso do rio Amazonas até a foz, de onde vieram combatendo e ocupando o litoral do nordeste e expulsando as tribos dos *Tapuínas*⁹, não tupis, “gente de língua estranha”, segundo eles, seguindo ao longo dos anos em direção ao sul até alcançarem o Rio de Janeiro.

Em tempos remotos, movimentos messiânicos animados por grandes profetas e líderes espirituais de quem os tupinambás buscavam as respostas cruciais da vida, iniciaram essa longa jornada em busca de um lugar conhecido entre eles como a “terra onde não se morre”, uma “terra sem mal”. Por isso atravessaram montanhas e planaltos, cruzaram rios, combatendo e expulsando pelo caminho quaisquer outros povos. Uma verdadeira saga em busca de uma terra prometida. De acordo com Silva, “Partiram em busca do território ideal para viver, um sítio onde só os mais fortes corajosos, destemidos e que

⁹ Os que não eram Tupis. Tribos Puris, Goitacás e coroados, entre outros grupos, que quando da chegada dos primeiros europeus ainda não haviam sido totalmente expulsos de suas áreas e resistiram ao avanço dos guerreiros tupinambás.

seguiam à risca os ensinamentos de *Maíramûana*¹⁰ e as tradições dos ancestrais, teriam lugar”. (Silva, 2015, p.38).

Esse lugar era chamado *Gûaîupîa*, ou Guajupíá¹¹, “a morada dos ancestrais”. No paraíso tupinambá descansavam os antepassados mais valorosos e memoráveis. Neste lugar existiria inclusive uma fonte da juventude eterna. Para chegar a este “éden celestial” e viver de novo junto aos pais e avós em harmonia e felicidade eterna, um tupinambá devia enfrentar muitas provas durante a vida e depois da morte, a fim de provar o seu caráter e valor espiritual. O passaporte para o Guajupíá estava diretamente ligado ao prestígio que adquiriu o homem guerreiro, líder, sábio, observador dos costumes e das tradições tupinambás. O desafio de vida era manter-se digno para garantir um lugar na eternidade. De acordo com Silva, “Nesse sentido a busca por um ideal de fartura e felicidade dava-se no presente, na obtenção de um “paraíso terreal”, para viver em abundância entre os seus” (Silva, 2015, p.39). Logo podemos afirmar que as migrações representam a constante busca a esses lugares considerados ideais para o desenvolvimento do estilo de vida. Deduz-se que os recursos naturais deveriam ser abundantes e satisfatórios para todas as necessidades dos clãs. Essa saga produziu uma cultura e um “estado de guerra” que moldou intimamente as relações sociais e a estrutura da sociedade tupinambá.

Observa-se que um “espírito guerreiro” dominava todos os integrantes da tribo que trabalhavam guiados por uma urgência militar, a ponto de um homem só poder se casar após ter combatido em ação real e capturado um inimigo para o sacrifício ritual. À medida que a expansão acontecia, os tupis descobriram o litoral brasileiro que vieram conquistando até o Guajupíá (paraíso tupinambá, a terra dos ancestrais que acreditaram ser a Guanabara).

Na faixa costeira eles encontraram um clima ameno, razoável à agricultura e à coleta de fungos, plantas, raízes, frutos, seivas, insetos, larvas, mel, pequenos animais etc. Além disso, se depararam com uma floresta riquíssima em utilidades naturais, superabundantes em fauna e flora. Nos rios, baías, lagoas e praias havia variedade e fartura de peixes que nunca haviam visto. Sem falar nas ostras, mariscos, camarões, lagostas e outros frutos do mar que forneciam iguarias de modo quase que ininterrupto, fartura que foi um fator de atração e dispersão dos tupinambás ao longo do litoral brasileiro.

O termo “tupinambá” era como um nome geral que se modifica logo que havia o fracionamento de grupos numerosos. Tupinambá quer dizer “a gente atinente ao chefe dos pais”, os “pais principais”, ou melhor, os descendentes dos fundadores da nação. Eles cultuavam a linhagem ancestral dada pelo

¹⁰ Grafado por Thevet como Maire-monan e por Staden como Maire-humane era um dos três grandes Caraíbas (profetas) educadores e moralizadores do povo tupinambá. Um dos criadores do povo tupinambá

¹¹ A “terra sem mal”, lugar onde na religião dos tupis, iriam as almas após a morte corporal, o qual se localizava além das montanhas.

homem de cada grupo familiar, assim como faziam os cavaleiros europeus da Idade Média. Por isso, quando um importante guerreiro tupinambá morria, os parentes se atiravam sobre ele em desespero. Os tupinambás acreditavam que o homem tinha duas substâncias essenciais, uma eterna, outra transitória, entretanto o corpo e alma mesmo após a morte continuavam ligados. Por isso procuravam proteger os seus dos inimigos e enterravam os entes queridos no interior da própria maloca. Receavam a violação dos corpos dos antepassados e pior, o esfacelamento dos seus crânios. Consideravam que o massacre ritual dos ossos da cabeça fosse de seres vivos ou de esqueletos, era a pior ofensa a fazer aos inimigos. Também era a maior desonra que podiam sofrer nas mãos deles. Esse ato impedia o espírito de continuar a viagem ao paraíso eterno, causa de rixas entre as tribos.

Os tupinambás estavam convictos de que “seus defuntos andam na outra vida, feridos, despedaçados, ou de qualquer maneira que acabam nesta”. Isso era importante porque só depois de morto é que o tupinambá iniciava a jornada em busca do Guajupirá. O morto tupinambá também era mensageiro do além. Os tupinambás representavam esse paraíso como um lugar idílico, recoberto de flores e regado por um maravilhoso rio, em cujas margens viam-se enormes árvores. Vale destacar que foi justamente com o que se depararam ao chegar na Baía da Guanabara as hordas tupinambás mais de 2 mil anos antes da chegada dos europeus.

Sobre as mulheres tupinambás recaem uma série de rígidas tradições e responsabilidades tribais. As mulheres simplesmente cuidavam de todo o resto. Desafios, responsabilidades e provações. Elas sustentavam o contínuo “esforço de guerra” tupinambá e cuidavam de todos os trabalhos da horta, desde a sementeira até a colheita. As tupinambás colaboraram ativamente no erguimento das malocas, um trabalho que envolvia a todos. As mulheres tupinambás eram mestras na fiação do algodão, na tecelagem das redes, nas fitas para os cabelos e faixas para amarrar as crianças. Conheciam os segredos dos cestos trançados de junco e vime, além da preparação do barro e da manufatura de panelas, vasilhas e potes.

Os tupinambás costumavam pintar cerâmicas, o que evidenciava um grau superior de organização cultural, elas também faziam o trabalho doméstico, cozinhar e manter acesos os dois fogos que ficavam junto da rede do chefe da família. Eram responsáveis diretas ainda pela domesticação de aves, cachorros, galinhas, cutias, bem como pelo adestramento dos papagaios. Depois de tudo isso, ainda cuidavam dos filhos pequenos.

Os tupinambás manifestaram profundo respeito e obediência aos pais, as crianças não recebiam castigos pelas faltas cometidas. Bater nos filhos era uma atitude que não cabia aos tupinambás. A ação educativa dos pais baseava-se no exemplo: as crianças aprendiam vendo e fazendo. Eram atraídas constantemente a participar das tarefas cotidianas. Uma forma interessante de educação tupinambá era a de contar histórias sobre monstros e “bichos – papões” utilizados ainda hoje para causar receio às crianças.

No que se refere a adolescência e a formação do futuro guerreiro, os adestramentos específicos para os rapazes começavam para valer a partir dos 15 anos. Eles já começavam a participar das reuniões dos “adultos”, embora ainda não pudessem se manifestar a respeito das discussões. Antes ouviam os discursos e opiniões que os adultos proferiam, também aprendem a remar, acostumam-se a remar, e por isso são escolhidos para tripular as canoas quando vão à guerra. Observamos que nesta fase da vida um jovem tupinambá é a que mais ajudava os pais, entregando-lhes todos os produtos que conseguem com seus esforços.

O momento mais esperado pelo rapaz tupinambá era a convocação para uma expedição guerreira de verdade. Nessa sociedade vemos que ao desempenhar suas tarefas, ele seria admitido como “tripulante”, ajudando como remador ou caçador do bando guerreiro. Entretanto, fica claro que não podia participar ainda das atividades propriamente guerreiras de combate e captura, sendo estas exclusivas dos indivíduos considerados socialmente “adultos”. Para alcançar a idade adulta o rapaz precisava de três provas, a primeira delas era mais difícil e consistia em aprisionar um inimigo vivo num embate direto corpo a corpo.

A segunda requeria o sangue-frio necessário para, passado certo, sacrificá-lo ritualmente no pátio central da taba. Quando então estava pronto para a terceira e última etapa mágica dos complexos ritos de “renominação” para finalmente tornar-se guerreiro, “homem verdadeiro”, *abaeté*¹².

Devia capturar com as próprias mãos o inimigo, muitas vezes tão preparado na guerra como ele próprio, inclinado a não se deixar levar e a combater até as últimas forças. Homem era aquele que dominava um inimigo na batalha e ainda o trazia vivo para a maloca para, num determinado prazo, ser morto ritualmente. Esse era o estereótipo de pretendente a noivo ideal almejado pelas moças tupinambás e também por seus pais. Os fracos e covardes em geral eram rejeitados, chamados de *manema*¹³.

Percebe-se que o audaz e belicoso era denominado *kirybamba*¹⁴, o ideal de personalidade esperado do homem tupinambá, sendo que a mãe jamais permitia que sua filha dormisse com um homem, se ele não tivesse feito pelo menos um ou dois prisioneiros de guerra. Acreditavam, pois, que os filhos engendrados por um *manema*, isto é, por um homem que não havia conseguido nenhuma proeza de guerra, jamais daria bom fruto, e seriam fracos, medrosos e tímidos. Verifica-se que a norma geral era que o sucesso “militar” constituía a condição fundamental para conseguir “promoções sociais” dentro da maloca e da taba.

¹² Avá, homem; eté, verdadeiro. Abaeté, homem verdadeiro, honrado, de bem.

¹³ Indivíduo que não capturou nenhum adversário.

¹⁴ Homem valente e bravo, homem poderoso e ditoso nas guerras e capaz de grandes coisas, valentão.

É válido supor que a aceitação social da maturidade para um guerreiro lhe traria vantagens adicionais se fosse bem-sucedido. Uma especial era o poder de casar-se com várias mulheres, quando nos relatos de Hans Staden e no estudo de Fernandes Florestan Fernandes “A função social da guerra da sociedade tupinambá”, estas fontes revelam que as famílias tupinambás, em sua maioria, eram formadas por casais simples. Também que outro fator motivador para este guerreiro *kirybamba*, seria a possibilidade de fundar uma maloca própria e aos poucos ir galgando fama e lugar entre os mais respeitados anciões no conselho de chefes. Conclui-se que as formas de adaptação dos tupinambás à realidade em que viviam dependia profundamente do êxito das atividades guerreiras e da captura de inimigos. A guerra desempenhava papel relevante na estratégia interna tribal de luta por uma vida melhor.

A principal arma dos tupinambás era o arco e flecha. Em suas mãos, esse instrumento atingia o alvo com precisão e eficiência. Eram ornados com folhas de palmeira trançadas em forma de um mosaico e tingidos de cores diferentes cobrindo toda a madeira. Nas extremidades colocavam plumas de aves, o que resultava em um efeito visual realmente bonito. A corda era feita de algodão e pintada de verde ou vermelho.

A confecção das flechas era minuciosamente estudada pelos aprendizes de guerreiros tupinambás, que as separavam por grupos de pontas diferentes para uso apropriado em cada tipo de objetivo. As flechas eram longas e mediam até 1,60 metro, feitas de um tipo de cana sem nós. Para os inimigos mais odiados, faziam flechas de dente de tubarão, “por serem muito agudos, cruéis, peçonhentos e raramente saram as feridas”, ou então usavam ferrões de arraias, que “são muito venenosos”. Estas pontas também podiam ser feitas de algodão para o lançamento de flechas incendiárias.

Os guerreiros tupinambás eram exímios arqueiros, mas a arma que mais gostavam era o *ybirapema*¹⁵. A flecha não matava instantaneamente nenhum adversário, por mais forte e certo que fosse o tiro e por isso era usado mais para ferir e tirar do combate. Para matar, os tupinambás preferiam utilizar o tacape, capaz de acabar com os inimigos instantaneamente. O tacape era usado nos combates quando a batalha chegava ao clímax, na luta corpo a corpo. Os guerreiros tupinambás praticavam inúmeros tipos de golpes como forma de melhor usar suas armas quando chegasse a hora da luta. Estavam sempre acompanhados dessas clavas e as levavam consigo para onde fossem. Para identificarem-se numa batalha, eles usavam adornos de penas vermelhas extraídas dos Guarás, aves que vivem no mangue de cor avermelhada, era a marca dos tupinambás do Rio de Janeiro, e se tosquiavam da mesma maneira, pois (Cardim,1939) afirma que os tupinambás do Rio de Janeiro cortavam os cabelos

¹⁵ Era um Tacape, Ibirapema.

como os frades, tosquiando em forma de coroa, e ainda “é pela cabeça que se conhece as nações”. Percebe-se pela leitura do texto que apesar de a guerra tupinambá estar ligada às necessidades de conservar as terras e as rotas de migração dos excedentes populacionais, o ciclo crônico e social da guerra tinha muito mais a ver com o culto religioso tupinambá à vingança dos antepassados e ao entendimento de que maltratar os inimigos era necessário para se ter uma existência considerada honrosa.

As atividades guerreiras faziam parte de um conjunto de ritos tradicionais das tribos, o mecanismo que desencadeia essas ações guerreiras residia no conselho de chefes da aldeia, ou de um conjunto delas. Eram os mais velhos que deliberavam sobre a oportunidade ou a necessidade de realizar incursões guerreiras contra determinados grupos locais inimigos. Os velhos desempenhavam todo papel de liderança na sociedade tupinambá e eram os mais respeitados porque “em seu tempo se mostraram valentes na guerra”. Um dos rituais básicos dessas reuniões era fumagem coletiva, baseado no espírito de companheirismo que a ocasião ensejava.

Uma “cangoeira de fumo” era passada de mão em mão entre os anciãos porque acreditavam que o tabaco tinha poderes mágicos sobre a razão e a inteligência. O ato também era considerado sagrado e símbolo da maioria guerreira. Enquanto os anciãos fumavam, os guerreiros adultos só podiam participar da cauinagem que era oferecida nessas ocasiões. Assim chegavam a uma resolução sobre o que devia ser feito, submetiam-na a apreciação do Pajé, presente na reunião dos principais. Também os pajés e Carafbas poderiam impulsionar uma expedição punitiva com a revelação de alguma profecia ou necessidade espiritual. Depois disso a ordem era transmitida a todos os membros das tabas locais solitárias.

Um fato importante é que marcada a convocação de guerra, começavam os preparativos para a expedição. As mulheres e as filhas dos guerreiros tratavam de produzir bastante farinha de guerra (ou farinha de munição) que era feita com “grande quantidade de peixes, torram-nos no fogo, esmagam-nos, fazendo deles farinha, que secam bem a fim de que se conserve por muito tempo”. Os guerreiros não poderiam parar durante as incursões, devendo por isso levar consigo tudo para que pudessem realizar exclusivamente a expedição militar. Percebe-se que os tupinambás não se lançavam à guerra sem antes ouvir seus profetas. Um fato importante para se mencionar é que ao amanhecer imediato ao ataque, realizavam segundo (Silva,2015) a cerimônia pública de relato e interpretação dos sonhos, coroando a cerimônia de bons presságios com uma dança guerreira utilizando os maracás sagrados.

Quando o sonho evidenciava algum mau agouro, ou até mesmo a própria derrota, sendo devorados e vencidos, desistiam da expedição projetada imediatamente. Sendo os sonhos recheados de glórias, os últimos quilômetros da aproximação final eram percorridos durante a noite, por dentro da

mata. Eles projetavam esse momento para coincidir com o surgimento da lua cheia para que aproveitassem a derradeira jornada na claridade de uma noite de luar.

Terminada a expedição, os guerreiros faziam uma entrada triunfal em todas as tabas amigas situadas ao longo do caminho. Quando encontravam as mulheres pelo caminho, obrigavam os prisioneiros a repetirem em alto e bom som: “eu, a vossa comida, cheguei”. As mulheres levavam o prisioneiro até a maloca cantando, dançando e, às vezes, socando-o e arranhando-o conjuntamente com as crianças, que não cessava de repetir a cada beliscão ou bofetada, “vingo meu amigo, a quem os teus mataram!”. Percebe-se pela leitura do texto de Hans Staden “Viagem ao Brasil”, onde relata ter sido prisioneiro dos tupinambás, que a partir do reconhecimento formal do cativo pela tribo, ele estaria apto a receber uma mulher e viver entre os tupinambás até a época do sacrifício. Os últimos rituais visavam entronizá-lo na vida comunitária da tribo, depilado e tonsurado como os tupinambás, nada revelava sua condição de prisioneiro, a não ser um colar em volta que colocavam em volta do pescoço, feito com uma corda grossa como madeira, da qual pendia, pela nuca, uma franja feita de cordeirinhos. Cada cordel representava as luas de vida a que o preso tinha direito. Era seu calendário.

Já com a leitura do texto de Jean de Léry é possível relatar que os franceses que conheceram os tupinambás do Rio de Janeiro, atestaram que, após as primeiras cerimônias e passados alguns dias, o prisioneiro não era impedido de andar livremente pela taba e nenhuma vigilância se exercia sobre o mesmo. Era muito bem alimentado e não tinha hora da sua morte marcada a priori. Se o considerassem bom caçador e pescador e, no caso da mulher, se fosse boa para a roça ou para apanhar ostras, eles os conservavam por certo tempo. Não acreditavam que o prisioneiro pudesse fugir pela distância que teria de percorrer e, mesmo que sumisse, não poderia retornar para o lado dos seus, pois não somente seria tido como medroso, sem honra, mas também os próprios correligionários não deixariam de matá-lo, “reprovando-lhe a falta de ânimo em enfrentar a morte, em mãos inimigas, como os seus parentes e companheiros não fossem bastante poderosos para vingá-lo” LÉRY, J. apud (SILVA, 2021, p. 67).

Depois dos ritos de recepção agressiva, entendia-se culturalmente que o cativo não pertencia mais à sua própria tribo, e sim estava assimilado aos tupinambás que dispunham de sua vida. Nenhuma outra característica dos antigos tupinambás do Rio de Janeiro (e do resto do litoral brasileiro) chamou tanta atenção dos antigos viajantes como essa de devorarem seus prisioneiros de guerra. Além do imperativo religioso e do sistema social tupinambá baseado na expectativa de vingança dos antepassados, servindo-se da carne dos seus inimigos, ao mesmo tempo que se apropriavam de sua substância, também evidenciavam sua superioridade frente ao adversário.

Conclui-se que os ritos de destruição do inimigo, em resumo, representavam o mais exemplar dos castigos físicos e religiosos que os tupinambás procuravam aplicar contra grupos hostis,

responsáveis por profanações reais ao caráter sagrado da comunidade tribal. O desfecho de todo esse processo restaurava a ordem e a integridade do grupo. O sacrifício humano também contribuía especialmente para configurar a estrutura social e o funcionamento da sociedade tupinambá.

Após essas considerações sobre os vestígios arqueológicos e a presença tupinambá no passado da região que conhecemos na atualidade como o município de Duque de Caxias sendo importante estabelecer algumas conexões com a ação educativa voltada para os alunos do Ensino Fundamental. Uma das principais premissas da dissertação é estimular nos alunos a identificação, o conhecimento e a valorização de bens da cultura material da localidade na Baixada Fluminense onde eles estudam buscando novas formas de ensinar que permitam que o contato com o patrimônio da nossa cultura de forma lúdica e criativa. Somado a isso, a pesquisa destaca a importância do ensino da história indígena, tendo o objetivo de promover uma educação intercultural e que contribua com o processo de mudança apontado pela Lei 11.645/2008. Neste sentido, o próximo item do capítulo apresenta a chegada dos europeus com destaque para a presença francesa e portuguesa e, também, os primórdios do bairro São Bento de Duque de Caxias/RJ.

1.2 Portugueses, franceses e suas investidas na América: ocupação e disputas na Capitania de São Vicente nas sesmarias dos rios Meriti e Iguaçu

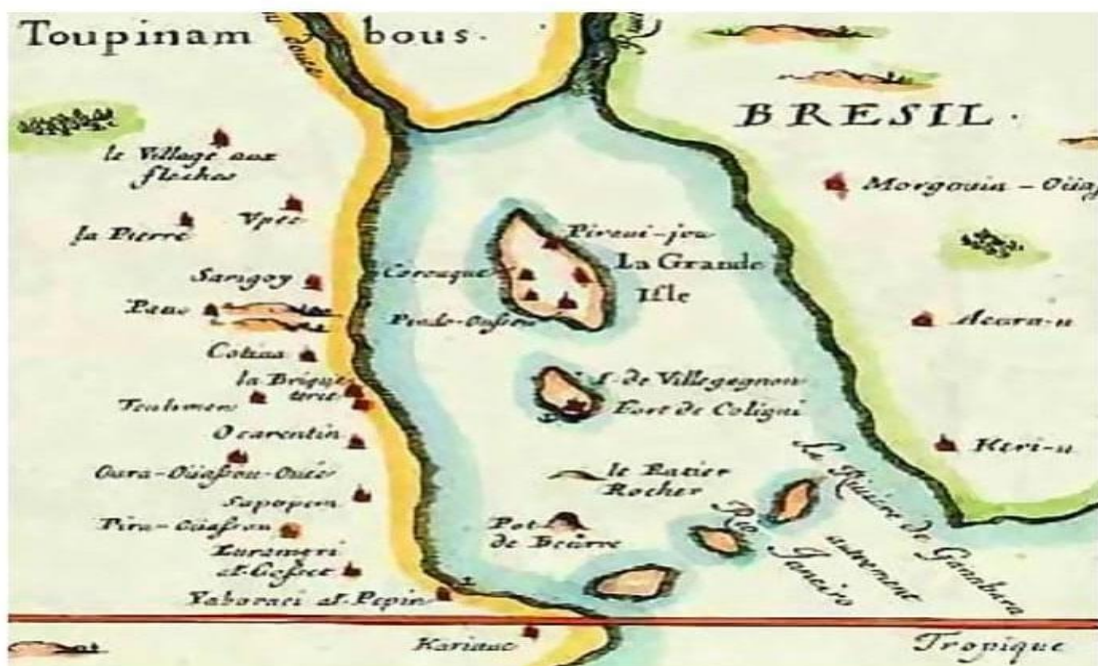
A chegada dos europeus ao território brasileiro foi um marco histórico que se concentrou em profundas transformações na cultura, na sociedade e nas paisagens dos povos originários. Entre os diversos exploradores que estiveram presentes nesse período, destacam-se os franceses e os portugueses, que desempenharam um papel fundamental na colonização e exploração das terras brasileiras.

A França Antártica foi uma tentativa colônia francesa fundada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, no século XVI. A expedição liderada pelo navegador francês Nicolas Durand de Villegaignon, chegou à região em 1555, com o objetivo de estabelecer uma colônia baseada nos princípios da Reforma Protestante. Durante sua permanência na região, os franceses estabeleceram relações com os povos indígenas locais, em especial com a tribo dos tupinambás que habitavam a região. Este contato teve um impacto significativo na vida dos povos indígenas que habitavam o território. Os franceses e portugueses foram os primeiros europeus a explorar a costa brasileira em busca de recursos naturais como o pau-brasil, que era muito valorizado na Europa por suas propriedades corantes, era vermelha por dentro.

No entanto, a presença dos franceses na região despertou a desconfiança dos portugueses, que já estavam estabelecidos na colônia e temiam perder o controle sobre o território. Em 1560, os portugueses organizaram uma expedição militar para expulsar os franceses da Baía de Guanabara, o que culminou na destruição da colônia francesa. Após a expulsão dos franceses, os portugueses

consolidaram seu domínio sobre o território brasileiro e deram início a colonização do país. Esta presença europeia na região trouxe mudanças profundas na cultura dos povos originários locais, marcando o início de um período de conquista e exploração que deixaria marcas profundas na História. Podemos observar nesse mapa francês do século XVI que a França Antártica compreendia toda a região ao redor da baía de Guanabara, nos atuais municípios do Rio de Janeiro, toda a baixada fluminense e Niterói-São Gonçalo.

Figura 1 - Mapa francês mostrando a localização da França Antártica na Baía de Guanabara. Denominada Carta Factícia, atribuída a Jean de Lery, sem data. Original: Biblioteca de Paris. Roteiro Cartográfico da baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro século XVI e XVII.



Fonte: Roteiro Cartográfico de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro Século XVI e XVII.

De acordo com Álvaro Teixeira Filho em *Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro Século XVI e XVII* (1975), Arthur Heulhard, renomado historiador francês do século XIX, considerado o primeiro biógrafo de Villegaignon e um dos cronistas da França Antártica, na obra *Villegaignon, Roi d’Amérique, un homme de mer au XVIème siècle*, editada em Paris em 1897 incluiu um mapa da Baía de Guanabara denominado “Carta Factícia” (La Baie de Guanabara d’après une carte factice) sem indicação de época da sua feitura e do autor do desenho. Baseada na obra de Jean de Léry, *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil*, editada em La Rochelle, em 1578. É uma representação conjectural da Baía da Guanabara.

O autor não teve a preocupação de assinalar os acidentes geográficos mas, exclusivamente, a de apresentar os núcleos de população indígena em ambas as margens da Guanabara, da ilha do Governador e Baixada Fluminense, situando os pontos de ocupação francesa no entorno da Baía de Guanabara. É uma carta onde fica evidente deficiências do desenho e da proporção, a Baía de Guanabara aparece como um golfo no qual deságuam dois grandes rios, possivelmente o Iguaçu (importante para o nosso estudo pois atravessa o bairro de São Bento em D. de Caxias) e o Macuco (rivieres d'eau douce, na legenda); as ilhas, do Governador (La Grande Isle) e de Villegaignon, estão assinaladas muito próximas uma da outra, deslocadas para o meio da baía; o Pão de Açúcar com o nome francês de Pot au beurre (manteigueira) aparece ilhado, bem distante do continente. O rio Carioca, identificado pelo nome da aldeia tamoia (Tupinambá) Kariuac, está localizado fora da barra e, na entrada da baía.

Jean de Lery tem sido citado como o primeiro cronista do Rio de Janeiro e a Carta Factícia é apresentada como o primeiro documento cartográfico, no qual a Baía de Guanabara aparece com seu nome de origem indígena, até hoje conservado. Tais afirmativas não encontram apoio na realidade dos fatos. Álvaro Teixeira Filho relata que antecedendo de vinte anos a obra de Léry, o missionário franciscano André Thevet tornou-se o primeiro cronista do Rio de Janeiro e da França Antártica, ao publicar, em Paris, em 1557, *Les Singularitez de la France Antarctique*, primeira obra escrita sobre o Rio de Janeiro. Em 1558, Thevet divulgou, na França, uma carta do Rio de Janeiro, na qual a Baía de Guanabara aparece pelo seu nome de origem indígena: Gouffe de la rivére de Guanabara ou January.

Ilustrando a descrição feita por Jean de Lery, a Carta Factícia esclarece os pontos de ocupação francesa no Rio de Janeiro, situa a briqueterie, olaria construída pelos franceses próxima a aldeia Kariuac e localizam as aldeias tamoias (tupinambás) citadas na obra de Léry. Assinalados por minúsculas âncoras, notam-se na Carta Factícia dois pontos: o primeiro, em frente à aldeia de Yaboraci at Pepin, próximo do rio Carioca, e o segundo, junto à ilha de Villegaignon, na parte fronteira ao continente, indicando os locais de desembarque e ocupação pelos franceses, logo que chegaram à Guanabara, confirmando, assim, as declarações de Villegaignon, André Thevet e Nicolas Barré, que citaram o continente como primeiro ponto ocupado pelos franceses, antes de se alojarem na Ilha de Serigipe (Atual Escola Naval), depois denominada Ilha Henri, atual Ilha de Villegaignon, e não no rochedo da Lage, denominado pelos franceses ratier (ratoeira). Jean de Lery também se refere às aldeias indígenas existentes no Rio de Janeiro, estas representadas na Carta Factícia, Lery deixou uma relação de 22 aldeias onde ele afirma ter estado em contato íntimo com os indígenas brasileiros.

As aldeias indígenas, situadas ao redor da baía de Guanabara, baixada fluminense e ilha do Governador, eram palco de lutas entre Tamoios (Tupinambás) e Temiminós. Estes lutavam entre si, para manter viva a chama do valor e da coragem, morrendo ou matando, para vingar os do seu sangue, em

rituais antropofágicos, os que tombaram nas batalhas travadas entre as duas tribos, desde tempo imemoriais.

É esse quadro que os europeus encontraram ao chegar à baía da Guanabara no século XVI e que lhes será muito útil. Essa rivalidade entre os povos originários será explorada ao máximo pelos europeus. Percebe-se pela leitura dos textos da bibliografia que um dos pontos fundamentais da conquista da região, tanto inicialmente pelos franceses como posteriormente pelos portugueses, encontra-se na política de alianças. Ambos se aliaram aos indígenas, os franceses aliados dos tupinambás que lhes chamavam de mairs e os portugueses que chegaram posteriormente com a intenção de expulsar os franceses, foram aliados dos Temiminós. Os portugueses são chamados de perós. Portanto, tomam partido nesta luta, mas de acordo com seus próprios interesses: a conquista e a exploração da terra.

Esta afirmação fica clara com a afirmação de Silva (2021) que narra a chegada dos colonos da França Antártica: “desceram de botes e foram à terra sendo recebidos pelos habitantes de maneira mais hospitaleira possível”. “Eram quinhentos ou seiscentos tupinambás a esperá-los na praia, tiveram até tempo de improvisar uma habitação para os que chegavam”. SILVA, cita também que: “Uma comissão de anciãos mais respeitados dirigira-lhes saudações à sua moda e em seu idioma, em tudo demonstrando grande admiração” (Silva, 2021. p.39).

Finalmente se realizava aquilo que os mairs há tanto falavam. Vieram então os grandes barcos franceses para ajudá-los a lutar contra os portugueses e seus inimigos Temiminós e fundarem uma aliança perpétua. A alegria era tanta que víveres surgiam de todos os lados para os necessitados viajantes. Diversas raízes “grandes e pequenas, todas de ótimo sabor e outras comidas locais” os deliciaram, e foram tantos os agradecimentos e louvores que “um verdadeiro cristão não se pode esquecer”. Este mesmo fato é confirmado por (Doria, 2021, p.52), “os indígenas receberam bem os franceses até para erguer seu forte quando escolheu a ilha de Sergipe”. “A ilha não possuía fontes de água de modo que precisaram construir uma cisterna para captar água da chuva por várias semanas e que a chuva alimentaria a cada tempestade.” Água fresca, no entanto, eram os indígenas que traziam, junto com comida, quase todo dia, para realizar o “escambo”, pois ganhavam em troca, anzóis, contas e outros produtos baratos. Além disso, os Tupinambás eram guerreiros ferozes e ambos tinham por inimigo comum os portugueses.” Se a baía da Guanabara continuava virgem, só frequentada por franceses, era por causa desses nativos.

De acordo com (Tavares, 2011, p. 78), o forte em Sergipe foi batizado de Coligny, figura das mais respeitadas e influentes do reino, Gaspar de Coligny era conselheiro pessoal e amigo do rei. (Tavares, 2011, p. 46), dialoga com Silva e Doria confirmando que: “a ilha não possuía nenhuma fonte de água doce, o que obrigava seus habitantes a fazerem constantes viagens à terra firme, a fim de

abastecerem-se na foz do rio Carioca. E ainda que o solo da ilha era de cultivo muito difícil, e a alimentação dos ocupantes devia ser toda de proveniência externa, inicialmente comprada dos indígenas, através do escambo, e posteriormente trazida do foco colonial francês no Continente”. Percebe-se pela leitura realizada e do diálogo intertextual dos autores citados, a dependência quase total dos franceses em relação aos indígenas Tupinambás no início da ocupação da França Antártica com relação aos itens básicos que lhe deram sustentação, água, alimento, proteção e mesmo trabalho indígena foram o seu suporte. Assim, podemos falar de um protagonismo indígena indispensável ao projeto colonial francês. Ao longo dos anos a historiografia parece que ¹⁶preferiu trazer o esquecimento e o silenciamento sobre este protagonismo, era a História dos Vencedores. Atualmente percebe-se que com a Nova História e a decolonialidade, a mudança deste paradigma, valorizando-se o protagonismo dos povos originários, a História dos vencidos, mostrando toda a sua face negligenciada.

Uma outra questão colocada pela historiografia, “em 1555, franceses fugindo de guerras religiosas que aconteciam na Europa e ignorando o Tratado de Tordesilhas, invadiram a baía da Guanabara, estabeleceram uma colônia na ilha de Sergipe e deram início à França Antártica, uma utopia protestante para a França Antártica”¹⁷. A respeito dessa afirmação Vasco Mariz, autor de *Villegaignon e a França Antártica* (2000) afirma que: de um modo geral, no seu entendimento, não chegou a haver um verdadeiro projeto colonial huguenote. Ao saber que a iniciativa de Villegaignon começava a dar bons resultados e também a pressentir a terrível gravidade das guerras de religião que começavam a afetar a França, o almirante Gaspar de Coligny, o principal ministro do rei Henrique II e recém-convertido à Reforma após o casamento de sua filha com o príncipe protestante de Flandres, decidiu enviar uma pequena missão de pastores calvinistas à Guanabara.

Portanto, eles não vieram fundar aqui uma colônia protestante no Brasil e sim apenas observar e avaliar as condições de vida da França Antártica, o clima, a alimentação, os problemas da catequese e do relacionamento com os indígenas, enfim a viabilidade de a pequena colônia de Villegaignon poder vir a receber uma grande comunidade de milhares de calvinistas que estavam sendo perseguidos impiedosamente na França. Já se escreveu que essa missão calvinista viera fundar uma colônia protestante, o que não deixa de ser estranho pois segundo Mariz: “como catorze pessoas apenas, de nível intelectual muito desigual, poderiam fundar uma colônia? Com que meios? Aqui vieram apenas observar para informar o almirante Coligny sobre as reais possibilidades da França Antártica”, reitera.

¹⁶ Florestan Fernandes e Werneck Sodré falam na temática indígena mas sem realçar seu protagonismo. Uma visão tradicional, onde o indígena é visto num papel secundário com relação ao período colonial.

¹⁷ Multirio.rio.rj.gov.br – História do Brasil.

De acordo com Mariz (2011), cartas bem otimistas foram enviadas a Coligny, com elogios a Villegaignon, e Coligny começou a organizar um empreendimento de grande envergadura envolvendo milhares de pessoas e soldados bem equipados. As perspectivas eram realmente boas, quando lhes chegou a notícia de que os portugueses haviam capturado e desmontado a fortaleza que deveria proteger a colônia francesa. Assim, o projeto colonial Huguenote para a Guanabara, se é que realmente existiu, não chegou a ser implantado. Em diálogo com Tavares (2011), este cita que muito se fala, na historiografia sobre o assunto, na existência de uma “utopia protestante”, ou de um projeto colonial huguenote existente para a França Antártica, mas pouco ou nada existe que jogue um pouco mais de luz sobre os detalhes do que seria essa idealização elaborada pelos reformados. Tavares conclui: “Frequentemente, comete-se mesmo o equívoco de afirmar que a França Antártica em si era uma iniciativa protestante, o que, de modo algum, corresponde à realidade”. (Tavares, 2011, p.20).

É importante citar que a colônia fundada na Guanabara pelo cavaleiro de Malta, portanto católico, Nicolas Durand de Villegaignon, no ano de 1555, sob os auspícios do monarca Henrique II da França, mas com grande apoio dos armadores e comerciantes da Bretanha e da Normandia, principais investidores franceses na navegação do Atlântico. Em fevereiro de 1556 eclodiu uma revolta contra Villegaignon, por um normando. A França Antártica enfrentaria seu primeiro problema. Villegaignon, cavaleiro de Malta, recebeu como dito anteriormente uma formação composta por três votos: de castidade, de obediência absoluta aos superiores e de pobreza.

Cita Tavares (2011) que desde o princípio, muitos franceses se entregaram a relações sexuais com as índias. No entanto Villegaignon, cioso dos valores que mais prezava e fiel a seus princípios, recusava-se a aceitar essa situação e estabelece que nada impedia que seus homens se relacionarem sexualmente com as índias, no entanto, impunha a condição de que, para tanto, deveriam casar-se dentro da Igreja, com todo o rigor exigido. Como é de se imaginar, isso não seria muito do agrado daqueles homens, que não tinham a mínima pretensão de assumir compromissos. Não tardaram em organizar uma conspiração, com o fim de matar Villegaignon. Trinta homens se uniram sob o intento de dar fim à vida do cavaleiro de Malta. Informado por um denunciante, dissolveu o grupo, capturou quatro líderes, um foi morto por enforcamento, outro morreu afogado ao tentar fugir, os demais envolvidos receberam a graça para evitar que o problema se agravasse ainda mais. Essa situação deixou Villegaignon preocupado, e ele adotaria a partir de então uma atitude bastante cuidadosa, e particularmente, tentaria inculcar em seus homens alguns valores morais, para evitar que outro incidente como esse viesse a acontecer. Assim, percebe-se que a crise religiosa vivida pela França no século XVI também se desenrolava aqui na Baía da Guanabara, na França Antártica, ela estava dividida e esse será um dos fatores importantes de seu fracasso.

Posteriormente, a ofensiva lusitana acontece por intermédio de uma expedição enviada por Mem de Sá à Guanabara, com reforços vindos de Santos e São Vicente. Em 15 de março inicia-se o ataque português com o bombardeio das fortificações na ilha de Serigipe. No dia 16 de março, ao cair da noite, alguns portugueses conseguiram penetrar a fortaleza e apoderam-se do paiol, privando os franceses de munição. Estes, sem saída, abandonam a ilha e entregam o forte aos portugueses. Indo juntar-se aos índios em terra firme. Após a derrota francesa, obtida de modo espantosamente rápido, seguiu-se o desmanche de sua artilharia e se executou o arrasamento do forte.

No entanto, Tavares (2011) nos relata que não seria ainda o fim da França Antártica e a experiência francesa que se recuperaria. Durante o ano de 1561, os franceses dispersos entre as tribos indígenas na baía se unem novamente, construindo duas novas fortificações, uma delas em terra, em Uruçumirim (atualmente Morro da Glória), e a outra na Ilha de Paranapucuí ou Paranapuã (atual Ilha do Governador).

De acordo com Silva, não dispendo de homens suficientes para conquistar e povoar a terra , Mem de Sá partiu para São Vicente, deixando de novo a Baía de Guanabara desguarnecida de qualquer posição defensiva portuguesa. De São Vicente escreve a regente Dona Catarina que a única solução para assegurar o domínio sobre a Guanabara era “mandar povoar este Rio de Janeiro para a segurança de todo o Brasil” (Silva, 2021. p.428).

Enquanto isso, no Rio de Janeiro não tardaria a reação tupinambá à derrota na ilha de Serigipe e à destruição de duas de suas principais aldeias. Decidiram que o caminho para estabelecer a vingança aos perós, era partir em direção ao sul contra os portugueses que viviam nas vilas de São Vicente e Piratininga. Os Portugueses da capitania de São Vicente viviam em constante estado de alerta e terror. “Estes tupinambás nunca cessam por mar e por terra de perseguir os cristãos, levando os seus escravos”, resume o padre José de Anchieta em carta datada de junho de 1561, acrescentando que vinham “de suas terras saltar as fazendas dos portugueses sem haver quem lhes impeça”. Com a guerra contra os tupinambás e a dificuldade de submetê-los a escravização, aos poucos os portugueses e mamelucos foram voltando o foco contra os outros grupos tupiniquins de quem antes haviam sido aliados e que, cada dia , mostravam-se mais arredios contra as incursões , em pouco tempo parte deles se declararia inimigo dos perós. Escrevendo de Piratininga em março de 1562, José deAnchieta informava ao geral da Companhia de Jesus, que “nossos antigos discípulos, que com tanto Afã e trabalho andávamos criando , não temos conta alguma, e digo não temos, porque eles se hão feito indispostos para todo o bem, dispersando-se por diversas partes” citado por (Silva, 2021, p. 429). Apenas um dos Morubixabas¹⁸ .

¹⁸ Carta ao padre Diogo Lainez de São Vicente de 16 de abril de 1563 (ANCHIETA, 1933, p.183)

Os tupiniquins continuavam fiel aos padres, e se não fossem sua ajuda, naquele mesmo ano, provavelmente, os portugueses e jesuítas de Piratininga, incluindo José de Anchieta não seriam mais capazes de enviar cartas a Portugal. O grande Tibiriçá, sogro de João Ramalho, já com muitos netos mamelucos, via-se tão ligado aos padres que instaria todas as aldeias sobre a sua influência a proteção do arraial português no planalto paulista, novamente o protagonismo indígena facilitando a colonização, agora com os portugueses.

Durante os anos de 1560 e 1561, além dos costumeiros ataques às povoações portuguesas de São Vicente, Santos e Piratininga, os tupinambás devem ter percebido, possivelmente com a ajuda dos franceses, que para se impor aos lusos, e não só assaltá-los, teriam que se aliar com todas as demais tribos que habitavam aqueles territórios, deixando de lado as antigas inimizades e projetos de vingança. O inimigo agora era um só. Para tanto os líderes tupinambás, como Aimberê do Rio de Janeiro, procuraram secretamente os morubixabas mais importantes dos tupiniquins de São Vicente, dos guianazes do Planalto Paulista e de outras tribos do sertão, como os carajás, goytacazes e aimorés, propondo-lhes uma aliança de guerra para que juntos pudessem se vingar dos portugueses que há tanto tempo os perseguiram. Assim a aliança, que antes incluía apenas as tribos tupinambás do Rio de Janeiro, da Costa Verde e do Paraíba do Sul, passou a contar com uma união jamais vista.

Os portugueses resolveram passar a ofensiva uma vez que viam a situação piorar mais a cada dia. Assim, juntaram todas as forças disponíveis, e segundo Silva (2021), no início de 1562 foram em busca das aldeias paraíbas (do Rio Paraíba do Sul), mas estes já andavam há muito preparados para a guerra e, conhecendo melhor o terreno, foram capazes de resistir ao ataque e desbaratar a tropa lusa, vencendo o combate¹⁹. Essa derrota logo se espalhou entre os nativos e ajudou a convencer aqueles “principais” que ainda não acreditavam ser possível vencer os portugueses em uma luta aberta a se juntar às tribos confederadas. Isso selou definitivamente a fase mais agressiva da aliança nativa que ficou conhecida na História como a Confederação dos Tamuyas ou, como escrevem os padres Jesuítas, Tamoios. Tamuya quer dizer “os avós” ou “os mais antigos”. Silva explica que esse termo “tamoio” foi representativo de uma simbologia coletiva que pregava a união das diversas tribos do Sudeste, como os tamoios, ou seja, “os avós” da terra (Silva, 2021. p.431).

De acordo com Silva (2021), a maior proeza da confederação foi o ataque a Piratininga. Os tamoios haviam conseguido finalmente a adesão de Piquerobi, grande morubixaba Tupiniquim que era irmão de Tibiriçá, e logo os preparativos para a destruição dos portugueses de Piratininga começaram. A notícia do iminente ataque chegou a Piratininga uma semana antes do cerco tamoio e isso foi

¹⁹ Carta ao padre Diogo Lainez de São Vicente de 8 de janeiro de 1565 (Anchieta, 1933, p. 184).

determinante para a resistência. Em pouco tempo Tibiriçá , que havia sido batizado com o nome Martim Afonso de Souza (o mesmo dado a Araribóia), reuniu sua gente que estava repartida em três pequenas aldeias e conclamou, junto com outros cristãos e mamelucos, mais “sete ou oito aldeias , em que estavam espargidos, a meter-se conosco.”²⁰ Para José de Anchieta, foi Tibiriçá o grande artífice da resistência de Piratininga, pois não fez outra coisa além de se preparar para o combate, dando ordens e avisos, inclusive aos poucos e doentes portugueses que ali estavam, de como deviam proceder. E isso ao mesmo tempo que pregava continuamente aos seus, como faziam os morubixabas antes dos combates, para “que defendessem a igreja que os padres haviam feito para ensinar a eles e aos seus filhos”.

Silva (2021) explica que “estudiosos dizem que desse ataque participaram pela primeira vez todas as tribos “tamoias” confederadas”. Os nativos estavam divididos entre aqueles que aproveitavam de alguma forma o convívio com os portugueses e aqueles que viam no futuro a sua própria escravidão. SILVA ainda relata que: “o padre José de Anchieta disse, na correspondência em que relatou o ataque, com a vitória dos portugueses e seus aliados, que o episódio acabou sendo benéfico ao desenvolvimento da vila, pois os nativos, com medo de novos assaltos, recolheram-se todos a Piratininga” Também disse que eles mesmos cercaram agora de novo com os portugueses a vila, e está segura de todo o embate. Relatou ainda que agora todos eram obrigados a ir para a igreja, porque “para este gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro” (Silva, 2021. p.432).

As boas notícias, porém, acabaram logo após a vitória dos nativos defensores de Piratininga, pois uma epidemia “de graves febres” se abateu sobre aqueles que tinham vindo proteger os padres. A doença acabou por levar Tibiriçá, tido pelos jesuítas como grande herói. Essa perda foi muito sentida por ser Tibiriçá um dos poucos Morubixabas que ainda apoiavam os portugueses. Enquanto Piratininga estava mais fortificada e povoada em virtude da ofensiva dos tamoiós, os portugueses que viviam esparsos no litoral viam-se cada vez mais perdidos. Como relata Anchieta²¹, os tupinambás da costa apareciam tanto por mar quanto por terra, destruindo as vilas, libertando os escravizados e matando os portugueses que encontravam. Sem forças para resistir por muito tempo, as autoridades coloniais decidiram apelar para a diplomacia. Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, os dois religiosos mais respeitados tanto pelos índios como pelos portugueses, aceitaram a perigosa missão de ir até às aldeias dos tupinambás confederados e acenar com um tratado de paz. Nóbrega seria o representante do governo de São Vicente, e Anchieta, seu intérprete. Esperavam com isso, segundo o próprio Anchieta, “dar sossego a esta Capitania, que anda deles tão infestada (Tamoios), que já quase não pensam nos homens senão em como

²⁰ Carta ao padre Diogo Lainez de São Vicente de 16 de abril de 1563 (ANCHIETA, 1933, p.183)

²¹ ANCHIETA, J. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Comentário sobre o ataque tupinambá a Piratininga.

hão de ir e deixá-la”. Queriam especialmente parar as “grandes opressões que dão a esta terra uns nossos inimigos chamados *Tamuya*, do Rio de Janeiro^[20]. O tratado de paz Iperoig é assinado graças a ação e influência de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega pois estes tinham a confiança de ambos os grupos indígenas aliados dos europeus. O resultado de Iperoig foi o apaziguamento parcial dos tupinambás mas extremamente benéfico para os portugueses, os tupinambás do Paraíba do Sul e da Costa Verde (Angra dos Reis e Paraty) haviam se aproximado, enquanto os do Rio de Janeiro continuavam desconfiados, segundo o padre, principalmente porque os franceses permaneceram entre eles. A atuação dos jesuítas, além da trégua que propiciou aos portugueses, serviu principalmente para acabar com a união dos nativos que tanto ameaçavam os lusos.

De acordo com SILVA (2021), a notícia do tratado chegou ao governador em Salvador, melhor ocasião não havia de povoar a Guanabara e afastar de vez a ameaça dos franceses naquele porto. Parte Estácio de Sá para o Rio de Janeiro, reforçado de outras embarcações e soldados, acompanhado do ouvidor-mor Braz Fragoso. No Espírito Santo, juntou-se à frota o capitão-mor Belchior Azevedo, e muitos maracajás seguindo o morubixaba Araribóia, que voltava ao Rio de Janeiro depois de ter que fugir com seus parentes para o Espírito Santo. O objetivo era fundar a cidade por ordem da rainha regente, fundeia a frota na ilha Serigipe e ocupou o mesmo lugar que havia servido de base aos franceses de Villegagnon.

Os tupinambás rompem o armistício, atacam os portugueses, junto deles franceses, destroem navios, mortos e feridos de ambos os lados. Nesse período, início de 1564, durante dois meses, Estácio de Sá se viu em apuros na Guanabara e em constante pressão dos tupinambás, decide armar-se melhor em São Vicente para onde parte. De acordo com Silva, conseguindo reforços em São Vicente, partem de volta para a baía de Guanabara, a estratégia era desembarcar no mesmo lugar onde Mem de Sá acolhera sua armada quando fora dar combate ao forte dos franceses em 1560. Estácio também havia identificado as qualidades daquela posição nos dois meses que passou no Rio de Janeiro no ano anterior. SILVA cita José de Anchieta: “Em uma mesma maré, com grande alegria entramos pela boca do Rio de Janeiro” (Silva, 2021. p.445).

No dia seguinte, 1º de março, desembarcaram em uma estreita várzea próxima à barra e por isso aquele dia foi considerado como o marco da fundação da cidade de São Sebastião, em homenagem ao rei de Portugal, ainda menor de idade naquela época. A partir de tal data nunca mais os portugueses arredariam o pé da Baía de Guanabara. No lugar hoje funciona uma base militar anexa ao forte de São João, na Urca.

Após essas considerações sobre a convivência de aproximações e conflitos eminentes entre portugueses, franceses e indígenas, é importante caracterizar os primórdios daquilo que conhecemos

como bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ por conta dos vestígios arqueológicos que vão ser trabalhados no trabalho propositivo didático referente ao capítulo 3 da dissertação.

Segundo Silva, (2021), nos primórdios da baía da Guanabara, uma vez que é preciso considerar o Rio de Janeiro não nos limites da cidade de hoje, mas sim na sua composição indígena, muito mais extensa, englobando a Baixada Fluminense entre outros locais. O fato de tomarmos conhecimento da existência de mais de 80 aldeias Tupinambás, no entorno da baía da Guanabara e regiões adjacentes, onde fixavam-se mais próximos às margens da baía e dos rios que nela deságuam. Os tupinambás foram aliados dos Franceses na França Antártica, que englobava todas estas áreas incluindo a Baixada Fluminense, uma população de mais de 80 mil indivíduos.

O fato de que todas essas comunidades nativas se envolverem, de algum modo, no processo de resistência contra os soldados portugueses e seus aliados nativos não deve ser motivo de qualquer surpresa. A grande maioria foi contra a ocupação portuguesa.

De acordo com Tenreiro (2009), após a expulsão definitiva dos franceses e da vitória sobre os tupinambás, a coroa portuguesa iniciou o processo de ocupação do Rio de Janeiro, com especial atenção para a área estratégica da Baía da Guanabara. A localização geográfica do bairro São Bento em Duque de Caxias é no centro da baía de Guanabara, a colonização efetiva da região do bairro de São Bento iniciou-se com a concessão de sesmarias, destacando-se as terras doadas ao ouvidor-mor do Governo Geral, Cristóvão Monteiro, em 1565, em agradecimento à sua luta contra os franceses. Instalava-se na região de Iguazu o primeiro engenho açucareiro da região. A presença do ouvidor-mor indicava a importância da região para o domínio luso.

Da época colonial o mais importante lugar de memória da região é a fazenda São Bento ou Iguazu, marco inicial da colonização efetiva da Baixada Fluminense²² O complexo originou-se da compra feita pelo Mosteiro de São Bento de uma parte das terras de Cristóvão Monteiro, em 1591, e da posterior doação de sua viúva, em 1596, nascendo a Fazenda São Bento, que explica a denominação do bairro. Inicialmente os monges beneditinos construíram uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora das Candeias.

No século XVIII, as terras foram transferidas para a irmandade de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos. Nesse período foi construída, anexa à capela, a casa grande, um convento para abrigar padres em descanso ou afastados do sacerdócio, funcionando também como sede da Fazenda de São Bento. A sua atividade econômica baseava-se na produção de cana, de aguardente, de garapa de cana, farinha de mandioca e na fabricação de tijolos, abastecendo o Rio de Janeiro. Com a decadência e com

²² Lugar de diversas memórias, o IPHAN reconheceu toda a área do Núcleo Colonial de São Bento como patrimônio material de Duque de Caxias e do Estado do Rio de Janeiro. PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS.

o esgotamento das terras, a fazenda se dedicou à criação de gado e a produção de leite, de queijo e mandioca.

Uma série de fazendas e engenhos ocuparam o vale do Rio Iguaçu, em substituição às antigas aldeias, surgiram a doação de sesmarias e nestas fazendas. A grande interligação fluvial com a Baía da Guanabara proporcionou uma crescente prosperidade à região, baseada numa economia de produção agroexportadora de alimentos e de madeira, abastecedora do Rio de Janeiro. Os principais portos localizavam-se nos rios Iguaçu, Pilar, Meriti, Estrela e Sarapuí. O porto de Iguaçu, às margens do rio de mesmo nome, era o principal escoadouro colonial da região no século XVI. O escoamento da produção era feito através de pequenas embarcações nos atracadouros instalados próximos aos engenhos até o porto iguaçuano em direção ao Rio de Janeiro²³. Os “escravos barqueiros”, exímios conhecedores daquela área, devidamente registrados e autorizados, transportavam a produção (SOUZA,2002, p. 28; 32; 33a).

De acordo com Nigra (1943), no capítulo *A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu*, da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, registra que “os primeiros monges beneditinos no Brasil, segundo a informação dirigida ao padre geral pelo venerável José de Anchieta em 1584²⁴, a região do rio Iguaçu, no interior da Guanabara, constitui a primeira terra beneditina nas vastas plagas brasileiras do século XVI. Anchieta de acordo com Nigra cita que 7 ou 8 frades brancos franceses (cistercienses) mandados por Villegaignon, em 1560 e 1561, fizeram entre os tupinambás o seu estabelecimento, e ensinaram alguns meninos do gentio, os quais traziam vestidos com seu hábito.

A afirmativa de Anchieta” (Nigra, 1943, p. 257). Traziam aqueles frades brancos os meninos do gentio seu hábito merece consideração, porque é costume nos mosteiros de São Bento na França, de se vestirem os meninos das escolas claustrais com o hábito dos próprios monges.

Os monges franceses de Villegaignon foram obrigados a abandonar o Brasil na época anterior a 1564. No ano seguinte, grande parte daquelas terras de Iguaçu tinham sido dadas em sesmarias pelo primeiro ouvidor do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro, marido de Marquesa Ferreira, a qual mais tarde ofereceu meia légua de terras ao mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes o Mosteiro de São Bento, compraria ou receberia de doação a maior parte das terras ao longo do Rio Iguaçu.

²³ As escavações arqueológicas realizadas durante a construção do Arco Metropolitano encontraram importantes sítios arqueológicos na região. As principais descobertas até o momento são a parte de uma embarcação, um peso de cerâmica para a pesca e a peça única de relógio de sol, os quais podem indicar a localização do Porto da Barriga. Um antigo entreposto de trocas de mercadorias do século XVI, este atracadouro nunca teve localização exata. Com o desenvolvimento das pesquisas, será possível concluir se ele construído às margens do rio Iguaçu. LESSA, Hélio. A História no meio do caminho. O Dia. Baixada, 15/08/2010. p.1-3.

²⁴ Cartas jesuíticas; Cartas de José de Anchieta s.j. (Publicação da Academia Brasileira. Coleção “Afrânio Peixoto”), Rio, p. 313.

Souza *et al.* (2007) confirma a importância da igreja Católica nesta região ao afirmar que além das fazendas e dos atracadouros que rememoram o passado colonial da região, a presença da Igreja Católica atesta a centralidade do projeto religioso para a legitimação da colonização portuguesa em “terras pagãs”. Diante de uma ocupação colonial marcada pela grande dispersão territorial e pelos interesses senhoriais locais, nem sempre harmoniosos com os da Coroa, a Igreja expressava não somente a conduta moral do seu rebanho, mas também toda a vida civil da população através dos registros de nascimento, casamento e testamentos. Assim as matrizes paroquiais foram erguidas nas margens dos principais rios, próximos aos portos. Nos séculos XVII e XVIII, a divisão administrativa de Iguaçú (na ortografia arcaica Iguassú, hoje parte de Nova Iguaçú, D.de Caxias e Belford Roxo), seguia critérios eclesiásticos, ou seja, a igreja matriz assumia a responsabilidade jurídica e religiosa, administrando as capelas secundárias: as freguesias. Sendo assim, São Bento, Pilar, Meriti, Estrela e Jacutinga, áreas que atualmente ocupam parte do território de Duque de Caxias, pertenciam à Iguaçú.

No final do século XVII e metade do século XVIII, a região atingiu o apogeu com a descoberta de ouro nas Minas Gerais. Estrategicamente localizada entre o planalto mineiro e o porto do Rio de Janeiro, a capilaridade dos seus rios tornou a região o mais importante caminho de ligação entre essas duas áreas. Até hoje a cidade de Duque de Caxias guarda vestígios desse período, eternizados nos “Caminhos do ouro”. A antiga rodovia Rio-Petrópolis, atual Leonel de Moura Brizola que corta o Bairro São Bento passando em frente a Escola Nísia Vilela Fernandes, cortando as terras da antiga fazenda dos beneditinos.

Esse caminho de Garcia Paes Leme ou do Pilar, também chamado de Caminho Novo, inaugurado em 1704, tornou-se a primeira via de ligação entre Minas Gerais e a Baía de Guanabara, fato que beneficiou as áreas de Meriti, São Bento, Pilar e a Serra do Couto. Tropeiros guiavam animais de carga para o transporte até o porto de Nossa Sra. do Pilar, em direção às Minas Gerais e ao porto do Rio de Janeiro, nas terras da fazenda dos Beneditinos, no rio Pilar que deságua no rio Iguaçú. Essa área nesta época se tornou muito próspera. Sousa *et al.* (2002) cita que a região também adquiriu importante posição para o combate às rebeliões no planalto e para a transferência da fábrica de pólvora, que estaria protegida pela serra e pela mata.

Apesar da criação dos primeiros núcleos urbanos ao longo das fazendas e dos “caminhos do ouro”, esses núcleos não chegaram a criar grandes aglomerações. Indicavam, entretanto, o padrão de urbanização dos séculos seguintes: a relação direta com o núcleo central e a primazia da cidade do Rio de Janeiro subordinando essas áreas à condição de periferias. Na época imperial, a região adquiriu novamente um grande impulso devido ao crescimento da produção cafeeira do vale do Paraíba. Assim, o antigo núcleo colonial do Recôncavo Guanabarinense confirmava novamente sua função de interligação,

armazenamento, abastecimento e trocas, integrando as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro (Souza, 2007).

Obras de drenagem, retificação e pavimentação foram realizadas para melhorar o escoamento da produção cafeeira até os portos de Estrela e Pilar. Novos trajetos se juntaram aos antigos “caminhos” da região. Pilar (era parte da fazenda dos beneditinos) e Estrela os principais entrepostos comerciais, de pouso e de passagem para as ricas terras do café. Iguaçu e Estrela foram elevadas à condição de vilas nas décadas de trinta e quarenta do século XIX. (Sousa *et al.*, 2007). É importante citar que o café do Vale do Paraíba Fluminense representou cerca de 70% de toda a economia brasileira nessa época. Até o século XIX, o progresso local foi notável, entretanto, a impiedosa devastação das matas trouxe, como resultado, a obstrução dos rios e conseqüente transbordamento, o que favoreceu a formação de pântanos. Das águas paradas e poluídas surgiram mosquitos transmissores de terríveis febres.

No final do século XIX, a região do Iguaçu conheceu um grande declínio devido ao abandono dos rios como principais vias de circulação e de integração ao porto do Rio de Janeiro. A região de Iguaçu e conseqüentemente a de São Bento perdem importância, contribuíram para esse processo as mudanças advindas com o funcionamento das primeiras estradas de ferro, que baratearam os custos do transporte do café, antes feito por tropas de mulas pelos caminhos tradicionais da Baixada Fluminense. O fim do tráfico externo de escravos também encarece cada vez mais a produção agro escravista.

A região durante todo o percurso da era colonial e imperial funcionou com braço de escravizados, como nos demonstra Nigra (1943) apresentando a lista de 50 escravizados na sede da fazenda apenas, pois o número deveria ser bem maior devido à extensão das terras. Também os rios já não eram os mesmos dos tempos áureos, o longo processo de desmatamento sobre as encostas da serra destruía lentamente a proteção dos mananciais dos rios, diminuindo os veios e provocando a obstrução desses fluxos. Durante a maré vazante, os navegadores encontraram apenas lama e plantas aquáticas. Os rios somente possuíam condições de navegação na maré cheia. (Tenreiro, 2009).

Com a inauguração da Estrada de Ferro do Barão de Mauá, em 1854, em Guia de Pacobaíba, na atual Praia de Mauá (Magé), o Porto da Estrela perdeu sua importância, caindo no esquecimento. A abertura da Estrada de Ferro Pedro II, em 1858, levou a decadência para as regiões de São Bento, Pilar e vila de Iguaçu. Tentando fugir da decadência definitiva, a região dedicou-se à criação de gado e à fruticultura, observando-se um crescente processo de arrendamento e de venda das terras pelos seus antigos proprietários. Com o desmantelamento do porto e das suas características tradicionais, houve um grande despovoamento local (Souza, 2002).

Nos primeiros anos da República, a situação dos antigos núcleos coloniais e caminhos do ouro da Baixada Fluminense, em nada lembravam a prosperidade das épocas áureas. Todavia, se os “lugares de memória” se relacionam às estradas de terra e às vias fluviais que integravam a região à cidade do

Rio de Janeiro, na república esta característica não se perderia. Os “novos caminhos”, agora abertos por trilhos e asfaltos, continuavam demarcando a História e a futura cidade de Duque de Caxias.

No final do século XIX, por volta de 1886, a Estrada de Ferro Leopoldina chegava à Meriti (atual Duque de Caxias), naquela época um distrito de Iguaçú próximo ao porto, quase na foz do rio Iguaçú. A região vivia um completo abandono. Apesar da inauguração, as mazelas que assolavam o território, focos de doenças, como a malária e o Mal-de-Chagas, oriundos dos rios assoreados, brejos e alagados permanentes sendo que a área chegou a possuir 17000 habitantes (Tenreiro, 2009). Assim, a instalação da via ferroviária não significou um surto imediato de urbanização da cidade, pois a ferrovia destinava-se basicamente ao transporte de cargas.

Os lugares de memória de Duque de Caxias não se remetem apenas à História do colonizador. A antiga área colonial na Baía da Guanabara foi um importante local de revoltas escravas. Os vestígios indicam a presença de inúmeros quilombos, com cerca de cem pessoas, nos mangues e às margens dos rios Iguaçú, Pilar, Sarapuí e Suruí. Protegidos pela geografia, eram as Hidras Iguaçuanas^[25]. A alcunha, eternizada pelo Ministro da Justiça Gama Cerqueira, em 1878, revelava as grandes dificuldades do império em reprimir e em controlar rebeliões dos escravos na região da Fazenda São Bento. Ao contrário de outras experiências como a de Palmares, os quilombos do fundo da baía de Guanabara não foram desarticulados, já que sobreviveram até o fim da escravidão, devido às dificuldades de repressão sobre esses acampamentos, incrustados numa área de difícil acesso, protegidos por rios e serras que os abrigavam em caso de fuga (Tenreiro, 2009), importantes vestígios dessa História sobreviveram ao tempo e à ação humana, como o sítio Arqueológico do Amapá, também conhecido como Estrada das Escravas.

De acordo com o Jornal Imprensa, edição número 318 de 30 de maio de 2022, o núcleo colonial do bairro de São Bento era composto pelos seguintes lugares de memória: A Casa do Administrador, construída no projeto getulista de reassentamento agrícola criado em 1932 e extinto em 1960. A Tulha Principal, situada diante da Fazenda São Bento que servia de local de armazenamento da produção dessa unidade produtiva. A Farmácia, edificação que funcionou até o Século XIX como mais um espaço de armazenamento da fazenda, e no século XX como farmácia de manipulação de quinina usada no combate às endemias que assolavam a região, febre amarela e malária entre outras. A Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento surge a partir de uma troca realizada pelas cooperativas dos colonos do Núcleo Colonial do São Bento. Na década de 1950, foi transformada em escola para os filhos dos colonos recebendo o nome da esposa do administrador do Núcleo, Nísia Vilela Fernandes. Nos anos 1970, a escola foi municipalizada e nos anos 1990 transferida para um novo imóvel situado na Av. Leonel Brizola (antigo Caminho do ouro), hoje suas dependências abrigam as instâncias administrativas do

Museu Vivo do São Bento, do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH).

Neste sentido, o trabalho propósito didático (produto didático) será desenvolvido por ²⁵intermédio de aula passeio quando os discentes do sexto ano da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes vão ter contatos com vestígios/itens do patrimônio que faz parte da sua realidade visando a compreensão dos aspectos históricos e culturais que valorizem a história local.

CAPÍTULO 2

2.1 O bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: O patrimônio histórico-cultural e a história local

O segundo capítulo pretende por intermédio da seleção de algumas imagens registrar os principais locais referentes ao patrimônio histórico e cultural do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ, objetivando construir um circuito escolar para a visita a ser feita por estudantes e professores de uma escola pública local. Neste sentido, os vestígios arqueológicos e os primórdios da colonização analisados brevemente no capítulo anterior estarão presentes no percurso proposto no capítulo 3, isto é, no produto didático (trabalho propositivo didático) que faz parte desta dissertação. Vale destacar a existência do sambaqui de São Bento, da Fazenda dos Beneditinos, do caminho do ouro, dos marcos das disputas coloniais entre franceses, portugueses e os povos originários que vão integrar a reflexão junto aos alunos.

Assim, enquanto gênero historiográfico com recorte local, a história local proposta na discussão pretende contribuir tanto no ensino de conteúdos formais quanto na formação do cidadão e construção de identidade a partir da qual a valorização sociocultural da região em que os alunos vivem ou estudam e podendo ser compreendida como desdobramento dessa identificação com o bairro de São Bento. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais “A preocupação com os estudos de História Local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno, obtenham a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio ambiente e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia” (PCNs, 2000, p.51).

Para tanto, novos espaços de aprendizagem são propostos fugindo de metodologias que mantêm os alunos aprisionados à sala de aula, buscando estratégias pedagógicas que despertem nos estudantes a cooperação e o prazer pelo conhecimento. A aula-passeio é uma estratégia pedagógica que pode ser

lúdica, pois permite que os alunos aprendam de forma prazerosa, explorando o meio em que vivem e interagindo com os pares. A ludicidade, por sua vez, é um recurso que pode contribuir para o desenvolvimento social, pessoal e cultural das crianças, além de ajudar na aprendizagem.

De acordo com Freinet (2011), a aula passeio é um momento no qual elimina-se a distância entre professor e aluno, pois ambos ao explorar tudo o que pode ser descoberto fora do ambiente escolar passam a ter uma relação de igualdade e “camaradagem” possibilitando assim uma aprendizagem efetiva, pois os alunos ao vivenciar o mundo lá fora adquirem o gosto pelo aprender de forma prazerosa, acabando de vez com o desinteresse que é encontrado dentro da sala de aula com conteúdos que não tem nada a ver com a realidade do aluno, causando assim o fracasso relacionado a aprendizagem.

Já para Vygotsky, “o lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do lúdico que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, cria iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração”. (Vygotsky, 1998. p.1).

Assim é possível observar que o lúdico é uma metodologia indispensável no processo escolar dos estudantes, uma prática apresentada por meio de atividades que desenvolvem o pensar, o agir, e que facilita a aprendizagem por meio do desenvolvimento intelectual, físico e mental, contribuindo para a formação da cidadania e da identidade do estudante. Portanto, a aula passeio permitirá a realização do circuito escolar enquanto possibilidades didáticas alternativas extramuro escolar. Neste sentido, o item

2.1 tem dois objetivos em relação ao bairro de São Bento (Duque de Caxias/RJ), isto é, caracterizar os itens do patrimônio histórico-cultural local que vão se visitados levando em consideração a perspectiva escolar. Já o segundo objetivo está em compreender os itens do patrimônio histórico-cultural enquanto impulsionadores da história local do bairro.

2.1.1 O patrimônio histórico-cultural do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ.

Trabalhar vestígios arqueológicos com alunos do ensino fundamental é extremamente importante pois ajuda a despertar o interesse dos alunos pela História e pela cultura, permitindo que eles compreendam o passado da humanidade e a transformação das sociedades por uma perspectiva distinta da lógica colonizadora desde o século XVI. Além disso, a arqueologia estimula o pensamento crítico e a curiosidade, pois os alunos aprendem a fazer perguntas, investigar e analisar evidências. Essa prática também promove habilidades de trabalho em equipe, já que muitas atividades arqueológicas podem ser realizadas em grupo, incentivando a colaboração e a troca de ideias.

Outro ponto relevante é que a abordagem de vestígios arqueológicos pode ser uma forma divertida e interativa de aprender, tornando o processo educativo mais envolvente. Os alunos podem se sentir como verdadeiros exploradores, o que torna o aprendizado mais significativo. Outro aspecto é o

de que trabalhar com vestígios arqueológicos também pode ajudar a desenvolver uma consciência sobre a preservação do patrimônio cultural e a importância de respeitar as diferentes culturas e histórias que compõem a diversidade humana. Portanto, essa prática enriquece a formação dos alunos de maneira ampla e significativa. No artigo dos professores Verlan Valle e Cecília Porto (2020) apresentam seu trabalho com aulas interativas e oficinas de cerâmica baseadas em técnicas indígenas, o projeto convida estudantes de escolas públicas de Minas Gerais a descobrir o passado e a valorizar o patrimônio cultural das comunidades.

Esse projeto visa fomentar a valorização e a preservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental da região por meio de atividade extracurricular, que inclui aulas e oficinas de educação patrimonial e a socialização do saber. Verlan Valle e Cecília Porto (2020) afirmam ser das crianças participantes o papel fundamental na construção do encontro entre os saberes locais e acadêmico e na multiplicação dos resultados dessas experiências em suas comunidades, trazendo valorização e identidade, bem como esta experiência em Minas Gerais vem de encontro ao trabalho que realizamos com os alunos do ensino fundamental da Escola Nísia Villela Fernandes no bairro São Bento em Duque de Caxias no Rio de Janeiro, procurando resgatar a História dos habitantes locais (indígenas Tupinambás) e de grupos invisibilizados pelas narrativas históricas tradicionais.

Numa reflexão sobre a História Local do bairro observamos fontes históricas que possibilitam esse encontro entre os saberes locais e o mundo acadêmico, uma dessas fontes é o sambaqui do bairro São Bento, um patrimônio arqueológico datado de 4000 A.C., antes da chegada dos Tupinambás a região da baía de Guanabara e, posteriormente, dos franceses de Villegaignon e dos colonizadores portugueses, nessa ordem. Também a fazenda dos Beneditinos onde de acordo com NIGRA, Revista do IPHAN, nº 7, 1943, José de Anchieta cita monges cistercienses franceses em 1555 em aldeamentos catequizando indígenas no Rio Iguaçu, que corta o bairro de São Bento, portanto antes da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Em outro trabalho, Leonardo Valle (2020) analisa objetos materiais, ruínas de habitações e representações simbólicas, enquanto arte rupestre que é observada pelos arqueólogos. Cita as afirmações de Guilherme Mongeló “a partir de de vestígios, o arqueólogo busca entender o modo de vida das populações, suas dinâmicas sociais, sua cultura, sua economia e política” e reafirma “o seu diferencial é que ele usa primordialmente a cultura material para construir narrativas”, Valle (2020).

Guilherme Mongeló aponta que a arqueologia ajuda a trazer à tona a História de populações que não produziram ou produziram poucos documentos. Uma outra referência é o Plano de Gestão do Patrimônio (2021) da COPEL Distribuição S.A. empresa paranaense de distribuição de energia elétrica, que propõe atividades didáticas para o ensino fundamental sobre Arqueologia. São atividades pensadas no âmbito do licenciamento ambiental, estudos de patrimônio cultural e arqueologia. Material de

didático com atividades pensadas para o ensino fundamental, tendo os Parâmetros Curriculares Nacionais como base. É um trabalho bastante educativo e prático, uma das atividades é a construção de Terrário de Sambaqui cujo objetivo é conhecer como é o trabalho do arqueólogo a partir da descoberta de vestígios, como se os alunos estivessem num sítio arqueológico. Esta atividade de Terrário de Sambaqui deve ser aproveitada para a elaboração do trabalho propositivo didático na forma de oficina de sala de aula invertida, tirando os alunos da postura passiva de ouvinte e assumindo um papel de protagonista do aprendizado.

Numa perspectiva mais ampla, identificar os itens do patrimônio histórico-cultural pela perspectiva escolar envolve um processo que estimula o reconhecimento, a valorização e a preservação da cultura local e nacional entre os estudantes. Na Baixada Fluminense temos o Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB), situado em Belford Roxo, uma instituição privada que se dedica ao estudo, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico da região. Entre suas principais características, destacam-se pesquisas arqueológicas que visam entender a História e a cultura dos povos que habitaram a Baixada Fluminense, contribuindo para o conhecimento acadêmico e científico.

A seguir, um registro fotográfico da entrada do *Sambaqui de São Bento*.

Figura 2 - Entrada do Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento.



Fonte: Acervo do Museu Vivo do São Bento – 2011.

Em linhas gerais é possível afirmar que este sítio arqueológico de encosta que revela os aspectos da vida dos primeiros habitantes do litoral brasileiro, os chamados *Povos do Sambaqui* foi escavado em 2010 pelo IAB, revelando dois enterramentos humanos datados de 4.000 A. C. e artefatos utilizados por essa comunidade paleoindígena.

Figura 3 - Túmulo pré-histórico do Sambaqui de São Bento.



Fonte: Gabi Pereira – Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias - 2011.

Uma das funções essenciais do Instituto é a preservação dos vestígios arqueológicos encontrados na região, promovendo a conservação de sítios e artefatos que são importantes para a História Local, o que contribui para a preservação do patrimônio local. O Instituto também se dedica à educação, oferecendo programas e atividades para as escolas e comunidades, com o objetivo de sensibilizar sobre a importância da arqueologia e do Patrimônio Cultural. Muitas vezes, as atividades envolvem uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos de História, Antropologia, Geografia e outras áreas para uma compreensão mais ampla dos contextos arqueológicos. O Instituto visa envolver as comunidades locais em suas atividades, promovendo um diálogo entre a pesquisa acadêmica e o conhecimento tradicional, valorizando a participação da população na preservação de sua própria História. Essas características fazem do Instituto da Arqueologia Brasileiro um importante agente na promoção do conhecimento e da valorização do patrimônio Histórico e Cultural da região. Ele realiza pesquisas arqueológicas em diversas localidades, em Nova Iguaçu há vários sítios arqueológicos que têm revelado informações sobre as sociedades pré-coloniais, além de vestígios das comunidades existentes na área ao longo da História. Os sítios ao longo do rio Iguaçu têm sido investigados com diversos achados que datam de diferentes períodos.

Com a construção do Arco Metropolitano (ligação Itaboraí - Itaguaí), foram encontrados 22 sítios arqueológicos na Baixada. Eles são os primeiros registros do início da ocupação da Baixada Fluminense e comprovam que ali viveram indígenas, escravos e colonizadores. Os pesquisadores do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) correm contra o tempo e contra as máquinas pesadas para resgatar o máximo possível dos vestígios, antes que as obras do Arco Metropolitano passe literalmente por cima da História. Assim, peças de cerâmica e ferro dos séculos XVII e XVIII, uma urna funerária da tradição.

Una, que são os mais antigos ceramistas do litoral brasileiro um cachimbo africano, entre outros itens, comprovam que as áreas arqueológicas da Baixada abrigam vestígios pré-coloniais e da colonização portuguesa. São mais de vinte, na verdade vinte e dois sítios arqueológicos descobertos nos cinco municípios cortados pela nova estrada (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí), catorze estão no meio do traçado da estrada e serão demarcados e escavados antes da chegada da obra. Segundo os pesquisadores do IAB apenas um poderá ser preservado. O restante desaparecerá para dar lugar à estrada. A seguir, é possível observar alguns dos vestígios arqueológicos encontrados na região, cerâmicas pré-coloniais e artefatos da posterior ocupação colonial portuguesa.

Figura 4 - Vestígios arqueológicos de diversos períodos provenientes da escavação e construção do arco



Fonte: Acervo do Instituto de Arqueologia Brasileira em Belford Roxo - IAB, 2014.

O patrimônio histórico-cultural a partir de uma perspectiva escolar é uma possibilidade que pode enriquecer o entendimento dos alunos sobre a cultura, a História e identidade de uma região. O patrimônio histórico-cultural é composto por bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico. Esses bens representam a História de um povo, suas práticas culturais, crenças e modos de vida. A partir da identificação dos bens e itens do patrimônio histórico-cultural enquanto impulsionadores da História Local de São Bento podemos citar, o sambaqui do bairro São Bento, a fazenda dos beneditinos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário para destacarmos os principais. Estes além de outros locais de interesse cultural estão no planejamento da dissertação e devem ser conhecidos e visitados a partir da Aula Passeio através do circuito escolar.

A fazenda e a capela são construções de arquitetura colonial onde caracteristicamente se destacam a alvenaria de pedra e tijolos de adobe para levantar as paredes e telhas de barro, também alpendres e varandas, todas bem trabalhadas o que confere uma impressão arrojada e importante pois datam de 1597. O contexto histórico é posterior a expulsão dos franceses e o início da ocupação

portuguesa na Baixada pelo rio Iguaçu. Estas terras foram doadas ao ouvidor-mor do rei português Cristóvão Monteiro, sendo este o construtor do imóvel. Posteriormente, doada aos frades beneditinos que a ampliaram e compraram mais terras ao redor. São patrimônios materiais de importância para a identidade local e valor histórico-cultural sendo tombados pelo IPHAN. Atualmente, ela está abandonada aguardando uma obra de restauração que transita em processo burocrático no IPHAN.

Figura 5 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos homens de cor e fazenda dos beneditinos no bairro São Bento em Duque de Caxias - RJ. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.



Fonte: Gabi Pereira – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias - 20 /03/2025.

A fazenda e a capela situadas na sesmaria de Iguaçu que pertencia a Cristóvão Monteiro foram doadas pelo rei português devido a sua participação na luta contra os Tupinambás e na expulsão dos invasores franceses. Situada entre os rios Sarapuí e Iguaçu, simboliza um marco da ocupação destas terras e o início da ocupação portuguesa da baixada fluminense. SILVA (2021) nos informa que as aldeias tupinambás dos rios Iguaçu, Sarapuí e Merití, nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, começaram a ser registradas nos documentos portugueses a partir de 1566, mas só foram realmente ocupadas muitos anos depois.

As sesmarias eram lotes de terras que o governo colonial concedia a indivíduos ou grupos para que fossem cultivados e explorados. O objetivo era incentivar a agricultura e a ocupação do território, as terras eram geralmente concedidas em grandes extensões, e os beneficiários tinham a obrigação de cultivá-las e mantê-las produtivas. SILVA (2021) nos informa que estas sesmarias, foram instaladas nos locais que eram ocupados pelas antigas aldeias e tabas Tupinambás. As aldeias e suas terras após a vitória dos colonizadores portugueses foram doadas a soldados e outros colonizadores portugueses. Podemos comprovar esta afirmação através de busca nos sites oficiais das prefeituras de Nilópolis e São João de Meriti²⁶,

ambos afirmam que o povoamento da região data do século XVI, quando foram doadas sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro. E ainda que Brás Cubas, provedor da Fazenda Real e das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, recebeu em 1568 em doação de sesmaria, 3000 braças²⁷ de terras testadas para o mar (foz do rio Meriti em Duque de Caxias) e 9000 braças de terras de fundo para o rio Meriti, ou mais propriamente “*Miriti*”, cortando o piaçabal²⁸ (Meriti ou buriti²⁹) das aldeias Itanã e Tarakuyrapã (ambas no primeiro distrito da atual Duque de Caxias). Outro dos agraciados foi Cristóvão Monteiro que recebeu terras às margens do rio Iguaçú, sendo este o ouvidor mor do rei português. Estas duas sesmarias foram os primeiros locais ocupados pelos portugueses e mais tarde dariam origem a Vila Meriti, antigo nome de Duque de Caxias, próximas ao mar e acessíveis pelos grandes rios Meriti e Iguaçú, origens de Duque de Caxias.

A atividade econômica que ensejou a ocupação do local foi o cultivo da cana-de-açúcar. O milho, o feijão e o arroz tornaram-se também importantes produtos auxiliares durante esse período. Os principais portos localizavam-se nos rios Iguaçú, Pilar, Meriti, Estrela e Sarapuí. O porto de Iguaçú, às margens do rio de mesmo nome, era o principal escoadouro colonial da região no século XVI. O escoamento da produção era feito através de pequenas embarcações nos atracadouros instalados próximos aos engenhos até o porto iguaçuano em direção ao Rio de Janeiro. SILVA (2021), cita uma peculiaridade da aldeia de Itanã chamada pelos franceses de “*pierre*” a *pedra*. Eles fabricavam sua bebida cerimonial “*o Cauim*” do fruto do buriti, uma peculiaridade local, que diferia de todas as demais aldeias e tabas que usavam mandioca ou milho. Esta aldeia estava situada próxima a foz do rio Meriti, em Duque de Caxias, no primeiro distrito.

²⁶ <https://nilopolis.rj.gov.br>Município>História> <https://meriti.rj.gov.br>

²⁷ A braça é uma unidade de medida de comprimento antiga, equivalente a 2,2 metros. É ainda utilizada no Brasil, principalmente por trabalhadores rurais.

²⁸ Palmeira chega a atingir 15m, folhas eretas e verde-escuras.

²⁹ Pé de buriti pode chegar até 30m, seu fruto o buriti de casca dura castanho-avermelhado é comestível. Típica de locais alagados, várzeas de rios. Daí o nome do Rio Meriti.

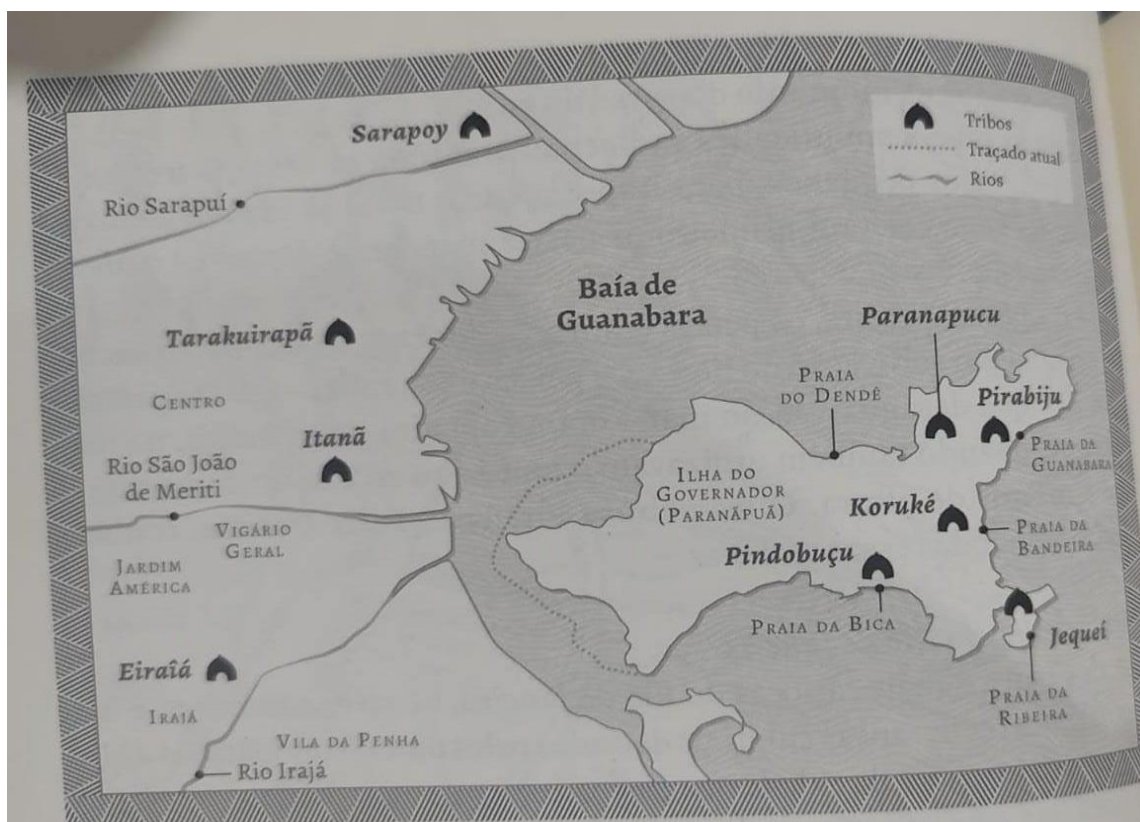
Figura 7 - Palmeiras Buriti ou Meriti. **Figura 6** - Fruto do Buriti.



Fonte: Acervo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - 25/03/2025.

Sua identificação se deve a SILVA (2021) que elaborou um mapa esquemático desta região da baixada em seu livro sobre as aldeias tupinambás e a ocupação da baía de Guanabara no século XVI. Denominou a aldeia ancestral de Itanã como a “misteriosa pedra Tupinambá” SILVA (2021, p.142). Ele relata que os comerciantes franceses a época da França Antártica a denominavam “*pierre*”, ou seja, a pedra. Esta afirmação de SILVA vem acompanhada de várias interpretações do autor, SILVA utiliza como método de análise a etimologia da palavra Itanã a partir da língua tupi antiga, da versão francesa e da portuguesa para tentar decifrar este mistério. A seguir, este mapa permite realizar uma análise tentando desvendar as dúvidas que cercam o local.

Figura 8 - Aldeias Tupinambás do século XVI ao redor de parte da baía da Guanabara em Duque de Caxias/RJ.



Fonte: Rafael Silva em 25 / 03 / 2025.

Este mapa mostra o primeiro distrito de Duque de Caxias, e uma pequena parte do segundo distrito marcado pelo rio Sarapuí. Onde se lê rio São João de Meriti, leia-se rio Meriti. Temos o rio Irajá (na cidade do Rio de Janeiro) e acima o rio Sarapuí divisor natural entre o primeiro e segundo distrito de Duque de Caxias. Mostra parte da baía da Guanabara e a atual Ilha do Governador. Mostra as tribos e suas aldeias. No território de Duque de Caxias temos como principais Itanã, Tarakuirapã, e Sarapoy, sem contar outras menores, as quais SILVA (2021) apenas se refere. Essa região foi transformada em duas sesmarias: a De Brás Cubas e a de Cristóvão Monteiro como vimos anteriormente. São regiões de planícies aluviais formadas por depósitos de sedimentos, manguezais de água salobra, alagadiços e região de várzea dos diversos rios que as cortam³⁰. É uma região de baixadas, que pedra misteriosa é esta em Itanã? SILVA (2021, p.142) afirma que a palavra Itanã, apesar de pequena, não é uma das mais fáceis para se sugerir a etimologia correta. *Itá* significa “pedra”. Seguindo a hipótese mais provável, sabe-se que o nome dessa aldeia deveria estar relacionado a alguma pedra, alguma elevação característica ou a algum monólito que de maneira especial marcava a aldeia e seus moradores. SILVA (2021) observa que o relevo hoje da região às margens do rio Meriti, possui poucos morros, terrenos característicos das planícies litorâneas da Baixada Fluminense. A primeira cadeia de montanhas que se ergue na paisagem está distante, bem no interior, no horizonte na serra do Mendanha, hoje um parque estadual. SILVA (202, p.144), segue analisando a etimologia e explica que o sufixo “*na*”, quer exprimir “assim, deste modo, desta maneira”, uma pedra peculiar. Cita em seguida o livro publicado por Jean de Lery e nos informa que em francês o nome da aldeia seria “*Itanen*”, que, por comparação fonética foi interpretada por Itanã por diversos pesquisadores. Outra opção fornecida pela forma francesa de “*Itanen*” seria uma contração do termo “*Itã*” com “*nema*”, o que nos leva a descoberta de uma “pedra malcheirosa” no município de Duque de Caxias do século XVI como nome de uma das tabas ancestrais da região do rio Meriti. SILVA (2021), nos informa que essas etimologias não fazem sentido para o nome de uma aldeia, e afirma que as últimas reminiscências históricas da existência e da permanência desta taba ancestral na História do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias dizem respeito às primeiras cartas de sesmarias portuguesas que nomeavam a costa da baía de Guanabara. A parte do litoral compreendido entre o rio Irajá e o atual rio Sarapuí era comumente mencionada como “Costa de Itiúna ou Itaúna”³¹, que parece ser visivelmente uma apropriação do nome original da famosa taba. O significado da palavra transformada pelos portugueses nos primeiros contatos permite ainda supor que essa pedra tivesse uma cor específica que a diferenciava das demais, “*Itaúna*”, quer dizer a “pedra preta”. SILVA, sugere que o lugar desta antiga taba devia mesmo ser marcado por uma pedra bem característica e diferente; e diz ainda que a caçada para os arqueólogos amadores está aberta. SILVA diz que se esta pedra tiver realmente existido, possivelmente está agora completamente demolida, ou a muitos metros abaixo da terra onde a cidade de Duque de Caxias foi erguida. Assim ele nos transmite informações sobre os possíveis significados de Itanã, Itanen, ou mesmo Itauna.

³¹ Carta do padre Luis de Grã, de Vitória em 1555 (LEITE, 1940, p.180).

Cita que Itanã era importante no sistema de relações solidárias entre as aldeias que habitavam e compartilhavam os rios e matas próximas, mesmo com a presença de outras comunidades em áreas próximas, tais como Tarakuirapã, Jacutinga, Payó, Sarigûê e Sarapoy, foi Itanã que acabou por marcar seu nome na costa do lado esquerdo ao fundo da Baía de Guanabara nos primeiros anos da ocupação portuguesa pós-1567, provavelmente por estar situada bem próxima à foz do rio Meriti, afirmação que consideramos bem superficial e sem muito peso para justificar tal destaque a Itanã, pois não era um porto. Há uma série de pistas sobre Itanã /Itaúna e vamos tentar desvendá-las. Primeiro será analisado uma outra definição etimológica dada por SILVA, ele diz que uma outra linha de pensamento sugere que a palavra possa igualmente ser uma contração de uma concepção maior. Por exemplo, Itanã seria uma corruptela a partir da observação europeia de “*Itá anãma*”, o que levaria a duas possibilidades: “pedra grossa” ou, ainda, “pedra da família”, “pedra da nação”. O que faz um pouco mais de sentido para o nome de uma aldeia.

Assim, agora podemos dialogar e debater a partir destes dados levantados pela interpretação de Silva. A grande característica marcante de Itanã para os tupinambás (relações solidárias), para os franceses (a chamavam pierre) e para os portugueses (carta náutica – ponto geográfico), só por ter uma pedra negra? Torna-se claro que há algo mais em Itanã para atrair tanta atenção, o que há de especial nesta pedra? O que nela marca ou impressiona? Em uma visão de conjunto sobre as afirmações de SILVA, então temos até o momento em relação a suas fontes as seguintes etapas, a identificação (localização e tempo histórico-séc. XVI), (faz a comparação de fontes sobre Itanã citando as relações solidárias entre os Tupunambás, os franceses a conhecem como “pierre” e os portugueses como Itaúna). Com relação a interpretação, SILVA cita (os possíveis significados etimológicos como fonte histórica) e a sua análise se dá a partir dos dados levantados apenas pela sua pesquisa etimológica da aldeia ancestral. Em nossa pesquisa percebemos a existência de lacunas de outras fontes nesta análise de SILVA e vamos tentar utilizá-las para contribuir com as especulações acerca de Itanã. Vamos na primeira abordagem examinar a pedra negra que tanto impressionou a todos que a viram pelo aspecto da religiosa, Mircea Eliade³² pode nos trazer esclarecimentos muito úteis através de sua obra “Tratado de História das Religiões”, vejamos:

Cratofanias³³ líticas – A dureza, a rudeza, a permanência da matéria representam para a consciência religiosa dos primitivos (Citado assim pelo autor), uma hierofania³⁴. Nada mais imediato e mais autônomo na plenitude de sua força, nada mais nobre e mais terrificante que o majestoso rochedo, um bloco de granito audaciosamente ereto. Antes de mais nada, a pedra é. Permanece sempre ela mesma e subsiste. E, o que é mais importante, ela bate. Antes mesmo de pegá-la para bater, o homem vai de encontro a ela. Não necessariamente com o corpo, mas pelo menos com o olhar. Ele constata assim sua dureza, sua rudeza, seu poder. O rochedo o monólito, revela-lhe algo que transcende a precariedade de sua condição humana: um modo de ser absoluto. Sua resistência, sua inércia, suas proporções, assim como seus contornos estranhos, não são humanos: atestam uma presença que fascina e aterroriza, atrai e ameaça. Em sua grandeza e sua dureza, em sua forma ou cor o homem encontra uma realidade e uma força que pertencem a um outro mundo outro que não o mundo profano de que ele faz parte. Não sabemos dizer se os homens sempre adoraram as pedras como pedras.

A devoção do primitivo refere-se, em todo caso, sempre a alguma coisa diferente que a pedra incorpora e exprime. Um rochedo, um monólito, um pedregulho são objeto de uma respeitosa devoção porque representam ou imitam alguma coisa, porque vêm de algum lugar. Seu valor sagrado deve-se exclusivamente a essa alguma coisa ou a esse algum lugar, nunca à sua própria existência. Os homens adoraram as pedras apenas na medida em que elas representavam algo diferente deles mesmos. Adoraram as pedras ou fizeram uso delas como instrumentos de ação espiritual, como centros de energia destinados à sua própria defesa ou a dos seus mortos. A maioria das pedras desempenhavam uma função mais propriamente mágica ou religiosa, a maioria das pedras tinham incidência cultural. (MIRCEA ELIADE, 2008. P. 175 e 176) .

Sem negar a interpretação de fontes históricas dada por SILVA, e mesmo servindo-se delas, queremos colocar em debate os possíveis significados e elaborar a seguinte descrição e interpretação da pedra preta (monólito) de Itanã para a construção do conhecimento histórico. Dentro desta pesquisa levantamos a possibilidade de que Itanã possa ser considerada como um local sagrado, que guarda o ônfalo, símbolo de pedra (monólito) o qual geralmente indica que determinado lugar é o “umbigo do mundo”. Em uma análise a partir dos dados fornecidos por Mircea Eliade, a pedra como uma manifestação do sagrado, esta interpretação torna-se bem pertinente pois explicaria a questão levantada por SILVA da importância de Itanã.

No sistema de relações solidárias entre as aldeias que habitavam e compartilhavam os rios e matas próximas, uma hierofania. Pois a região ao redor da baía de Guanabara é o “*Guajupia*” Tupinambá , a terra sem pecados, a terra dos ancestrais e, com certeza, teria que ter um centro, um local mágico religioso Tupinambá. A religião Tupinambá é animista de acordo com METRAUX (1950, p. 141), o animismo é uma das formas mais antigas de crença religiosa e filosófica, caracterizada pela atribuição de alma ou espírito a objetos, seres naturais e fenômenos. Essa visão de mundo sugere que tudo ao nosso redor possui uma essência essencial, capaz de interagir e influenciar a vida humana. Em sua essência, o animismo não é apenas uma religião, mas sim uma maneira de interpretar e compreender o mundo.

Historicamente, o animismo surgiu em sociedades tribais e indígenas como uma forma de explicar a natureza e as forças que a governam. Muitos antropólogos, como Edward Tylor³², definem o animismo como a crença na existência de espíritos ou entidades que habitam o mundo natural, cada uma delas podendo afetar diretamente o ser humano, seja de forma benéfica ou prejudicial. O animismo traz à tona a percepção de que tudo ao nosso redor, até mesmo as pedras e as árvores, possui vida e consciência. Esta definição reforça nossa maneira de observar o fato. METRAUX (1950, p.149), afirma que os Tupinambás se sentem rodeados por uma multidão de espíritos que perambulam por toda parte, sobretudo em matas e sítios obscuros, de aspecto particularmente sinistro. Uma outra possibilidade é com relação ao totemismo, seria a pedra preta tupinambá um totem?

³² Historiador das religiões, mitólogo, filósofo e romancista romeno. Especialista em abordagem fenomenológica da experiência religiosa.

³³ Na filosofia de Mircea Eliade, é o nome que se dá a manifestação do poder de alguma deidade. Como exemplo o faraó pode ser visto como a cratofonia de Hórus, pois ele é o poder de Hórus entre os egípcios.

³⁴ Uma manifestação do sagrado, uma experiência que transcende o mundo material e revela a presença do sagrado. Pode ocorrer de diferentes formas e contextos, como rituais religiosos, fenômenos naturais, obras de arte entre outros.

De acordo com DURKHEIM (1996), o totemismo é uma forma elementar da vida religiosa, seria um sistema classificatório de ideias, reproduzindo com base na matriz social e que ofereceria uma concepção do universo na qual as fratrias (no nosso caso aldeias, tabas) serviriam de gêneros e os clãs, de espécies. O totem não seria apenas um nome, mas, antes de tudo um emblema, uma identidade. Ainda corroborando o animismo, o totem poderia ser um animal, uma planta, uma pedra, objeto ou fenômeno considerado símbolo sagrado por uma determinada sociedade. Consiste em um símbolo familiar ou tribal com poderes sobrenaturais e era considerado como um ancestral ou divindade protetora. METRAUX (1950), cita que André Thevet se refere a essa prática mágico-religiosa dos Tupinambás.

De um rito semelhante fala ANCHIETA (O. C. , p. 128) que por isso, costumam os índios deixar em certo caminhos, em ásperas brenhas que vai ter no interior das terras, nos cumes das mais altas montanhas quando por aí passam, penas de aves ,abanadores, flechas e outras coisas semelhantes, para os espíritos locais, como uma espécie de oblação. Há mais um motivo que justifica a ideia de Itanã como ônfalos Tupinambá, este está ligado a um tabu entre os tupinambás. Dentro do animismo/totemismo a ideia de animais de poder que se movem rapidamente.

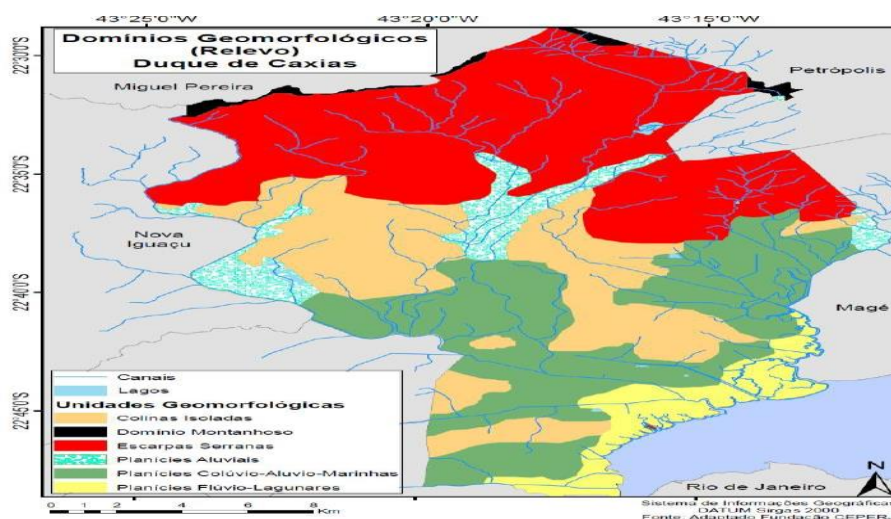
METRAUX (1950, P. 292), nos traz o tabu³⁶ tupinambá, também citado por SILVA, este consiste em que devia ser evitado o consumo de qualquer animal de marcha lenta, a exemplo da tartaruga, da preguiça, da arraia e etc. Quem usasse de alimentos dessa espécie perderia a agilidade necessária aos guerreiros. Ora o mesmo se aplica as denominações da maioria das aldeias tupinambás, temos *Eiraiá (irara-animal predador); em D. de Caxias / Tarakuirapã , (a lagartixa veloz)* e etc. Ora Itanã /Itauna, a pedra preta, pedras não tem mobilidade, são fixas, por que marcar uma aldeia com tal denominação? Em total desacordo com os tabus ancestrais? Isso só seria possível se ela representasse dentro da cosmovisão animista/totêmica tupinambá algo que escapou aos cronistas da época, uma pedra (monólito/totem) de um centro mágico-religioso Tupinambá em Duque de Caxias que por sua fonte de poder e sacralidade era tabu, vedado aos estrangeiros. Há um outro aspecto a ser explorado: a localização de Itanã /Itauna.

Diante das diversas possibilidades dadas por SILVA (2021) optamos por Itauna , denominação dada na carta do padre Luis de Grã de 1555. Para isso vamos utilizar o mapa de relevo do município de Duque de Caxias. O mapa demonstra ser o município composto em sua maior parte por planícies. A área do primeiro e segundo distritos repletas de alagadiços, pântanos, várzeas de rios, mangues e vegetação de várzeas. Não há montanhas, apenas colinas isoladas como mostra o mapa. Então fica claro porque SILVA (2021) se refere a Itanã como a misteriosa pedra Tupinambá pois o relevo da região não apresenta esta característica o que fica claro ao visualizarmos o mapa da figura 9, mas iniciamos uma visita ao local e descobrimos que existiu uma pedreira na região, a única na área do primeiro e segundo distritos.

³⁵ Antropólogo inglês, um dos fundadores da Antropologia com obra dirigida para o entendimento da cultura, de corrente evolucionista. Defendia a ideia de unidade psíquica da espécie humana em que a cultura se desenvolvia de um modo progressivo, linear e uniforme. Este traço reforça

Grande parte dela está embaixo do bairro 25 de agosto em Duque de Caxias e a outra parte mais próxima a aldeia ancestral de Itanã, assinalada no mapa de SILVA (2021, p. 138), esta pedra foi demolida e utilizada até 1920 para calçamento das ruas de Duque de Caxias, este local hoje em dia é ocupado pelo prédio da Universidade UNIGRANRIO, ela está sobre o local de exploração da antiga pedra. SILVA havia aventado a hipótese de a pedra tupinambá ter sido destruída ou estar embaixo dos aterros que possibilitaram construir a cidade de Duque de Caxias.

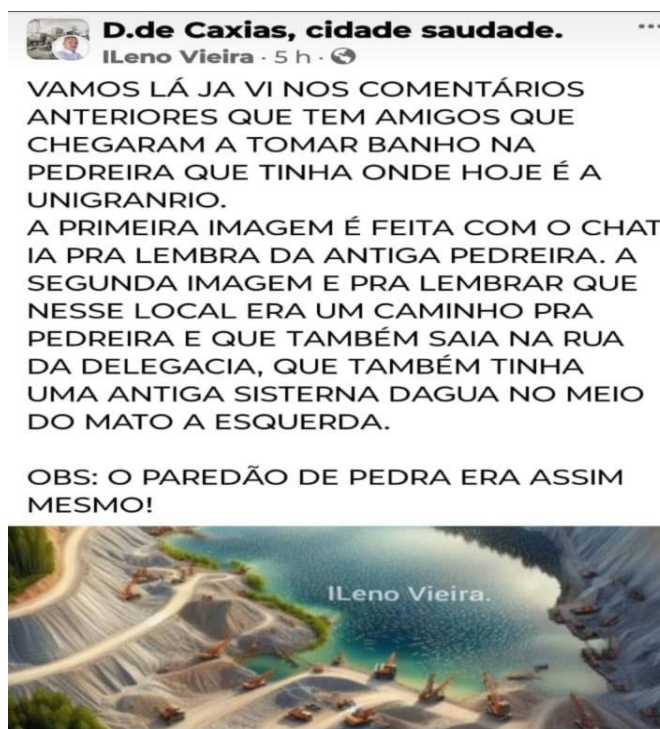
Figura 9 - Mapa de relevo Geomorfológico de Duque de Caxias/RJ.



Fonte: Atlas Geográfico do Município de Duque de Caxias/RJ - 26 / 03 /2025.

Ao se observar e estudar este mapa de domínios geomorfológicos (relevo) de Duque de Caxias, fica claro que não há uma indicação de rochas ou montanhas no primeiro e segundo distritos de Duque de Caxias, há planícies. Todavia, as rochas estão presentes no subsolo, abaixo dos alagadiços, são em sua maioria rochas graníticas escuras. Essas rochas afloram à superfície do primeiro distrito na região abaixo da Universidade UNIGRANRIO e sob o bairro 25 de Agosto. Em busca no site do grupo “Duque de Caxias, cidade saudade”, temos o relato do sr. Ileno Vieira, divulgador do grupo que nos apresenta o relato abaixo:

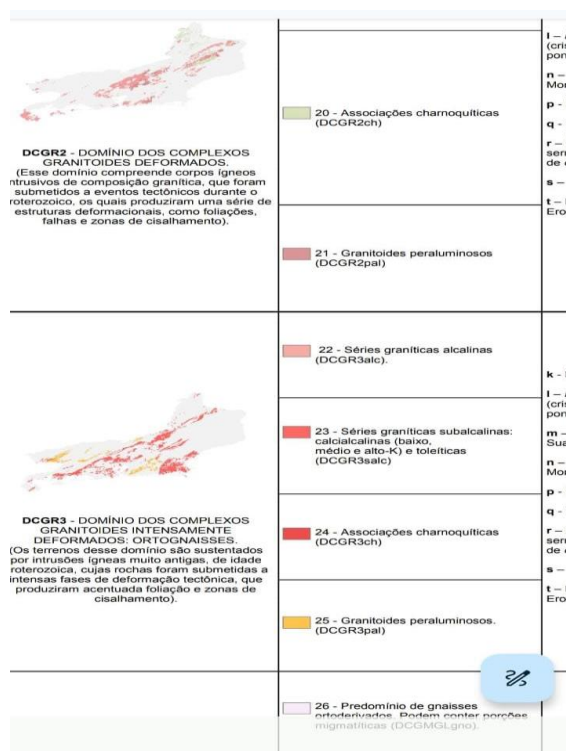
Figura 10 - A pedreira do 1º distrito. Imagem que mostra a antiga pedreira com o lago formado, atualmente embaixo da Universidade Unigranrio em Duque de Caxias.



Fonte: Sr. Ileno Vieira - Duque de Caxias - Cidade Saudade, <https://facebook.com>, em 26/03/2025.

Corroborando nossa afirmação da localização da pedreira granítica sob a Unigranrio. O mapa abaixo se refere a geodiversidade do subsolo da região estudada onde se localizam as aldeias ancestrais. É uma parte de um mapa maior do estado do Rio de Janeiro pertencente ao IBGE. Neste mapa, a seguir, observamos ser o subsolo da região das aldeias ancestrais de formações graníticas, a coloração vermelho forte indica estas rochas.

Figura 11 - Rochas do 1º distrito. Mapa que apresenta solo e **Figura 12** - Análise das rochas do 1º distrito. descrição das rochas no primeiro distrito de Duque de Caxias rochas que o compõe.



Fonte: Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 26/03/2025.

O granito (do latim granum grão, em referência à textura da rocha) é um tipo comum de rocha magmática, intrusiva ou plutônica de textura (cristais) fina não metamórfica, média ou grosseira, composta essencialmente pelos minerais: quartzo, mica e feldspato, tendo como minerais acessórios mica (normalmente presente), hornblenda, zircão e outros minerais. É normalmente encontrado nas placas continentais da crosta terrestre. A cor negra variavelmente impregnada na matriz das rochas silicatadas, é conferida pelos minerais máficos (silicatos ferro-magnesianos) sobretudo anfíbolos (hornblenda) e micas (biotite). O granito é uma das rochas mais comuns em todo o território brasileiro em todas as suas variedades. Dentre os diferentes de tipos de granito se destaca o granito preto (pedras negras - Itaunas na língua Tupi), ora, mas esse é o nome dado a Itanã pelos portugueses, uma fonte importante na nossa análise, então a misteriosa pedra preta de Itanã/ Itauna é um granito. Podemos fazer estas afirmações baseadas nos mapas geológicos e na figura 13 que mostra tipos de granito preto. Era o tipo de pedra explorada na pedreira do 1º distrito de Duque de Caxias, hoje em grande parte sob o prédio da Universidade UNIGRANRIO. Observamos que a primeira interpretação de SILVA (2021), foi a da possibilidade de destruição da pedra preta de Itanã, pode ser real, caso ela se encontrasse na região da pedreira sob a UNIGRANRIO, onde ela aflorava do solo em um ponto do bairro 25 de Agosto. Vejamos, levando em consideração esta interpretação o que restou dessa pedreira.

Figura 13- Estacionamento abaixo do prédio da Unigranrio. Imagem da parte que restou da pedreira abaixo da Universidade Unigranrio em Duque de Caxias, rocha de cor preta (GRANITO – gnaiss).



Fonte: Carlos Maurício R. Santos em 12/02 2025.

Na figura 14 vemos logo abaixo do prédio da UNIGRANRIO os vestígios da antiga pedreira no local, a rocha é granito preto. Acima do paredão branco se ergue o prédio, figura 14.

Figura 14 - O prédio da UNIGRANRIO sobre a antiga pedreira de granito preto.



Fonte: Carlos Maurício R. dos Santos 12/02/2025.

Figura 15 - A UNIGRANRIO vista na parte de trás. parte de trás da UNIGRANRIO, ainda se vê parte da antiga pedreira granítica, o que restou.



Figura 16 - A UNIGRANRIO vista na parte de trás. parte de trás da UNIGRANRIO, ainda se vê parte da antiga pedreira granítica, o que restou.



Fonte: Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em 12/02/2025.

Figura 17 - A pedreira sob o bairro 25 de Agosto. Abaixo desta rua a ascensão da Pedreira rumo ao cume no Bairro 25 de Agosto em Duque de Caxias.



Fonte: Carlos Maurício R. Santos 12/02 2025.

Uma subida, uma rua asfaltada. O paredão à esquerda é o muro da UNIGRANRIO que encobre e protege um declive de 30m proveniente dos cortes de rocha da antiga pedreira. A universidade encontra-se no fundo deste paredão, ocupando o antigo lago formado devido a exploração da antiga pedreira, tal qual mostrado na figura 10. Esse ponto do bairro 25 de Agosto não é o cume da pedreira, este se situa mais acima como mostraremos adiante, mas há de se reiterar que este local ocupado pela universidade é o mais próximo de Itanã/Itauna a partir do mapa feito por SILVA, figura 8, sobre as aldeias ancestrais Tupinambás. A figura 18 nos mostra alguns tipos de granito preto, nesta foto temos do preto absoluto ao cinza escuro (preto indiano).

Figura 18 - Tipos de Granito preto, site Casa&Festa *casafesta.com*.



Fonte: Beatriz Ramirez em 19/08/2022.

A foto da figura 19 abaixo permite uma importante constatação a respeito da região pois comprova o relevo da mesma, esta foto de 1920 mostra que o próprio Centro (Vila Meriti) de Duque de Caxias era um alagadiço, logo um local impossível de ser ocupado pela aldeia ancestral de Itanã. O alagadiço deveria ser muito insalubre no século XVI, prejudicial a ocupação humana.

Figura 19 - Aterro do antigo brejo, atual centro de Duque de Caxias/RJ. Esta foto de 1920 comprova ser a maior parte do centro de Duque de Caxias um alagadiço da várzea do rio Meriti, insalubre a ocupação humana.



Fonte: do Acervo do Instituto Histórico da prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Em 20/12/2024.

Atualmente o rio Meriti é marco de fronteira entre os municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. Esta região é o 1º distrito de Duque de Caxias, este local é o que aparece na figura 8 do mapa de SILVA, a localização de Itanã/Itauna está ali, ora se o Centro (Vila Meriti) era um alagadiço, um brejo, insalubre, que sofre com enchentes até os dias atuais, a localização de Itanã / Itauna por lógica e evidências só poderia apontar para o bairro 25 de Agosto, temos a pedreira de pedra granítica preta, a proximidade do rio Meriti, e a própria geologia do local somada a estes fatores. Então pelas evidências Itanã localizava-se no bairro 25 de Agosto em Duque de Caxias. SILVA afirma que “se essa pedra preta de Itanã tiver existido, possivelmente está agora completamente demolida ou abaixo da terra onde a cidade de Duque de Caxias foi erguida” (SILVA. 2021, p.145). Seguindo esta afirmação de SILVA, observamos que a pedreira abaixo da UNIGRANRIO poderia ser o local da pedra preta de Itanã, mas há um outro afloramento, o cume da pedreira, num dos mais altos pontos do 1º distrito de D. de Caxias, no bairro 25 de Agosto, a nossa próxima investigação. Supomos também que o monólito granítico possa não ter sido demolido ou enterrado. Se estiver apenas parcialmente abaixo de uma outra construção? Observemos as figuras 20, 21 e 22 onde mostra-se o cume da pedreira granítica.

Figura 20 - Cume da pedra no Morro onde fica a caixa de distribuição de água da CEDAE para o bairro 25 de Agosto e redondezas. Um umbigo da terra, Ponto culminante do centro de D. de Caxias, será esta a pedra preta da aldeia Tupinambá de Itanã?



Fonte: Carlos Maurício R. dos Santos em 12/03/2025.

Figura 21 - Caixa de Distribuição de água da CEDAE. Parte lateral do cume da pedra granítica.



Fonte: Carlos Maurício R. dos Santos em 12/02/2025.

Como pode-se observar na sequência de imagens 20 e 23, temos o cume da pedra num dos locais mais elevados do 1º distrito de Duque de Caxias. Quando iniciei a procura por uma pedra preta

no 1º distrito de Duque de Caxias, conversei com moradores antigos e estes me apontaram a pedra preta onde se encontra o reservatório de água do bairro 25 de Agosto. Este foi construído sobre o cume da pedreira, a única pedra preta nestas condições no 1º distrito de Duque de Caxias. É imensa e foi debastada para a construção do reservatório. Seu formato é arredondado, como um umbigo da terra (um ônfalos), talvez este seja o monólito procurado, próximo a Itanã/Itauna. Deveria causar uma impressão forte no imaginário Tupinambá do século XVI, como afirma Mircea Eliade:

Não sabemos dizer se os homens sempre adoraram as pedras como pedras. A devoção do primitivo refere-se, em todo caso, sempre a alguma coisa diferente que a pedra incorpora e exprime. Um rochedo, um monólito, um pedregulho são objeto de uma respeitosa devoção porque representam ou imitam alguma coisa, porque vêm de algum lugar. Seu valor sagrado deve-se exclusivamente a essa alguma coisa ou a esse algum lugar, nunca à sua própria existência. Os homens adoraram as pedras apenas na medida em que elas representavam algo diferente deles mesmos. Adoraram as pedras ou fizeram uso delas como instrumentos de ação espiritual, como centros de energia destinados à sua própria defesa ou a dos seus mortos. A maioria das pedras desempenhavam uma função mais propriamente mágica ou religiosa, a maioria das pedras tinham incidência cultural. (MIRCEA ELIADE, 2008. P. 175 e 176).

Mircea Eliade afirma que uma pedra sagrada é venerada porque é sagrada e não porque é pedra³⁷. O sagrado se manifesta como algo muito além de si mesmo, e o homem religioso pode experimentar hierofanias ao se despojar no Cosmos, ou seja, da ordem, da razão. Mircea Eliade cunhou o termo “manifestação do sagrado” em seu livro “*Traité d'histoire des religions*” (1949). Ele se refere a uma consciência fundamentada da existência do sagrado, que se manifesta através dos objetos habituais do nosso cosmos como algo completamente oposto do mundo profano. Eliade estudou a historicidade das religiões através das hierofanias, ou seja, as manifestações e expressões do sagrado em diversos contextos sócio-históricos e culturais. No centro da experiência religiosa do ser humano, Eliade situa a noção do Sagrado. Sua formação institucional de filósofo somada a sua formação autodidata como cientista das religiões elevou-o ao estudo dos mitos, dos sonhos, das visões, do misticismo e do êxtase; o sagrado se manifesta no homem como uma conexão e manifestação do divino no mundo.

As pedras na cultura Tupinambá, assim como em muitas culturas indígenas, não são apenas elementos geológicos, mas sim repositórios de memória, locais sagrados e, em alguns casos, o resultado de intervenções divinas ou de heróis civilizadores. Elas fazem parte de uma cosmologia onde a natureza e os mitos estão intrinsecamente ligados. O estudo da religião e mitologia Tupinambá, amplamente documentado por etnólogos como Alfred Métraux e Curt Nimuendajú, mostra que suas crenças estavam fortemente ligadas a plantas, animais e fenômenos naturais, nos quais pressentiam espíritos encantados e poderes sobrenaturais, incluindo a transformação de seres em elementos naturais como as rochas. O Morro da Guia em Cabo Frio, um centro cerimonial Tupinambá no Rio de Janeiro, há uma lenda local que associa as rochas do Morro da Guia aos corpos de guerreiros ancestrais que desceram a terra para proteger seus descendentes e o território.

³⁷ Um exemplo que Mircea dá é que uma pedra sagrada é venerada porque é sagrada e não porque é pedra; é a sacralidade manifestada pelo modo de ser da pedra que revela sua verdadeira essência. É por esta razão que não se pode falar de “naturismo” ou de “religião natural”, no sentido atribuído a estas palavras no século XIX.

A tradição oral conta que, em tempos imemoriais, a região de Cabo Frio era habitada pelos Tupinambás. Diante de ameaças ou conflitos, guerreiros ancestrais desceram do céu ou de um plano espiritual para proteger seu povo. Ao chegarem, eles se transformaram nas grandes rochas que compõem o Morro da Guia, permanecendo como guardiões petrificados da terra e de seus descendentes. Essa narrativa faz parte do patrimônio imaterial e da história oral da cidade, ilustrando a forte conexão da cultura Tupi com os elementos naturais da paisagem. O nome da tribo foi preservada no 2º distrito de Cabo Frio, área onde havia grande concentração de indígenas. Cabo Frio ainda hoje tem locais que guardam a memória indígena tupi. Um deles é o Morro da Guia, antes chamado Morro do Itajuru, que servia como um santuário da mitologia tupinambá. As "pedras sagradas" com inscrições que contavam as tradicionais histórias ainda podem ser vistas do alto do mirante.

As mesmas características podemos notar em Itanã no 1º distrito de Duque de Caxias, uma elevação, várias pedras no topo, granito preto, a única região neste distrito com estas características. Sem essa interpretação o nome Itanã (Pedra Preta), seria tabu na cultura tupinambá, devido a importância que davam ao movimento, a destreza e a mobilidade, sendo a pedra um elemento fixo, nada bom para nomear uma aldeia. Em SILVA (2021-p. 143), nos informa que “O nome da aldeia deveria se relacionar a alguma pedra, alguma elevação característica ou algum monólito que de maneira especial marcava a aldeia e seus moradores”. Na nossa interpretação Itanã era um centro cerimonial Tupinambá em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. Outra linha de pensamento de SILVA (2021, p.144), reforça mais ainda nossa interpretação, em sua análise etimológica, Itanã seria uma “pedra grossa” ou, ainda, “pedra da família”, “pedra da nação”, o que dá praticamente um sentido perfeito a nossa interpretação. Dentro do sentido da lenda ancestral do Morro da Guia em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

Na referida elevação, o atual Morro da Guia, acha-se o sítio mais importante da região e um dos mais relevantes do Brasil pré-histórico: o santuário da mitologia tupinambá, formado pelo complexo de pedras sagradas do Itajuru ("bocas de pedra" em tupi-guarani). Sobre estes blocos de granito preto e granulação finíssima, com sulcos e pequenas depressões circulares, os índios contavam as histórias dos seus heróis feiticeiros que ensinavam as artes de viver e amar a vida. Quando estes heróis civilizadores morriam, transformavam-se em estrelas, até que o sol decidisse enviá-los ao Itajuru, sob a forma de pedras sagradas, para serem veneradas pela humanidade. Caso fossem quebradas ou roubadas, todos os índios desapareciam da face da Terra.

A tradição oral conta que, em tempos imemoriais, a região de Cabo Frio era habitada pelos Tupinambás. Diante de ameaças ou conflitos, guerreiros ancestrais desceram do céu ou de um plano espiritual para proteger seu povo. Ao chegarem, eles se transformaram nas grandes rochas que compõem o Morro da Guia, permanecendo como guardiões petrificados da terra e de seus descendentes.

Essa narrativa faz parte do patrimônio imaterial e da história oral da cidade, ilustrando a forte conexão da cultura Tupi com os elementos naturais da paisagem.

Nesse aspecto há uma conexão muito forte que envolve os Tupinambás, a pedra preta e o babalorixá Joaozinho da Goméia em Duque de Caxias. RODRIGUES (2019, p. 5) cita que:

Podemos dizer que Joãozinho da Goméia era babalorixá no candomblé baiano. Filho de Oxóssi e Iansã, mas que incorporava um caboclo de nome Pedra Preta. Um conflito entre orixás de Candomblé de Angola e um caboclo de “Umbanda”. RODRIGUES (2019, P.5).

Já MENDES (2014, p. 8) Nos informa que Joãozinho da Goméia (João Alves Torres Filho, 1914-1971) foi um pai de santo do Candomblé Angola , que migrou da cidade de Salvador para Duque de Caxias , na Baixada Fluminense. Andrea Mendes nos informa que:

[...] foi no terreiro de sua madrinha que o caboclo Pedra Preta se manifestou pela primeira vez, e foi por causa dele, precisamente, que Joãozinho começou a ser cada vez mais procurado por pessoas que buscavam a cura de doenças e auxílio espiritual – o que rendeu-lhe a alcunha de “João da Pedra Preta”. A procura era tanta que Joãozinho resolveu, então, ter um terreiro maior, e foi assim que se deslocou para a Goméia, um bairro de Salvador. (MENDES, 2014, p. 60)

Em 1946, Joãozinho da Goméia muda-se para o Rio de Janeiro, instalando, pouco a pouco, um terreiro em Duque de Caxias. A partir daí, começa a ficar conhecido e a ser frequentado por personalidades da época, como cita Andrea Mendes:

A partir daí, passou a frequentar programas de rádio, concedia entrevistas a jornais e revistas. Conforme sua notoriedade aumentava, aumentavam também os seus filhos de santo. Realizou apresentações de “dança africana” para Ginger Rogers e para a Rainha Elisabeth da Inglaterra. Recebeu em seu terreiro o presidente Getúlio Vargas e, mais tarde, foi chamado ao Palácio pelo presidente Juscelino Kubitschek. Joãozinho, a cada dia mais conhecido, tinha suas festas divulgadas pela imprensa. A festa de Iansã, realizada no mês de dezembro, era uma das mais concorridas. Do lado de fora, empregados de Joãozinho vendiam bebidas, “a preços exorbitantes”, e ambulantes vendiam sorvetes e picolés. Folcloristas e diplomatas, gente comum e embaixadores, pessoas do meio artístico, como as cantoras Marlene e Ângela Maria, Cauby Peixoto, Grande Otelo, Carmen Costa, todos afluíam para o terreiro da Baixada, especialmente quando acontecia a festa de Iansã, considerada o ponto alto das festividades da Goméia. (MENDES, 2014, p. 62-63).

SILVA (2021, p. 142), ao se referir a “Itanã, a misteriosa pedra Tupinambá”, estava completamente correto, um mistério de epifania, de sagrado com seus caminhos. Há uma bela frase para isto: “a vida sempre encontra um meio”, este caminho sagrado fez ressurgir através de um babalorixá baiano em Duque de Caxias, no primeiro distrito e muito próximo a Itanã a pedra preta tupinambá, dessa vez levada na mão de um caboclo chamado Pedra Preta, entidade desse médium chamado João da pedra preta. Abaixo a figura do caboclo Pedra Preta, da linhagem de Caboclo Tupinambá.

Figura 22 - O caboclo pedra preta. Uma das entidades que se manifestavam com Joãozinho da Goméia.



Fonte: <https://www.elo7.com.br/caboclo-pedra-preta-imagem-em-13.03.2024>.

O culto a cabloco nos candomblés é uma temática que até hoje, se reveste de mistério e até mesmo certo silenciamento por parte de seus integrantes. Na primeira metade do século XX, foi considerado por CARNEIRO (1991, p. 62) como “[...] um processo sincrético afro-amerídeo” ou, no caso “uma variante do candomblé Angola e Congo que incorporou elementos indígenas”. Esta variante vai ter seu raio de ação no candomblé de Goméia em Duque de Caxias, o primeiro a apresentar esta peculiaridade. É Pedra Preta um dos patronos da casa de Joãozinho da Goméia, ele é quem abre os trabalhos e chama a falange de Caboclos para o Candomblé”. “Pedra Preta é o caboclo de Joãozinho da Goméia, sendo o patrono do terreiro, e chama a Falange dos Caboclos para a gira

Figura 23 - Joãozinho da Goméia durante cerimônia do Candomblé. Dia de Joãozinho da Goméia se torna Lei e terreiro é tombado em Duque de Caxias RJ.



Fonte: brasildefato.com.br Jacqueline Deister em 27/04/ 2021.

Joãozinho da Goméia pregava, corajosamente, a liberdade de culto religioso (principalmente para os cultos afro-brasileiros) em plena Bahia da década de 1930. Essa era uma ousadia frente as autoridades e a polícia da época, e ele afirmava pagar para ter o direito de tocar para os orixás em dias de festa.

Ainda, verificamos que há uma necessidade de se falar de personagens negros que fizeram a história brasileira, principalmente de personagens como Joãozinho da Goméia, e que venceram todos os obstáculos da vida e servem-nos de exemplo. Conforme nos informam as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, a comunidade afro-brasileira segue pedindo valorização, afirmação de direitos e reconhecimento. Em 2020, Joãozinho da Goméia foi tema da Escola de samba Grande Rio de Duque de Caxias. Ele desfilou em sua época em várias escolas de samba, chegou a gravar um LP onde interpretou músicas e pontos de Candomblé, a capa do LP pode ser apreciada na figura 24.

Figura 24 - Capa de LP gravado por Joãozinho da Goméia em 1950.



Fonte: diariodorio.com por Marroni Alves em 19/03/2021

O próximo local de memória que analisaremos para a nossa aula passeio e consecução do Circuito Escolar será o Museu Vivo do São Bento.

Figura 25 - Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, ocupa o prédio da antiga Escola Municipal Nísia Villela Fernandes.



Fonte: www.museuvivodosaobento.com.br em 25/03/2025.

O Museu Vivo do São Bento é um ecomuseu criado em 2008, no interior da APA do bairro São Bento, área que integra o 2º distrito do município de Duque de Caxias – RJ, e guarda diversos vestígios da ocupação humana ao longo do tempo. O mais antigo desses vestígios esteve seriamente ameaçado pela especulação imobiliária na localidade: trata-se do Sambaqui do São Bento. Datado em torno de 6 mil anos, este sítio arqueológico assegura a presença da memória do homem sambaquiano nas cercanias do Recôncavo Guanabarrino. O Museu Vivo do São Bento foi concebido a partir do conceito da nova museologia, cujos princípios baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e no envolvimento da comunidade local nessas questões. Ele serve à comunidade onde está inserido como um “instrumento de desenvolvimento cultural” (LACOUTURE, 1985 apud ARAÚJO, 2012, p. 72). Trata-se de um modelo contemporâneo de museu que tem em sua concepção o patrimônio como sendo o meio pelo qual se busca preservar a memória de um determinado grupo ou região, englobando tanto o seu patrimônio cultural como o patrimônio natural. O prefixo “eco” alude tanto ao entorno natural quanto ao entorno social, isto é, a ecologia humana. De acordo com (GOMES, 2016, p.18):

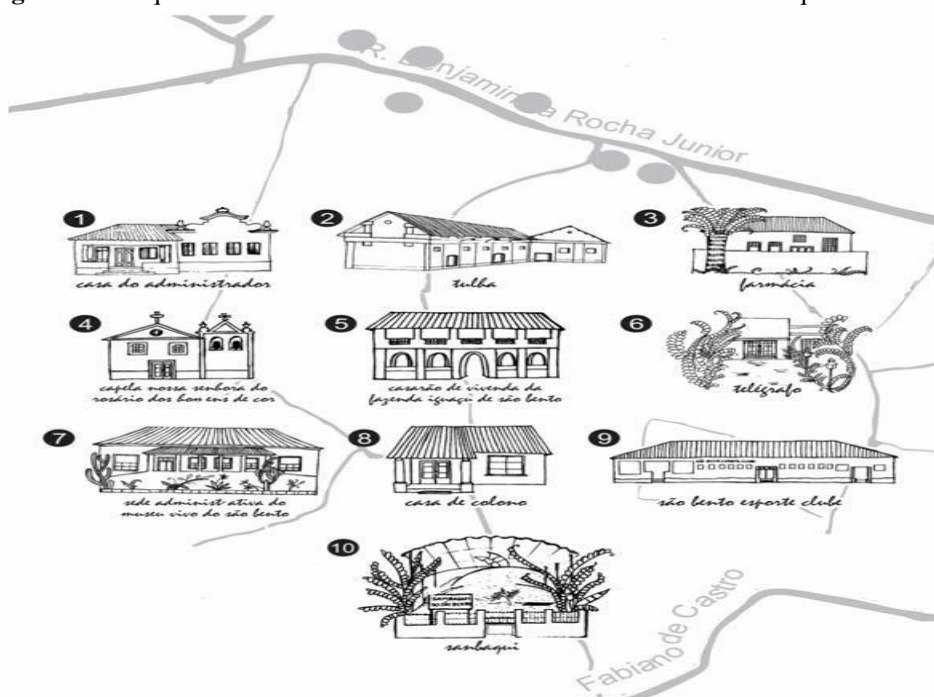
Um ecomuseu é, portanto, uma ação museológica consciente da comunidade, com o objetivo de desenvolver o território onde habita a partir da valorização da história local. O primeiro ecomuseu do Brasil foi criado em 1987, em Itaipu, Paraná, com o objetivo de conservar a história da usina e da região brasileira em que foi construída a hidrelétrica binacional. Além disso, o Ecomuseu de Itaipu desenvolve atividades inovadoras de educação ambiental junto à comunidade, visando à proteção do patrimônio natural¹⁶. No Rio de Janeiro, o primeiro museu deste tipo foi o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro. Criado em 1995, no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro, é um museu de território que engloba todo o bairro de Santa Cruz, onde está localizado. Sua missão primordial é a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do bairro¹⁷. Podemos perceber nestes dois exemplos que, nos ecomuseus, a relação entre território-patrimônio-comunidade é indissociável e é esta relação que justifica a criação de um museu desta natureza no bairro São Bento, em Duque de Caxias. Existem hoje mais de duas dezenas de museus deste tipo no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). (GOMES, 2016, p.18)

A cidade do Rio de Janeiro foi sede dos governos colonial, imperial e republicano – até 1960, quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília – e sempre atraiu a atenção dos historiadores. Apesar de muitas vezes ficar à sombra do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense também é um lugar

repleto de vestígios dessas distintas temporalidades e foi palco de importantes acontecimentos de relevância regional e nacional. O estudo da história local permite que estas particularidades se tornem conhecidas pela comunidade, reforçando a identidade local e afirmando que a Baixada Fluminense e Duque de Caxias são lugares de memória e de História e que estão conectados a uma história mais ampla. Atuando como um museu integral, o Museu Vivo do São Bento tem contribuído para a construção da história local baseando-se na valorização da memória coletiva, das heranças culturais da comunidade e dos patrimônios materiais e imateriais locais através das pesquisas que realiza junto aos moradores da localidade. Outro aspecto importante da sua atuação é a socialização destes conhecimentos que se dá de diferentes modos, em especial através dos cursos de formação de professores que promove. Esta é uma maneira de possibilitar que o conhecimento produzido pelos próprios professores e por seus alunos contribua para as transformações sociais almejadas pela via da educação. Apesar da obrigatoriedade do ensino da história local constar na Lei Orgânica municipal desde 1990 – outra importante conquista dos professores –, na prática, nada ou quase nada tinha sido feito para que a lei fosse cumprida e o ensino de história local fosse efetivado nas escolas da rede. O Museu Vivo do São Bento apresenta-se como um espaço de defesa, preservação, produção e difusão da cultura e da história local. O Museu Vivo de São Bento é um museu de percurso e todos os locais que o compõe fazem parte da nossa aula passeio estando inseridos no Circuito Escolar. Neste esquema abaixo elaborado por GOMES (2016) podemos observar os diversos pontos Núcleo Colonial de São Bento que também farão parte da nossa aula passeio, são eles

: a Casa do administrador, a Tulha, a Farmácia, a Capela de N. Sra. Do Rosário dos Homens de Cor, o casarão da fazenda dos Beneditinos, o Telégrafo, O Museu Vivo do São Bento, a Casa do Colono, o São Bento Esporte Club, o Sambaqui. Todos Pertencentes a APA do São Bento e conhecidos como Núcleo Colonial de São Bento.

Figura 26 - Esquema em desenho do Núcleo Colonial de São Bento em Duque de Caxias/RJ.



De acordo com Figueira: “atualmente a construção da identidade tornou-se aspecto central dos objetivos e da missão do ensino de História” (Figueira, 2012, p.101). Para tanto, é preciso conhecer, identificar o patrimônio cultural que nos faz sermos diversos de outros povos. Para discutir e encaminhar articulando a relação entre História, patrimônio cultural e identidade no mundo contemporâneo e, para tanto, torna-se necessário pensar sobre a História local e suas implicações historiográficas. A História local não vê o território como ponto inerte e imutável, mas sim como elemento vivo que participa da experiência histórica em diferentes grupos sociais. Já Neves diz que “o local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento, e o geral, sem respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e neste caso ambos estarão destituídos de sentido.” (Neves, 1997, p.22). Por sua vez, Novais corrobora esta ideia ao afirmar que: “a História tem dois significados: o primeiro significa todo acontecer humano em todo tempo e em qualquer lugar. O segundo é a narrativa desse acontecer” (NOVAIS, 2005. P.378). Observa-se que nesta afirmação, aparentemente simples, coloca-se a questão central do trabalho do historiador com a dimensão espacial e temporal; assim sendo, as mudanças e permanências ocorridas nos processos históricos ocorrem sempre no âmbito do espaço. Outro historiador que é enfático ao assinalar a importância do local e de seu patrimônio histórico-cultural é Jacques Le Goff, cuja advertência destaca o fato de que, além de fundamenta, o espaço é impulsionador e também criador da História humana e não apenas “um continente inerte”. (LE GOFF, 2002, v.1. p.201).

Ao analisar o patrimônio histórico-cultural pela perspectiva escolar, podemos afirmar de acordo com Figueira que: “a escola é uma instituição destinada a formar cidadãos, e não apenas a fornecer informações e teorias. Depois da família, a escola é o principal lugar de aprendizado e da sociabilidade das crianças e adolescentes” (FIGUEIRA, 2012, p.7). Assim, ela deve ser capaz de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos. Na escola os alunos formam suas identidades no âmbito individual e coletivo, estabelecendo relações com diferentes grupos sociais. Por isso, o processo de ensino aprendizagem deve, necessariamente, incluir diversas possibilidades pedagógicas que estimulem um olhar mais abrangente sobre a diversidade cultural humana. Com relação à identificação do patrimônio histórico-cultural pela perspectiva da escola observa-se que não há nada melhor do que a educação patrimonial, que abre um leque de múltiplas possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas, além de noções que envolvem a cidadania os direitos humanos e os valores de alteridade, da ética e da solidariedade. Além disso, a educação patrimonial tem o papel de conscientizar nossos alunos da responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar onde vive e na sociedade como um todo.

A realização desta dissertação nos permite realizar através da perspectiva escolar a identificação e a caracterização de itens do patrimônio histórico-cultural do Bairro São Bento, impulsionando a História Local. Esta práxis embasada nos conceitos de sala de aula invertida, educação patrimonial será cumprida a partir da metodologia da Aula Passeio de Célestin Freinet,

através do folder com o circuito escolar, sendo este o nosso produto didático.

Há diversos itens do patrimônio histórico-cultural no bairro São Bento, estes serão utilizados dentro de uma perspectiva escolar. O público-alvo são os alunos do ensino fundamental da escola Nísia Vilela Fernandes, onde o mestrando Carlos Maurício Rodrigues dos Santos é professor de História. Há no Bairro São Bento em Duque de Caxias marcas compreendidas como bens da nossa História, marcas da humanidade. De acordo com Figueira, “elas (marcas) representam as expressões da produção humana e são denominados bens culturais, constituem o patrimônio cultural da comunidade, do povo, da nação. Os bens culturais constituem marcas que podem ser convertidas em fonte e objeto do conhecimento histórico.” (FIGUEIRA, 2012, p. 90).

No bairro de São Bento temos o sambaqui do São Bento como exemplo de um bem ambiental cultural, por ser um sítio arqueológico e identificado como um patrimônio cultural material. O patrimônio material constitui-se de um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza como históricos, o núcleo colonial do São Bento é formado ainda tanto pelos acervos do Museu Vivo do São Bento quanto pelo patrimônio cultural e histórico nacional reconhecido pelo IPHAN que são a fazenda dos beneditinos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário para destacarmos os principais. A construção da noção de patrimônio histórico e atualmente de patrimônio cultural são bem recentes. Hoje o conceito de patrimônio histórico tem seus nexos ligados tanto à comunidade local como às do nacional e do global. O termo é atribuído a uma diversidade de objetos agrupados por um passado comum à população de determinado lugar e constituído de bens tanto materiais como imateriais. Neste sentido, o próximo item do capítulo apresenta tanto caracterização da aula passeio a partir de teórico s da educação quanto discussão da proposta do circuito escolar pela perspectiva do ProfHistória.

2.1.2 Aula passeio e circuito escolar na tessitura do ProfHistória

Destaca-se nesse trabalho a História local que entendemos ser aquela que considera objeto de estudo o espaço delimitado por diferentes critérios, observando, assim, como Martins considera que “as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com processos de diferenciação de áreas” (MARTINS, 2010, p.143).

Em outras palavras, a História local é aquela que não vê o território como ponto inerte e imutável, mas sim como elemento vivo que participa da experiência histórica de diferentes grupos sociais. De acordo com Figueira: “o fortalecimento da cultura local, do resgate da memória e da História local pode ser entendido como uma espécie de antídoto contra a padronização da cultura”, (FIGUEIRA, 2013, p.114). A autora ainda destaca a necessidade da valorização da identidade cultural e do conhecimento de nossa História dentro de um quadro geral de multiculturalismo.

Outro aspecto dessa dissertação é a aproximação com uma metodologia de educação patrimonial na qual, de acordo com Figueira “a principal proposta é orientar a organização de atividades e estudos interdisciplinares a fim de suplantar a fragmentação dos conteúdos nos currículos escolares e transdisciplinares.” (FIGUEIRA, 2013, p.81).

Para tanto, é necessário propor e realizar dinâmicas de trabalho nos quais o aluno seja estimulado a fazer uma leitura crítica da realidade e, conseqüentemente, tornar-se capaz de propor soluções para a resolução de problemas, proporcionando-lhe a experiência da relação direta com os bens e as manifestações culturais. De acordo com (FIGUEIRA,2013, p. 65), a educação patrimonial envolve os conceitos, os procedimentos, os métodos e as técnicas da área de História, muitos deles também usuais em outras Ciências Humanas. História, memória e identidade são aspectos centrais para o estudo e estabelecendo algum tipo de contato com a educação patrimonial. Nesse trabalho a investigação desses diversos significados será útil para os professores de História e para impulsionar os alunos e a comunidade a atuar de maneira mais propositiva com relação ao bairro São Bento. A identidade social é reconhecimento de si mesmo como agente ativo do processo histórico, configurando-se ao mesmo tempo, como objeto da História. Com relação à memória, ela possui muitas acepções, em História, pode significar fonte para o conhecimento histórico ou mesmo as compreensões que diferentes sociedades tiveram do que deveria ser esquecido e do que deveria ser lembrado e celebrado (FIGUEIRA, 2013, p. 45). A discussão da dissertação será acompanhada da construção de um produto didático para estudantes do ensino fundamental. Neste produto didático será utilizado como metodologia a aula passeio, sendo esta o produto didático, acompanhada de um folder do itinerário de circuito histórico-cultural escolar construído em parceria com os alunos.

A aula passeio é uma técnica e prática muito debatida por Célestin Freinet, pedagogo francês que tinha como objetivo levar as crianças a novas descobertas fora do espaço escolar. A aula passeio pode ser realizada em diversos locais, como museus, exposições, teatros, escolas, associações e universidades. Assim, devido a proximidade da escola com os itens do patrimônio a serem visitados, será possível percorrer um circuito escolar a pé que resultará em um folder do itinerário de circuito escolar. Para tanto, de um universo de quinze itens do patrimônio de São Bento levantados por mim a partir do estudo realizado no bairro, alguns deles vão ser selecionados para a visita a partir de uma decisão coletiva que envolva os alunos nas etapas que antecedem a caminhada. As aulas-passeio permitem a criação de novos espaços de aprendizagem, fugindo de metodologias que mantêm os alunos aprisionados à sala de aula, buscando estratégias pedagógicas que despertem nos estudantes a cooperação e o prazer pelo conhecimento. Elas estão voltadas para o interesse dos alunos sob uma construção do olhar direcionado pelo prof. de história, a partir de suas realidades, sendo o principal objetivo a motivação dos educandos para a aprendizagem. No ensino de História ainda se mantêm um formato de educação no qual o professor ensina e o aluno escuta ocasionando falta de interesse nos estudantes.

É preciso buscar novos rumos de aprendizagem, que gerem desejo pelo conhecimento. Nesta pesquisa as aulas-passeio foram utilizadas como metodologia de ensino, com alunos do 6º ano do ensino fundamental.

As atividades foram realizadas nos arredores da escola, em Duque de Caxias -RJ, na localidade do bairro São Bento e, também, nos bairros vizinhos 25 de agosto e Pilar. Buscamos verificar a compreensão da construção do conhecimento histórico pelo aluno, levando em consideração as percepções oriundas de suas impressões verbais e visuais, com base na metodologia proposta por Freinet. Também observamos a percepção dos espaços em que estão inseridos com relação ao núcleo colonial do São Bento, patrimônios, caminho, espaços histórico-culturais esquecidos ou silenciados, desconhecidos no entorno. Como produto educacional didático foi elaborado um folder com um mapa guia que complementa às aulas passeio. A aprendizagem teoricamente inicia na sala de aula, para depois ir ao encontro da experiência. Atividades nas quais o aluno vivencia o conhecimento, são muito mais significativas para os estudantes, que aprendem quando produzem. Trabalhar História em um contexto participativo, cooperativo, pautado nas vivências, na troca de experiências entre educandos, professores e comunidade seria bastante proveitoso na produção do conhecimento. A valorização do meio em que o aluno está inserido permite que o educando aprenda com a vida, e não a mera repetição do que está escrito em livros didáticos. É preciso que o professor proporcione ao educando experiências, que permitam aos mesmos a reflexão sobre a realidade em que vivem, para que possam transformá-la. Para superar a pedagogia da repetição, a comunidade escolar deve assumir uma atitude questionadora frente aos conhecimentos transmitidos e pensar no saber como algo que está sempre em construção e desconstrução. O mundo é um espaço integrado, a escola precisa oferecer meios eficazes para que os educandos compreendam as relações existentes no tempo, as ações humanas e suas consequências para a vida. Os conhecimentos são produzidos coletivamente com a participação, alegria e cooperação, através das dialogias, experiências e vivências. As aulas passeio propõem a ampliação dos olhares dos estudantes para fora do espaço escolar, trata-se de práticas educacionais, baseada na experiência. Na convivência das crianças com os locais de memória e com o ambiente, caracteriza a aula passeio como uma abordagem pedagógica que envolve a aprendizagem fora do ambiente escolar tradicional, é uma metodologia que pode ser entendida a partir de diferentes teóricos da educação, que oferecem perspectivas valiosas sobre a importância da experiência prática e do aprendizado contextualizado (FREINET,2004). Citaremos algumas características da aula passeio com base em alguns teóricos da educação. Começamos com John Dewey ele aborda o tema aula passeio no seu livro *John Dewey and Education Outdoors* (John Dewey e a Educação ao ar livre). Para Dewey, o cognitivo, o afetivo e a vida prática se entrelaçam e se movem em direção à consumação e ao término, não apenas à cessação do tempo. Caminhadas como instrumento estético e histórico-cultural de conhecimento, aulas-passeio proporcionadas para conectar a vida da escola com a vida real.

Para teóricos como Freinet, Dewey e Paulo Freire, a escola e a vida deveriam ser uma só. As saídas do espaço escolar ampliam as experiências e alargam os horizontes, pois, assim como Dewey (1979b, p.199), acreditamos que a educação precisa ter como foco o alargamento da experiência em suas várias formas de aula. “Cada experiência é uma força em marcha” (DEWEY, 1979b, p.29). A aula passeio se alinha esta visão, pois permite que os alunos vivenciem o conteúdo de forma prática, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Outro teórico foi Lev Vygotsky, um dos mais influentes teóricos da psicologia do desenvolvimento, desenvolveu a Teoria da Aprendizagem Sociocultural, que enfatiza a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento cognitivo. Segundo Vygotsky as interações sociais na perspectiva sócio-histórica permitem pensar um ser humano em constante mudança, defende que o aprendizado do indivíduo não pode ser dissociado do contexto histórico, social e cultural (VYGOTSKY, 2007). Para aprender, elaborar conhecimentos e para se autoconstruir, o ser humano precisa interagir com outros membros de sua espécie, com o meio e também com a cultura. Outra aplicação da teoria de Vygotsky na educação é a utilização de recursos diversos. Esses recursos podem ser utilizados para promover a interação social e a construção coletiva do conhecimento, além de permitir que o aluno tenha acesso a uma grande quantidade de informações e possa desenvolver habilidades em diferentes áreas. Essa teoria afirma que as pessoas desenvolvem suas habilidades cognitivas e sociais através da interação com o meio cultural e social em que estão inseridas. Com base nesta teoria, pode-se desenvolver um plano de aula para o 6º ano do ensino fundamental, a aula-passeio de circuito histórico-cultural escolar, pois esta valoriza a interação social e histórico-cultural entre os alunos. Assim a aplicação da teoria da psicologia histórico-cultural na educação é por meio de atividades que incentivem a interação entre os alunos e a troca de conhecimentos e experiências. Uma sugestão de atividade foi a feira Cultural da escola Nísia Vilela Fernandes. Analisando outros teóricos com relação a aula passeio é possível afirmar que Paulo Freire³⁸ defendia uma educação libertadora, que promovesse a conscientização crítica dos alunos. A aula passeio pode ser uma ferramenta poderosa para estimular a reflexão crítica sobre temas sociais, culturais e históricos, permitindo que os alunos se conectem com a realidade e desenvolvam uma postura crítica em relação ao mundo. Dentre as ideias de Freire sobre as aulas passeio está a que elas permitem que os alunos conheçam diferentes realidades e vivenciem a cultura. Também que a cultura deve ser um ponto fundamental do trabalho com os alunos, desde visitas a museus até o contato com diferentes modos de vida, o que vem de encontro a nossa pesquisa de circuito escolar através de aula passeio.

Podemos dialogar com as contribuições dadas pela pedagogia Feiriana e a pedagogia Freinetiana, no que diz respeito ao múltiplo e complexo processo de ensino-aprendizagem. Ambos dão grande importância ao protagonista neste processo o educando, e a enfatizam.

³⁸ Paulo Freire foi um educador que defendia uma perspectiva libertária, crítica, conscientizadora e política da educação. Ele é o patrono da educação brasileira desde 2012.

Outro aspecto que observamos nesse diálogo são as relações entre educação e humanização. Freire defende a substituição da educação tradicional pela educação orientada para a criação de disposições mentais críticas, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingerência, à dialogicidade, ao autogoverno e, conseqüentemente, à sua contribuição para com a democratização. Freinet assegura que o educando tem motivações e entusiasmos que o educador deve liberar e favorecer; este, por sua vez, deve criar um espaço favorável ao processo de ensino, facilitando sua aprendizagem através das “técnicas pedagógicas da vida”.

Tanto Freire quanto Freinet não só criticam as formas tradicionais e ultrapassadas do ensino e da aprendizagem, mas apontam ações práticas e simples através de suas experiências: Freire com as expressões da emergência política das classes populares e com os movimentos sociais; Freinet com as técnicas e práticas pedagógicas e o ensino direcionado ao povo. Também Howard Gardner com sua teoria das inteligências múltiplas, sugere que os alunos aprendam de maneiras diferentes. A aula passeio pode atender a diversas inteligências, como a cinestésica (aprendizagem através do movimento e da experiência), a Interpessoal (interação com os outros) e a naturalista (conexão com o meio ambiente). Podemos também assinalar que Maria Montessori defendia a educação centrada na criança, onde o aprendizado é guiado pelo interesse do aluno. A aula passeio permite que os alunos explorem e descubram o mundo de acordo com suas curiosidades, promovendo um aprendizado mais autônomo e significativo. Em resumo, a aula passeio tema central do produto didático é uma prática pedagógica que se alinha a diversas teorias educacionais, promovendo uma aprendizagem ativa, contextualizada e significativas. Essa abordagem não apenas enriquece o processo educativo, mas também ajuda os alunos a desenvolverem habilidades sociais, críticas e reflexivas.

A proposta do circuito escolar, especialmente na perspectiva do ProfHistória pode ser discutida em vários aspectos que envolvem a prática pedagógica, a construção do conhecimento histórico e a formação de uma consciência crítica dos alunos. O ProfHistória é um projeto que visa integrar a História ao cotidiano dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Podemos considerar diversos pontos, começaremos pela aprendizagem contextualizada que é uma abordagem educacional que busca conectar o conteúdo aprendido em sala de aula com a realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e relevante. Uma forma de implementar essa abordagem é através de aulas passeio, que são atividades externas onde os alunos podem vivenciar na prática o que estão estudando. Durante uma aula passeio, os alunos têm a oportunidade de explorar novos ambientes, como o nosso circuito escolar histórico-cultural propõe e observar dentro da História Local como os conceitos aprendidos se aplicam no mundo real. Isso não só enriquece o conhecimento, mas também estimula a curiosidade e o engajamento dos estudantes.

Para dar sustentação e argumentação sobre a aula passeio, além do próprio Célestin Freinet, temos diversos autores que dialogam com sua pedagogia ou que defendem a importância de metodologias ativas e da aprendizagem experiencial. Aqui estão alguns nomes e suas contribuições relevantes:

- Célestin Freinet: O precursor da aula passeio como uma técnica pedagógica fundamental em sua proposta de uma escola moderna e conectada com a vida. Suas obras, como “Pedagogia do Bom Senso” e “As Técnicas Freinet da Escola Moderna”, detalham a importância da experiência direta, da observação do ambiente e da expressão livre dos alunos como base para a aprendizagem.
- Élise Freinet: Companheira de Célestin, também educadora e escritora, que contribuiu para a divulgação e aprofundamento das técnicas Freinet, incluindo a aula passeio, e sua relação com a vida da criança e a comunidade.
- Outros autores que exploram a pedagogia Freinet: Diversos autores contemporâneos analisam e ressignificam a pedagogia Freinet, destacando a atualidade da aula passeio como uma estratégia para promover a curiosidade, a investigação e a aprendizagem significativa. Alguns exemplos incluem obras e artigos de pesquisadores que abordam a aplicação da aula passeio em diferentes contextos e disciplinas.

Autores que defendem a aprendizagem experiencial e o trabalho de aula passeio:

- John Dewey: Filósofo e pedagogo que enfatizava a importância da experiência como base do conhecimento e da aprendizagem ativa. Sua obra “Experiência e Educação” é fundamental para compreender a relação entre a vivência e a formação.
- Jean Piaget: Psicólogo e epistemólogo que demonstrou como as crianças constroem o conhecimento através da interação com o ambiente. A aula passeio se alinha com sua visão de que a aprendizagem ocorre pela ação e exploração.

- Lev Vygotsky: Psicólogo que destacou o papel da interação social e do contexto cultural no desenvolvimento cognitivo. A aula passeio proporciona um ambiente rico para a interação e a aprendizagem colaborativa.
- Paulo Freire: Educador brasileiro que defendia uma educação dialógica e problematizadora, conectada com a realidade dos alunos. A aula passeio pode ser utilizada como um ponto de partida para discussões e reflexões sobre o mundo.

Outros autores e documentos relevantes:

- 1 Autores que discutem metodologias ativas: Pesquisadores que exploram diferentes abordagens pedagógicas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, como a aprendizagem baseada em projetos, a resolução de problemas e os estudos de caso, que podem ser complementados pela aula passeio.
- 2 Documentos curriculares: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos oficiais que valorizam a exploração do ambiente, o contato com diferentes espaços e a articulação entre teoria e prática no processo educativo.

Ao observar as ideias desses autores, é possível construir uma argumentação sólida sobre os benefícios pedagógicos da aula passeio, conectando-a com diferentes perspectivas teóricas que a fundamentam como uma prática relevante e eficaz para a educação.

Essa metodologia promove o aprendizado ativo e colaborativo, onde os alunos se tornam protagonistas de sua própria educação. Outra perspectiva dentro do ProfHistória é a de que o circuito escolar pode promover uma abordagem interdisciplinar, integrando a História com outras disciplinas, como a Geografia, Ciências Sociais e Artes. Essa integração enriquece a compreensão dos alunos sobre os fenômenos históricos e sociais, permitindo uma visão mais ampla e crítica. Também de desenvolvimento de habilidades críticas pois, a proposta do circuito escolar incentiva os alunos a desenvolverem habilidades críticas e reflexivas. Ao visitar locais históricos, participar de atividades práticas e discutir temas relevantes, os estudantes são levados a questionar, analisar e interpretar informações, formando uma consciência crítica sobre o passado e suas implicações no presente.

Da perspectiva da valorização da memória local podemos dizer que o circuito escolar histórico cultural também pode contribuir para a valorização da memória local e da identidade cultural dos alunos. Ao explorar a História Local de sua comunidade, os estudantes se tornam mais conscientes de suas raízes e da importância de preservar a História Local, promovendo um sentimento de pertencimento e responsabilidade. Assim também a proposta do circuito escolar se alinha com metodologias ativas de ensino, onde os alunos são protagonistas de seu aprendizado.

Através de atividades práticas como a feira cultural da Escola Nísia Vilela Fernandes, da sala de aula invertida, das visitas pela aula passeio a museus, sítios arqueológicos e históricos e de interações com a comunidade, os estudantes se envolvem ativamente no processo de aprendizagem, o que pode aumentar a motivação e o interesse pela disciplina de História. Sobre a perspectiva da formação de cidadãos críticos, a proposta do circuito escolar ao promover uma educação histórica crítica, contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados. Os alunos aprendem a importância da História na construção da sociedade e são incentivados a participar ativamente na vida comunitária e política, refletindo sobre o seu papel como cidadãos. Assim a proposta do circuito escolar sob a perspectiva do ProfHistória representa uma oportunidade valiosa para transformar a educação histórica em uma experiência mais rica e significativa. Ao conectar o passado ao presente, promover a reflexão crítica e valorizar a memória local, essa abordagem contribui para a formação de alunos mais conscientes, engajados e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Outro conceito que utilizamos é o de sala de aula invertida³⁹ na forma de atividades de projetos (mapas e maquetes), trabalhos de grupo (construção de cartazes), debates. Alicerçados em leituras, vídeos, pesquisas e resolução de exemplos e estudo dirigido anterior à aula. As aulas-passeio permitem a criação de novos espaços de aprendizagem, fugindo das metodologias que mantêm os aprisionados à sala de aula, buscando estratégias pedagógicas que despertem nos estudantes a cooperação e o prazer pelo conhecimento. Agora já com relação a sala de aula invertida alunos apresentaram seus trabalhos de pesquisa na Feira Científico Cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes (Vide anexo ao final do volume). Os alunos fizeram a recepção aos visitantes, criaram os cartazes, mapas e maquetes apresentados sobre o tema História Local do bairro São Bento na feira, vivenciando suas buscas/pesquisas sobre o tema. Eles foram os guias que atuaram como instrutores na Feira Científico Cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes.

As aulas passeio são um momento de vivenciar, descobrir, redescobrir e sentir novas sensações, despertando novos interesses e curiosidades nos alunos e alunas. A ludicidade pode ser incorporada à aula passeio, o educador Paulo Freire afirma que o lúdico tem o papel de colaborar, orientar no processo, lançando-aprendizagem quando usado como recurso didático, associado aos objetivos e conteúdos a serem desenvolvidos. Portanto, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. As aulas passeio permitem a criação de novos espaços de aprendizagem fora da sala de aula de forma lúdica.” (Freire, 2001, p.52.).

³⁹ Em 2007, este conceito foi utilizado por Aaron Sams e, em linhas gerais, consiste numa metodologia ativa de aprendizagem através de práticas e dinâmicas para criar o protagonismo na construção de seus conhecimentos.

Em meio aos problemas vivenciados na sala de aula de hoje, percebe-se a dificuldade de produzir conhecimento diante de metodologias conteudistas que pouco se importam com as necessidades dos estudantes e que ainda são largamente utilizadas nas escolas. Segundo Freinet (2004), somos uma geração de copiadores e repetidores, sendo ensinados a registrar e explicar o que dizem os livros, dessa forma, os estudantes são ensinados a repetir conceitos que se encontram nos livros didáticos. Na maioria das vezes os conhecimentos ensinados são descontextualizados das realidades dos estudantes. Freire (2014) diz que quando compreendemos nossa realidade podemos transformá-la e criar nosso próprio mundo. Por isso acreditamos na necessidade de adotar metodologias de maneira agradável, prazerosa e que contemple suas realidades, sociais e ambientais.

Pensando na necessidade de mudanças nas metodologias usadas em sala de aula e procurando romper com a pedagogia da repetição, Celestin Freinet criou estratégias de aprendizagem, que envolvessem o prazer e a cooperação. No capítulo 3 pensaremos a aula passeio como produto didático utilizando os referenciais acima citados mostrando nossas práticas e metodologias para chegar a este objetivo.

O folder, nesse contexto de desenvolvimento de um produto didático, atua como a materialização concisa e visualmente atraente de todo o trabalho realizado. Ele é a síntese do conteúdo, dos objetivos e da proposta pedagógica, apresentado de forma organizada e acessível ao público-alvo. Servindo como uma ferramenta de divulgação e de apoio, o folder informa sobre os principais aspectos do produto, seus benefícios e como ele pode ser utilizado, funcionando como um “cartão de visitas” que busca despertar o interesse e facilitar a compreensão da sua essência. A sua elaboração cuidadosa representa o coroamento do processo de criação, transformando a complexidade do material didático em uma mensagem clara e impactante.

Dando sequência à apresentação deste trabalho, o próximo capítulo, intitulado Aula passeio para pensar um circuito histórico escolar do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: vivências na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes (EMNVF), se dedicará à avaliação da eficácia do produto didático desenvolvido. Nele, serão detalhados os métodos de coleta de dados utilizados, a análise dos resultados obtidos a partir da sua aplicação e a discussão das implicações desses achados para o contexto educacional. O objetivo principal deste capítulo é fornecer uma visão crítica e aprofundada sobre o impacto do produto, suas potencialidades e os desafios identificados durante o processo de implementação.

CAPÍTULO 3

3.1 O produto didático – Aula passeio para pensar um circuito histórico escolar do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: vivências na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes (EMNVF)

3.1.1 A aula passeio e o circuito histórico-cultural escolar concebidos como produto didático.

O produto didático em questão, intitulado “Aula passeio para pensar um circuito histórico escolar do bairro de São Bento em Duque de Caxias/RJ: vivências na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes (EMNVF)”, propõe uma experiência de aprendizado que transcende os muros da sala de aula. Através de um circuito histórico-cultural escolar cuidadosamente elaborado pelo bairro de São Bento, busca-se proporcionar aos alunos da EMNVF uma imersão na história local, conectando o currículo escolar com o patrimônio cultural e histórico do bairro e seu entorno. A “aula passeio” não se limita à observação passiva, mas estimula a reflexão crítica sobre a formação do bairro, as transformações ocorridas ao longo do tempo e o papel da escola como parte integrante dessa história. Ao vivenciar o espaço urbano como um laboratório de aprendizagem, o produto didático visa fortalecer o senso de pertencimento, a identidade cultural e o desenvolvimento de um olhar investigativo sobre a realidade circundante.

É proposta uma sequência didática baseada na ideia de aula passeio de Célestin Freinet a partir de três pontos para a construção do produto didático.

- Produção de conhecimento para além da sala de aula, metodologia ativa.
- Articulação com o currículo escolar.
- Aproximação com a proposta de sala de aula invertida, de Jonathan Bergman e Aaron Sams. “Na sala de aula invertida, o que é feito na escola, será feito em casa, o dever de casa é feito em casa será concluído na aula”(Bergman e Sams, 2020).

O folder, nesse contexto, desempenha um papel crucial na disseminação e na apresentação concisa dessa proposta inovadora. Ele deve sintetizar os objetivos pedagógicos da aula passeio, destacar os principais pontos do circuito histórico escolar a ser explorado, informar sobre a metodologia a ser utilizada e ressaltar os benefícios para o aprendizado dos alunos. Em suma, o folder atuará como uma ferramenta informativa e persuasiva, convidando os educadores, os alunos e a comunidade escolar a compreenderem a riqueza e o potencial educativo dessa experiência de aprendizado.

Dando continuidade à exploração deste produto didático, este capítulo se dedicará a examinar o impacto da aplicação da aula passeio na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes. Serão apresentados e discutidos os dados coletados durante e após a realização da atividade, buscando identificar os avanços no aprendizado dos alunos, o desenvolvimento de novas habilidades, o nível de engajamento e as possíveis contribuições para a construção de um conhecimento histórico mais significativo e contextualizado sobre o bairro de São Bento.

Em linhas gerais, o circuito histórico-cultural escolar tem como objetivo contribuir para a formação ambiental e patrimonial com a integração da zona arqueológica, além de propiciar o desenvolvimento de estudos e reflexões na região, a partir das potencialidades do patrimônio natural e cultural local. Para tanto, o itinerário do circuito histórico-cultural escolar do bairro São Bento será apresentado no formato de um folder para que os alunos e professores possam percorrer o bairro.

No circuito histórico-cultural escolar do bairro São Bento estão previstos 13 pontos, ele se inicia na E.M. Nísia Vilela Fernandes e deve terminar no sítio arqueológico sambaqui do São Bento.

Figura 27 - Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes.



Fonte: WWW. [instagram.com.emnisiavilela](https://www.instagram.com/emnisiavilela) 2024

De acordo com COSTA;

em 1931 o governo Getúlio Vargas cria o Núcleo Colonial de São Bento, em terras da fazenda dos Beneditinos.(BRASIL. Atos do Governo Provisório.1932. p. 256), este núcleo tinha um administrador e uma guarita de entrada, funcionando como condomínio fechado. A senhora Nísia Vilela Fernandes era a esposa do administrador e a primeira a ensinar a criançada de São Bento em uma escola improvisada em uma construção . Esta construção receberá seu nome como E.M. Nísia Vilela Fernandes que com o tempo passou a não comportar seus alunos, sendo criada a nova escola na beira da pista da Av. Leonel de Moura Brizola, a escola base deste trabalho onde trabalho. A antiga escola abriga hoje o Museu Vivo do São Bento, dentro do Núcleo Colonial.” (COSTA, 2016. p.8).

O circuito histórico-cultural escolar será percorrido a pé em caminhada com os alunos. A ideia da aula passeio surgiu da necessidade de fazer com que os valores históricos/culturais de São Bento fossem reconhecidos e debatidos pelos alunos que estudam numa demonstração expressiva da contribuição da história local na formação de cidadãos conscientes e críticos da realidade na qual eles estão inseridos. A aula passeio no bairro São Bento proporcionará aos alunos uma experiência de aprendizado significativa, conectando o conteúdo escolar com a realidade local. Ao explorar as ruas, construções e espaços do bairro, os alunos poderão vivenciar a História, identificar elementos culturais e analisar as transformações ocorridas ao longo do tempo, desenvolvendo um senso de pertencimento e compreensão do entorno. Esta atividade tem como objetivo compreender a História e a formação do bairro, analisar as transformações urbanas e sociais ocorridas no bairro ao longo do tempo, localizar pontos de referência históricos e culturais do bairro. Os alunos do 6º ano da E. M. Nísia Vilela Fernandes farão o circuito histórico-cultural escolar pelo bairro por aproximadamente 60 minutos ou tempo variável, sendo guiados e orientados pelos professores, todos de posse do folder que contém o mapa dos locais a serem visitados. Este mapa está localizado no folder, e ambos funcionam como um recurso pedagógico da aula passeio. Há uma divisão no folder onde o aluno indicará a atividade que realizará na parte pós-aula passeio, um registro de informações coletadas de forma organizada. A partir da perspectiva da sala de aula invertida, estes registros poderão, ser a elaboração de um relatório sobre a experiência da aula passeio, textos, poesias, vídeos , fotos , desenhos, cartazes e maquetes, sobre os locais visitados, de livre escolha dos alunos, conforme sua afinidade artística, incentivando a criação livre e o potencial de cada um, sem ficarem presos a uma atividade específica. Todo este material será apresentado em exposição na Feira Científica e Cultural da E.M. Nísia Vilela Fernandes no mês de agosto. Todos estes momentos de exploração livre para que os alunos possam explorar seus próprios interesses dentro do bairro, que possam enriquecer o aprendizado, registrarão suas impressões e observações ao longo da aula passeio e em diferentes instrumentos. Valorizando a produção de conhecimento para além da sala de aula e a partir de seus interesses de pesquisa em História ou artística. Eles próprios fazem a produção do conhecimento para além da sala de aula.

A aula passeio no bairro São Bento pode ser articulada com diversas áreas do conhecimento e competências presentes no currículo escolar, dependendo do nível de ensino e das especificidades de

cada disciplina. Na aula passeio articularemos no ensino fundamental a História Local, investigar a História de formação do bairro, os primeiros habitantes (os povos do Sambaqui, Pré-Históricos) , os Tupinambás, sua localização, cultura, costumes e aldeias, sua relação com os rios de Duque de Caxias. A colonização francesa e a França Antártica , a guerra e a conquista portuguesa da região. Além de outros marcos importantes ao longo do tempo. Outro ponto importante é a identificação do Patrimônio Histórico e Cultural, analisar as construções antigas, monumentos e outros elementos da História e Cultura local, utilizar a observação do espaço , conversas com moradores, possíveis fontes de pesquisa histórica, ver de perto a construção da memória e da identidade dos seus moradores. O nosso foco será uma estratégia onde estará presente o planejamento colaborativo pois a aula passeio será realizada em conjunto com outros professores de diferentes disciplinas, definindo objetivos e atividades que completem diferentes áreas de conhecimento. Um autor comumente associado à ideia de colaboração e interação no processo de aprendizagem, que fundamenta o planejamento colaborativo, é Lev Vygotsky.

Embora Vygotsky não tenha escrito um livro sobre “ planejamento colaborativo”, suas ideias sobre Zona de Desenvolvimento proximal (ZDP) e a importância da interação social para a aprendizagem, expostas em obras como “A Formação Social da Mente”(1984) e “Pensamento e Linguagem” (1987), são basilares para entender a importância da colaboração no planejamento e na prática pedagógica. Nessas obras, Vygotsky argumenta que a aprendizagem ocorre através da interação com outros mais experientes, e o planejamento colaborativo entre professores pode ser visto como uma forma de potencializar essa interação e para o benefício do ensino.

Já Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” (1996) e “Pedagogia do Oprimido” (1974), enfatiza o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento, princípios que se alinham ao planejamento colaborativo.

A aula passeio pode ser planejada para desenvolver competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como pensamento crítico, criatividade, comunicação, argumentação e autoconhecimento. A aula passeio também pode ser integrada aos conteúdos específicos de cada disciplina, aprofundando o aprendizado e tornando-o mais significativo.

Finalmente a partir da Avaliação Formativa, a aula passeio deve considerar o processo de aprendizagem dos alunos em todas as etapas da sequência didática, observando o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, pois ao articular a aula passeio com o currículo escolar, o professor potencializa o aprendizado dos alunos, tornando-o mais contextualizado, interdisciplinar e relevante para a sua formação integral. A Experiência de explorar o bairro de São Bento pelo circuito histórico-cultural escolar torna-se uma oportunidade para desenvolver o senso crítico, a curiosidade e o engajamento com o mundo ao redor.

No Livro “Pedagogia do Bom Senso” Freinet discute seus princípios pedagógicos, e a importância de uma escola ligada à vida e aos interesses das crianças. A “aula passeio” é apresentada como uma forma de trazer a realidade para dentro da escola e tornar o aprendizado mais relevante. Embora não haja um capítulo dedicado especificamente à articulação com o currículo, a obra como um todo oferece uma filosofia educacional que embasa essa prática.

3.1.2 Etapas da aula passeio

Integrando Aula Passeio, Sala de Aula Invertida, Educação Patrimonial e História Local no Ensino de História do 6º Ano

A integração da aula passeio, da sala de aula invertida, da educação patrimonial e da História local no ensino de História do 6º ano do Ensino Fundamental oferece uma abordagem pedagógica rica e engajadora, capaz de tornar o aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos alunos.

1. Sala de Aula Invertida como Preparação para a Aula Passeio:

De acordo com (Bergman e Sams, 2020), a sala de aula invertida atua como um catalisador para a aula passeio. Antes da aula passeio temos uma preparação pré-aula passeio onde os alunos são expostos a materiais (vídeos curtos, textos, podcasts, imagens) que introduzem o tema da História local e do patrimônio que será explorado. Essa etapa prévia tem como objetivos:

- Ativar o conhecimento prévio: Os alunos são incentivados a pensar sobre o que já sabem sobre o tema, levantando hipóteses e questões.
- Fornecer um vocabulário básico: Termos e conceitos importantes relacionados ao local e ao período histórico são apresentados, facilitando a compreensão durante a visita.
- Despertar a curiosidade: O contato inicial com o tema pode gerar um maior interesse e engajamento para a aula passeio.
- Definir focos de observação: Os alunos podem ser orientados a observar aspectos específicos do local durante a visita, tornando a experiência mais direcionada e produtiva.
- Essas atividades também servirão de registros a serem utilizados na Feira Científico Cultural da E. M. Nísia Vilela Fernandes.

Antes da aula passeio e do circuito histórico-cultural escolar, os alunos podem pesquisar sobre a fundação da cidade, sambaquis, tribos tupinambás, tabas e aldeias nos rios, a colonização portuguesa, França Antártica, sesmarias, seus principais personagens históricos, a arquitetura da época e a função de

alguns edifícios antigos. Enfim dados pré-aula passeio, que também servirão como material para a aula passeio em si e para o folder de circuito histórico-cultural escolar.

2. A Aula Passeio como Experiência Imersiva de Educação Patrimonial e História Local:

A aula passeio se torna o ponto central da aprendizagem, proporcionando uma experiência direta e sensorial com o patrimônio e a História local. Ao visitar museus, sítios históricos, centros culturais, bairros antigos ou até mesmo elementos significativos da comunidade, os alunos podem:

- Observar e analisar fontes históricas: Os próprios edifícios, objetos, documentos e a paisagem se tornam fontes primárias de informação, permitindo aos alunos desenvolverem habilidades de observação e análise.
- Contextualizar o conteúdo: A vivência no local ajuda a conectar o conteúdo aprendido em sala de aula com a realidade concreta, tornando a História mais tangível e menos abstrata.
- Desenvolver o senso de pertencimento e identidade: Ao conhecer a história de seu próprio lugar, os alunos fortalecem sua ligação com a comunidade e desenvolvem um maior apreço pelo patrimônio local.
- Estimular a percepção e a sensibilidade: A experiência sensorial da visita (cores, sons, texturas, odores) contribui para uma compreensão mais profunda e memorável do passado.
- Promover a interação social e a colaboração: A aula passeio oferece oportunidades para os alunos discutirem suas observações, compartilharem ideias e aprenderem uns com os outros em um ambiente diferente da sala de aula tradicional.

Durante a aula passeio através do circuito histórico-cultural escolar, os alunos puderam observar a arquitetura colonial, identificar os materiais de construção utilizados, imaginar como era a vida das pessoas naquela época, discutir a função dos diferentes edifícios e relacionar o que veem com o que pesquisaram previamente.

Um autor fundamental a ser considerado é Célestin Freinet, em sua obra “As técnicas Freinet da Escola Moderna”. Embora o foco principal não seja a educação patrimonial, Freinet valorizava a aula passeio como uma experiência de aprendizado direto com o ambiente, o que é essencial para a imersão na história local e no patrimônio. A citação “A aula passeio constituía para mim uma tábua de salvação.” Ilustra a importância que ele dava a essa prática. (FREINET, 2011, p.23).

Outros autores e obras que tangenciam o tema, discutindo a importância da história local, do patrimônio e de metodologias ativas de ensino (onde a aula passeio se encaixa), incluem Maria de

Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro com o “Guia Básico de Educação Patrimonial” (IPHAN), considerado um marco na área. Também o artigo de Flávia Barros e Andréia Vieira (2014, p.79), “A aula passeio como experiência vivida: Freinet no ensino superior”, cita várias experiências realizadas de aula passeio no ensino superior, onde enfatizam a aula passeio como um instrumento didático que visa à compreensão da relação teoria e prática, a produção do sentido pessoal nas atividades realizadas em sala e a mobilização da quebra de paradigmas na construção de novas formas de pensar e agir (vide anexo).

3. A aula passeio permeia todo o processo, desde a preparação na sala de aula invertida até a reflexão pós-visita. Ela se configura como a abordagem pedagógica que visa despertar nos alunos a consciência sobre o valor do patrimônio cultural (material e imaterial) e a necessidade de sua preservação. Através da aula passeio e do circuito histórico-cultural escolar, os alunos são incentivados a:

- Reconhecer o patrimônio como fonte de conhecimento histórico e cultural.
- Compreender a importância da preservação para as futuras gerações.
- Desenvolver um olhar crítico sobre as diferentes narrativas históricas presentes no patrimônio.
- Tornar-se agentes de proteção e valorização do patrimônio local.

A História local serve como o fio condutor que conecta todos os elementos. Ao focar na história da comunidade em que os alunos estão inseridos, o ensino de História se torna mais relevante e significativo. A História local permite:

- Explorar a diversidade de experiências e narrativas: A história não é apenas a dos grandes heróis e eventos nacionais, mas também a das pessoas comuns, dos bairros, das tradições e das transformações locais.
- Utilizar o entorno como laboratório de aprendizagem: O próprio ambiente em que os alunos vivem se torna um rico campo de investigação histórica.
- Estabelecer conexões entre o passado e o presente: Compreender a história local ajuda os alunos a entenderem como o presente foi moldado pelo passado e a refletirem sobre o futuro.
- Desenvolver o senso de identidade e pertencimento: Conhecer a história de seu lugar fortalece a identidade cultural dos alunos e seu vínculo com a comunidade.

4. Atividades Pós-Aula Passeio e a Consolidação do Aprendizado:

Após a aula passeio, a sala de aula invertida pode ser novamente utilizada para consolidar o aprendizado e aprofundar a reflexão. Atividades como:

- 1 Debates e discussões: Os alunos compartilham suas experiências, observações e dúvidas.
- 2 Produção de relatórios, desenhos, maquetes ou apresentações: Os alunos registram e interpretam o que aprenderam.
- 3 Criação de roteiros turísticos ou materiais informativos sobre o patrimônio local: Os alunos aplicam o conhecimento adquirido de forma prática e criativa.
- 4 Pesquisas adicionais: Os alunos aprofundam seus conhecimentos sobre aspectos específicos que despertaram seu interesse durante a visita
- 5 Oficinas para confecção de mapas e cartazes.

Em suma, a integração da aula passeio, da sala de aula invertida, da educação patrimonial e da História local no ensino de História do 6º ano proporciona uma experiência de aprendizagem dinâmica, engajadora e significativa. Ao sair dos muros da sala de aula e explorar o patrimônio local com um olhar investigativo e crítico, os alunos desenvolvem habilidades essenciais para a compreensão histórica, fortalecem seu senso de identidade e se tornam cidadãos mais conscientes e atuantes na preservação de sua cultura.

As aulas passeio permitem a criação de novos espaços de aprendizagem, fugindo das metodologias que mantêm os aprisionados apenas à sala de aula, buscando estratégias pedagógicas que despertem nos estudantes a cooperação e o prazer pelo conhecimento. De acordo com FREINET, “a experiência pessoal é o primeiro passo para a pesquisa científica quando o aluno pesquisa e monta concretamente suas experiências por que quer descobrir; é o criador do próprio conhecimento que depois é trocado com os colegas”, (FREINET, 1997.p.13). Sendo assim, com base nos princípios e técnicas pedagógicas do educador francês, a aula passeio é um momento a vivenciar, descobrir e sentir novas sensações, despertando novos interesses e curiosidades nos alunos.

São experiências humanizadoras que ressignificam a posição do professor em formação inicial, transformando tanto sua visão de ser, quanto a de estar no mundo. Incluir no processo de ensino as experiências envolvendo a aula-passeio como recurso didático no desenvolvimento do ensino de História permite observar o desenvolvimento do sentido de pertencimento, afeto, identificação. Mostrar que eles, os alunos, ocupam um espaço que hoje lhes pertence. Anteriormente pertenceu a sua ancestralidade e assim torná-los os protagonistas de sua própria História, valorizando seu espaço, sua história local. O resultado destes registros, serão direcionados para a Feira Científico Cultural da E. M. Nísia Vilela Fernandes, e apresentados pelos próprios alunos, onde professores, comunidade e visitantes compartilharão destes registros e pesquisa dos alunos feitos na aula passeio

3.2 O folder do circuito histórico-cultural e o mapa.

De acordo com Paula e Carvalho, “o folder é um impresso de pequeno porte, constituído de uma só folha de papel com uma ou mais dobras, e que apresenta conteúdo informativo ou publicitário. É uma palavra de origem inglesa, traduzida como “folheto aberto”; “O que dobra” ou ainda a derivação do verbo to fold, ou seja, dobrar.” (PAULA E CARVALHO, 2014, p. 984).

Afirmam que também é conhecido como prospecto, e que o folder surgiu nos meios de comunicação e publicidade como um artefato utilizado para fazer marketing e propaganda, especificamente para a realização de campanhas publicitárias. O folder é dobrado conforme a sequência de argumentos, a capa contém a chamada principal, a qual deve despertar a curiosidade para a abertura do mesmo. Ao abrir a primeira dobra (externa) é, geralmente, reservada para dados. No nosso folder de circuito histórico-cultural escolar na capa temos o sambaqui de São Bento, nos interiores várias imagens e pequenos textos explicativos dos locais que serão percorridos pelos alunos. Um mapa de localização de todos estes lugares de memória, uma parte para marcar as atividades preferidas e para as anotações. A principal característica do folder de circuito histórico-cultural escolar é pedagógica, informativa e servir de guia para a consecução do produto didático: A aula passeio.

Já (KARWOSKI, 2005 apud PAULA E CARVALHO, 2014, p.985) caracteriza o folder a partir da sua função social e forma de apresentação. Segundo o autor, todo folder é produzido contextualmente, com intuito discursivo e finalidades específicas.

Desse modo, a produção do folder justifica-se porque o trabalho pedagógico com elementos históricos e culturais presentes na sociedade pode tornar as aulas muito mais interessantes e significativas

, desenvolvendo nos alunos a cidadania, valorizando a memória, o pertencimento e a identidade locais.

Tomou-se o cuidado de que o folder deveria ser simples e acessível (de fácil entendimento) a todos, com pequenos textos explicativos, objetivos e claros, com destaque sobre o tema mais relevante. Também o uso de imagens e outros elementos não textuais, com apresentação do conteúdo de forma sintética e didática, favorecendo a visualização das informações. No folder de circuito histórico-cultural escolar procuramos utilizar conteúdos adequados ao 6º ano do ensino fundamental, forma, legibilidade e avaliação. Vale ressaltar que todas as atividades desenvolvidas fundamentam-se na contextualização e na interdisciplinaridade, ampliando a conscientização pedagógica e o aprendizado da História local.

O mapa de circuito histórico-cultural escolar permite aos alunos visualizar o trajeto do circuito, a localização dos 13 pontos de interesse histórico e cultural do bairro São Bento, a localização dos pontos de interesse histórico e a relação espacial entre eles. Isso facilita a compreensão de todo o circuito escolar com relação a História Local e como ela influenciou os acontecimentos na cidade de Duque de Caxias. Mapas históricos, em particular, oferecem uma visão de como a área do circuito se transformou ao longo do tempo. No circuito histórico-cultural escolar auxilia os alunos a se locomoverem entre os pontos de interesse de forma eficiente e a não se perderem.

Nesse contexto educativo o mapa de circuito histórico-cultural escolar auxilia como uma ferramenta pedagógica para explorar e valorizar o patrimônio cultural local, o que se relaciona diretamente com a ideia de circuito histórico-cultural escolar. O IPHAN (Instituto Histórico e Artístico Nacional) incentiva o uso de mapas em atividade de educação em História Local e Patrimonial.

Em suma, a integração de mapas em circuitos históricos é uma prática valiosa que enriquece a experiência dos alunos, facilita a compreensão do contexto espacial e temporal, e promove um aprendizado mais significativo sobre a História Local. No caso do circuito histórico-cultural escolar é necessário descrever agora os pontos ou itens contidos no mapa.

Numa ordem crescente mostraremos os itens do Patrimônio Histórico-cultural do bairro São Bento a partir do nosso roteiro de Circuito escolar. A EMNVL representa o número 1 em nosso roteiro de circuito escolar, local de partida da Aula Passeio, situada a beira do antigo caminho do ouro (Av. Leonel de Moura Brizola) e dos tropeiros que abasteciam as Minas Gerais no ciclo do ouro. Na sua lateral a antiga FEUDUC (Fundação Educacional de Duque de Caxias) que funcionava como uma Faculdade e oferecia diversos cursos. O item 3, ponte dos suicidas recebeu este nome devido a muitos sinistros ocorridos no local. Essa pequena ponte feita em cantaria (pedras) é muito antiga. Ela está sobre um pequeno canal (hoje valão), que ligava a fazenda ao Rio Iguaçu e daí a Baía da Guanabara escoando grande parte da produção da fazenda dos Beneditinos. Os itens 4, 5 e 6 são próximos da ponte, item 4 é a casa de Retiro de padres São Francisco de Assis, item 5 é a Tulha (armazém) da antiga fazenda São Bento, o item 6 era a Farmácia do núcleo colonização implantado por Getúlio Vargas na década de 30. Todos muito próximos. No item 7, destacamos a sede da fazenda dos Beneditinos e a Capela de N. S^a do Rosário dos Homens de Cor, no mesmo local temos o Cemitério dos escravos (item 11), ainda não reconhecido oficialmente, mas reconhecido pela população local desta forma. Na sua lateral temos a escadaria que dá acesso ao antigo morro da força, local de execuções na época (item 10).

Seguindo em nossa aula passeio temos o item 12, o atual Esporte Clube São Bento, em frente a casa onde nasceu Roberto Dinamite que quando garoto jogava neste clube. Até Mané Garrincha jogou neste local uma partida contra o esporte Clube São Bento. O item 8 do roteiro também em frente a fazenda dos Beneditinos foi uma das mais importantes, se não a mais importante central de telégrafos do Brasil nas décadas de 30 e 40. Foi o primeiro local do Brasil a receber a notícia do final da Segunda Guerra Mundial.

Finalmente o item 13, o Sítio-Escola Sambaqui do São Bento, escavado pelo IAB (Instituto de Arqueologia Brasileiro), é um patrimônio ambiental arqueológico com pelo menos 6 a 8 mil anos, final da nossa aula passeio e do circuito histórico-cultural escolar, figuras 28 e 29. Por fim, destacamos que 13 itens talvez seja algo muito ambicioso, mas optamos para termos mais ações e construir a possível seleção de forma coletiva com os alunos. O circuito histórico-cultural escolar poderá ser realizado de forma integral, em partes ou com objetivos específicos, não sendo obrigatório seu percurso integral, dependendo da atividade, formulada, da disciplina em questão, dos objetivos pedagógicos.

Figura 28 - Sambaqui do São Bento. Túmulo sambaqui pré-histórico com dois corpos.



Fonte: SME – Foto: Gabi Pereira / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – DC - 2016.

Figura 29 - Entrada do sambaqui do São Bento.



Descrição: Placa e escada de acesso ao sambaqui do São Bento .SME – Foto: Gabi Pereira / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. DC- 2016

3.2.1 Desafios e impactos da Inovação pedagógica na Feira científico Cultural: Uma análise Crítica

A implementação de metodologias ativas como a sala de aula invertida e a aula passeio, culminando na criação de um folder de circuito histórico-cultural escolar e em uma exposição de feira científico-cultural, representa um esforço pedagógico significativo para dinamizar o ensino fundamental na rede pública. Essa abordagem, centrada no protagonismo discente e na articulação entre teoria e prática, possui um potencial transformador, mas também impõe desafios consideráveis que merecem uma análise crítica aprofundada.

A sala de aula invertida ao transferir a exposição inicial do conteúdo para fora do ambiente escolar, libera tempo em sala de aula para atividades mais interativas como mostradas no anexo, oficinas de mapas, maquetes, textos, desenhos, fotos, vídeos, discussões, resolução de problemas em grupos e projetos colaborativos foram executados. Embora sua efetividade na rede pública esbarrasse em questões cruciais como o acesso desigual à tecnologia e a internet por parte dos alunos. Daí termos optado pela divisão dos alunos em grupos, agindo em oficinas supervisionados pelo professor. Esta mudança de paradigma exigiu um planejamento docente meticuloso para garantir que o tempo em sala de aula fosse realmente produtivo e que os alunos ficassem engajados e com bases necessárias para as atividades propostas.

A simples inversão sem um acompanhamento pedagógico adequado poderia resultar em um tempo ocioso ou em dificuldades para os alunos acompanharem as discussões.

A aula passeio, por sua vez ofereceu uma oportunidade ímpar de conectar o aprendizado com o mundo real, tornando o conteúdo mais significativo. As aulas de História durante estas práticas de metodologias ativas ganharam um interesse e participação muito maior por parte dos alunos, um fato observado na escola, pois os conflitos e o comportamento mudaram, agora eles esperavam ansiosos as próximas aulas. A exploração do circuito histórico-cultural escolar, materializada no folder que os alunos ajudaram a criar, e das oficinas, estimula a pesquisa, a observação e a análise crítica do patrimônio local. No que se refere a logística de organizar e executar as aulas passeio, não chegou a ser complexa, devido à proximidade entre a E. M. Nísia Vilela Fernandes e o circuito histórico-cultural escolar. O percurso é feito a pé, tivemos de pedir as autorizações dos pais, o que foi dado, e os custos são quase inexistentes pois os alunos retornam a escola para o horário do recreio e da merenda, tivemos apoio da administração da escola o que facilitou a execução do produto didático.

Uma preocupação extremamente importante que tivemos, aliás fundamental, foi a de integrar a aula passeio ao currículo, com os objetivos da aprendizagem claros, usamos interdisciplinaridade com os professores de arte e geografia que participaram do projeto. A ideia tomou toda à escola chegando ao ponto de se instituir anualmente a Feira Científico Cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes. Todas estas atividades de preparação e acompanhamento garantiram que a experiência fosse além de uma simples aula passeio.

Logo a Culminância deste produto didático ocorreu na Feira Científico Cultural, com a exposição montada pelos próprios alunos a partir de oficinas de texto, desenho, fotografias, cartazes, maquetes e relatórios, representa o ápice do protagonismo estudantil. As oficinas proporcionaram o desenvolvimento de diversas habilidades, desde a comunicação escrita e visual até o trabalho em equipe e a organização de informações. A elaboração de relatórios fomenta o pensamento científico e a capacidade de sistematização. A exposição, por sua vez, ofereceu um espaço para que os alunos compartilhassem seu aprendizado com a comunidade escolar, fortalecendo a autoconfiança e o engajamento. A avaliação do processo e dos resultados da feira foram além da simples apresentação final, considerando o desenvolvimento das competências ao longo de todas as etapas.

Em suma, a implementação da sala de aula invertida, da aula passeio e da Feira Científico Cultural como um produto didático integrado representa uma iniciativa para promover uma aprendizagem mais ativa, significativa e engajadora no ensino fundamental público. Contudo, para que essa abordagem seja verdadeiramente eficaz e equitativa, é imprescindível um planejamento cuidadoso.

A análise crítica constante do processo, com foco no impacto real sobre a aprendizagem dos alunos na identificação de obstáculos a serem superados, é fundamental para garantir que essas inovações pedagógicas (metodologias ativas) alcancem seu potencial máximo e contribuam para uma educação de qualidade para todos.

No segundo semestre letivo (2024-2), a E. M. Nísia Vilela Fernandes promoveu a Feira Cultural e Científica, esta atividade serviu como base para o resgate da história local do bairro São Bento sendo que a sua concepção foi pensada numa reunião pedagógica na escola, ficando estabelecido que, a partir desta data, será um evento que integrará o calendário escolar. Neste sentido, dois objetivos foram estabelecidos:

1) Apresentar o circuito histórico-cultural escolar a ser visitado com os alunos no bairro de São Bento destacando as suas características na atualidade e a importância de conhecê-lo nas aulas de história do sexto ano.

2) Estabelecer coletivamente com os alunos do sexto ano da E. M. Nísia Vilela Fernandes os bens do patrimônio histórico-cultural do bairro de Santo Bento em Duque de Caxias/RJ, os locais a serem visitados por intermédio do folder de circuito histórico-cultural escolar do bairro. O objetivo foi o de que cada aluno deveria buscar informações (pesquisas) complementares em livros, periódicos e/ou links, dentro da metodologia ativa de sala de aula Invertida, como coleta de dados e preparação para a aula passeio e conseqüente exposição na Feira Científico Cultural.

Nas duas primeiras aulas, a turma será dividida em grupos de 4 ou 5 alunos, os integrantes devem estabelecer uma ordem de preferência dos bens do patrimônio histórico-cultural a ser visitado apresentando argumento breve com até 5 linhas. Nas duas aulas seguintes, cada um dos grupos deverá escolher um representante que terá até três minutos para apresentar os dois locais que eles considerem mais importantes de serem visitados para a turma e tendo a supervisão do Prof. Carlos Maurício. Ao final do debate coletivo, os locais escolhidos fizeram parte do itinerário do circuito escolar. Para a elaboração do folder, os alunos devem contribuir com a busca por figuras (fotografias e similares) para a confecção do folder. Após a diagramação e impressão do material, a aula passeio será agendada podendo ser realizada em até dois turnos devendo ter registros fotográficos e anotações de diário de atividade tanto por parte do mestrando Carlos Maurício quanto dos alunos. Após a conclusão da visita, a memória da aula passeio deverá ser produzida como forma de contribuição para atividade do calendário escolar: A Feira Científico Cultural . O conceito utilizado na consecução destes trabalhos foi o de Sala de aula invertida (Vide Anexo). No anexo encontram-se as várias etapas da criação do trabalho.

Logo a perspectiva metodológica da sala de aula invertida pretende que o aluno se prepare para o debate em sala de aula com os demais colegas desenvolvendo tanto tarefas em casa quanto sendo protagonista no trabalho em grupo, a partir da argumentação a ser desenvolvida em relação ao bairro de São Bento em Duque de Caxias. Os alunos foram exercitados em oficinas, receberam os visitantes da Feira Científico Cultural na qual mostraram seus trabalhos, isto é, mapas, maquetes, cartazes, fotos e desenhos, responsabilizando-se pela sala de exposição e explicando aos visitantes a História Local de São Bento.

A sala de aula invertida é uma metodologia ativa, o tempo das aulas foram dedicados a atividades de aprendizado ativo a partir da aula passeio, tivemos discussão, resolução de problemas em grupo, debates, aula de vídeos sobre sambaquis, oficinas de mapas da região, cartazes, maquetes e fotos, atividades práticas de aplicação e aprofundamento do conhecimento, com o professor atuando como facilitador gui, (vide anexo). As atividades em sala de aula foram projetadas para envolver os alunos de forma mais dinâmica, incentivando a colaboração, o pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento. Outra característica da sala de aula invertida é de que ela coloca maior responsabilidade sobre o aluno para se preparar para as oficinas, desenvolvendo atividades de autogestão e aprendizado independente. Ao aplicar o conhecimento em sala de aula os alunos tendem a desenvolver uma compreensão mais profunda e duradoura dos conceitos

Em resumo a perspectiva de Aaron Sanns e Jonathan Bergmann para a sala de aula invertida é a de uma abordagem pedagógica que prioriza o uso eficiente do tempo de aula para a aprendizagem ativa, a interação professor-aluno e a personalização do ensino, com o conteúdo instrucional (currículo), sendo acessado pelos alunos fora da sala de aula. O objetivo final é promover um aprendizado mais significativo, engajador e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas na Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, desde a sala de aula invertida até a culminância na Feira Científico Cultural e na aula passeio pelo circuito histórico-cultural escolar, revelaram o potencial transformador das metodologias ativas no ensino de História. A História Local, outrora distante da realidade dos alunos, ganhou vida e significado ao ser explorada em seus próprios espaços.

A aula passeio, em especial, proporcionou uma imersão no patrimônio histórico-cultural do bairro São Bento, conectando os alunos com suas raízes e despertando o sentimento de pertencimento. A participação ativa na Feira Científico Cultural, onde os alunos se tornaram protagonistas na

apresentação de seus trabalhos, reforçou o aprendizado e desenvolveu habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Como vimos no capítulo inicial o território de Duque de Caxias foi ocupado inicialmente por volta de 4.000A.C. pelo povo do Sambaqui e posteriormente pelos povos Tupinambá. Considerando que o território é onde se desenrola a vivência humana, ele deve ser tomado como “um documento a ser investigado”. O território é, portanto, um lugar de memória, de referência, repleto de significados e, a partir da análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele ao longo do tempo, pode-se explorar novas vias de interpretação da realidade e construir outros significados que ajudem a compreender melhor o presente. De forma que este trabalho, pensado em função do ensino de História, assim como da comunidade onde está inserido e a serviço dela, torna-se uma ferramenta crítica do percurso do homem no território do município de Duque de Caxias.

Os desafios enfrentados, como a necessidade de planejamento docente e a garantia de acesso às tecnologias, não diminuem os resultados alcançados. Ao contrário, apontam para a importância de se investir em formação continuada e em recursos que permitam a implementação efetiva das metodologias ativas nas escolas públicas.

Acreditamos que este trabalho contribui para a reflexão sobre o ensino de História e para a construção de práticas pedagógicas mais dinâmicas, significativas e conectadas com a realidade dos alunos. Acreditamos, ainda, que a História Local, quando ensinada de forma contextualizada e participativa, pode ser uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na construção de um futuro melhor. A defesa da memória e do patrimônio é outro aspecto importante que podemos destacar neste trabalho. Desempenhando uma função sócio-educativa, esta pesquisa contribui por meio de atividades de metodologias ativas como aula passeio, oficinas de sala de aula invertida com alunos e com a feira Científico-Cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes para a comunidade, promove a educação patrimonial, para que mais pessoas compreendam a importância de se preservar os patrimônios arqueológico, histórico, cultural e humano da Baixada Fluminense, e, principalmente, da cidade de Duque de Caxias, e lutar por sua defesa.

Quando há uma consciência patrimonial na comunidade os bens culturais são preservados, pois cada um se sente responsável por zelar por sua História, memória e patrimônio, seja ele de natureza material ou imaterial.

Dentre as diversas propostas deste trabalho procuro destacar a inserção deste trabalho na educação básica e fundamental, pois centra-se na História Local do Município de Duque de Caxias no período anterior a colonização portuguesa, dando visibilidade para a História dos povos originários e dos primeiros habitantes do território. Outro aspecto são as novas interpretações da História locais mostradas nos capítulos 1 e 2, a origem do município, os povos formadores e a localização da aldeia de

Itanã, interpretada como um centro cerimonial Tupinambá em Duque de Caxias, pois possui as mesmas características do Centro Cerimonial Tupinambá do Morro da Guia em Itajuru, Cabo Frio.

As marcas das diferentes temporalidades presentes nos patrimônios históricos, espalhados pelo território de Duque de Caxias, são um convite ao ensino de História. As oficinas propostas e realizadas neste trabalho com os alunos, a aula passeio, buscam pensar a diversidade cultural, trabalhando vestígios deixados por diferentes grupos humanos, de temporalidades distintas, mas que habitaram o mesmo território, e estabelecer pontes com a cultura contemporânea, tendo como ponto de partida o Sambaqui do São Bento, um dos patrimônios mais visitados do Circuito Escolar.

Existem inúmeras possibilidades de atividades que podem ser elaboradas tendo como referência o território e o patrimônio de Duque de Caxias, históricas, arqueológicas, culturais, religiosas e de valor patrimonial material e imaterial.

A realização desta pesquisa foi uma experiência muito enriquecedora que muito contribuiu para minha formação profissional. Até chegar nesta etapa, muitas leituras e reflexões foram necessárias e cada uma delas foi importante na construção do conhecimento. Percorrer a região atualmente tornou-se uma fonte de satisfação e aprendizagem, bem distante da ideia de violência e pobreza imposta pelo sistema. Também no que se refere ao currículo, a valorização da História Local e essas novas abordagens contribuem para pedagogia decolonial, isto é um conjunto de ações pedagógicas implementando em romper com as formas hegemônicas de pensamento, desafiando e derrubando as estruturas sociais, culturais e políticas baseadas no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns grupos humanos. Segundo a pedagoga Catherine Walsh, essa pedagogia é aplicada para contestar padrões de dominação e exploração, valorizando a autonomia e a diversidade, operando além dos sistemas educacionais, em diálogo com experiências críticas e políticas da vida cotidiana e em conjunto com movimentos sociais e culturais. Valorizar maneiras de compreender o mundo e viver nele que não estejam vinculadas ao padrão eurocêntrico, contribuindo para questionar as diferentes formas de desigualdade presentes nas sociedades contemporâneas.

Encerro este trabalho com um novo olhar sobre a região e seus “*flumens*”, Meriti, Sarapui, Iguaçu e Inhomirim, estradas fluviais de Duque de Caxias. Minha dúvida enunciada na introdução foi sanada, percorro a região ainda de olhos abertos a novas descobertas e tento levá-las a um maior número de pessoas. Os patrimônios de Duque de Caxias pertencem a todos e devem ser preservados para que possam ser conhecidos por outras gerações, mas também devem ser utilizados para fazer pontes que ampliem as leituras de mundo, como proposto neste trabalho.

A luta pelo direito à memória, à História, à identidade e ao patrimônio deve ser a luta de cada um e é uma luta permanente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; BELLUCCIO, H.; KNAUSS, P. Esfinges urbanas: quadros da imaginária urbana. In: KNAUSS, P. (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- ANCHIETA, J. *Obras completas*. São Paulo: Loyola, 1990. ISBN 8515000326.
- ANDRADE, E. R.; RIBEIRO, E. T. *História da Baixada Fluminense: o Mosteiro de São Bento*. Duque de Caxias: FEBF, 2011.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. *Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem*. Rio de Janeiro: LTC, 2020.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: MEC, 2004.
- BRAUDEL, F. Apud RIBEIRO, G. Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966).
- CARDIM, F. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.
- CARNEIRO, E. *Religiões negras e negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- CARNEIRO, E. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- CASCUDO, C. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1972.
- COSTA, M. S. Ruralismo e educação em Duque de Caxias: o caso do Patronato São Bento (1959). 2016. Artigo – UERJ.
- DE GRÃ, L. *Primeiras cartas do Brasil, 1551-1555*. Introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- DIAS JR., O. F. A pré-história fluminense. *Revista Pilares da História*, v. 3, n. 4, p. 82-87, maio 2004.
- DORIA, P. *1565: enquanto o Brasil nascia*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.
- ELIAS, M. C. *Pedagogia Freinet: teoria e prática*. Campinas: Papyrus, 1997.
- FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Pioneira; Editora da USP, 1970.

- FIGUEIRA, C. R.; MIRANDA, L. L. Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas. São Paulo: SM, 2012.
- FORTUNA, C. P.; SIMON, C. Memória, patrimônio e ensino de História. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- FREINET, C. *As técnicas da escola moderna*. Trad. Silva Letra. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- FREINET, C. *Coleção Grandes Educadores*. [Filme-vídeo]. Produção de Rosa Maria Whitaker Sampaio. São Paulo: Paulus, 2006.
- FREINET, C. *Ensaio de psicologia sensível*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia da libertação*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil. Brasília: MEC, 2005.
- KARWOSKI, A. M. Estratégia de leitura de folders. *Estudos Linguísticos*, v. 34, p. 698-701, 2005.
- KNAUSS, P. (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- KNAUSS, P.; LENZI, I.; MALTA, M. (Org.). *História do Rio de Janeiro em 45 objetos*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- LACOUTURE, J. Apud ARAÚJO, H. M. M. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p. 72.
- LA HURE, Conde de [V. L. Baril/Chabaud]. *L'empire du Brésil: monographie complète de l'empire sud-américain*. Paris: Ferdinand Sartorius, 1862. Citado por LANGER.
- LANGER, J. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 11, p. 35-53, 2001.
- LE GOFF, J. Centro/periferia. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (Org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imesp, 2002. v. 1. p. 201.
- LÉRY, J. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1941.
- MADRE DE DEUS, G. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo, 1797*. São Paulo: Livraria Martins, 1953.
- MARIZ, V.; PROVENÇAL, L. *Villegaignon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Nova Fronteira, 2000.

- MARTINS, M. L. História regional: novos temas nas aulas de História. São Paulo: Contexto, 2010. p. 143.
- MATTOZZI, I. A história ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva? *Revista Estudo da História (APH)*, n. 3, out. 1998.
- MENDES, A. O rei do candomblé nas páginas da revista: Joãozinho da Goméia em *O Cruzeiro. Recôncavo: Revista de História UNIABEU*, v. 4, n. 6, p. 58-78, jun. 2014.
- METRAUX, A. *História dos Tupinambás*. Rio de Janeiro: Brasiliana/UFRJ, 1950.
- MIRCEA, E. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- NEVES, J. História local e construção da identidade social. *Revista Saeculum*, UFPB, p. 22, jan./dez. 1997.
- NIGRA, C. da S. A antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu, RJ. *Revista do IPHAN*, n. 7, 1943.
- NOVAIS, F. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 378.
- OLIVEIRA, F. S. O lúdico como instrumento facilitador na aprendizagem da educação infantil. UCAM, 2010. Artigo.
- OLIVEIRA, T.; NUNES, M. Análise iconográfica: um caminho metodológico de pesquisa em História da Educação. *Revista Contrapontos – Eletrônica*, v. 10, n. 3, p. 307-313, set./dez. 2010.
- PACHECO, P. H. S. Fazenda São Bento do Aguassu: novas abordagens. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Artigo.
- PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PAULA, M. A. N. R.; Carvalho, A. D. P. O gênero pasta textual folder a serviço da educação ambiental. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 2014.
- PCN – BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- PEZO-LANFRANCO. Povos construtores de sambaquis tinham uma dieta sofisticada. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: .20/11/2024.
- PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira: os sambaquis marítimos*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- QUINTILIANO, A. *A guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Refer, 1968.

- RODRIGUES, W. Um retrato de Joãozinho da Goméa. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, UNIGRANRIO, ano 6, v. 1, n. 2, art. 41, 2019.
- SANTANA, M. A. T. A história local como contribuição para a formação dos discentes. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 5, ed. 10, v. 13, p. 56-89, out. 2020.
- SANTOS, F. B. O ensino de História na formação da consciência histórica: um estudo com alunos do ensino fundamental na cidade de Ibatí-PR. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- SILVA, R. F. *O Rio antes do Rio: a Guanabara tupinambá*. 5. ed. Belo Horizonte: Relicário, 2015.
- SOUZA, M. S. Escavando o passado da cidade de Duque de Caxias: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964). Niterói: UFF, 2002.
- SOUZA, M. S. *Olhares: breve história da ocupação humana no município de Duque de Caxias*. v. 1. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2007.
- SOUZA, R. C. L. A história local e as suas abordagens nas salas de aula da rede municipal de educação de Nova Friburgo. Niterói: UFF, 2016.
- STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- TAVARES, L. F. F. *Entre Genebra e a Guanabara: uma discussão política huguenote sobre a França Antártica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.
- TENÓRIO, M. C. *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- TENREIRO, A. *Duque de Caxias: o território e sua gente*. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Educação, 2009.
- TORRES, G. *Em busca da memória*. Rio de Janeiro: WAK, 2003.
- THEVET, A. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Edusp, 1978.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. v. 1. Madri: Imprensa de V. Dominguez, 1854.
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VALLE, V. Contribuições para uma revisão histórica da antropologia biológica no Brasil a partir da segunda metade do século XX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 12, n. 2, p. 517-533, 2017.
- VIEIRA, I. *Duque de Caxias cidade saudade*. Facebook, 26 mar. 2025. Disponível em: <http://facebook.com>. Acesso em: 20/11/2024.
- VYGOTSKY, L. S. *Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Scipione, [s.d.].
- VYGOTSKY, L. S. *Formação social da mente*. São Paulo: [s.n.], 1984.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: [s.n.], 1987.

ANEXO A - A feira Cientifico cultural

Anexos

A feira Cientifico cultural

- Prática de sala de aula invertida.
- Preparação para o produto didático , a Aula – Passeio e o Folder de Circuito Escolar – Oficinas.
- Aula de Maquetes – a Fazenda e a Capela - (figura 33)
- Aula de mapas –primazia Tupinambá- aldeias ancestrais(Figuras 38,39 e 40)
- Aula de Pré-história brasileira e local Sambaquis. Cartazes.(figura 34)
- Trabalho de grupo e pesquisa. (Figuras 35, 36 e 37)
- Aula com filme sobre Pré-Hstória. (figura 32)
- Todas estas atividades direcionadas ao Produto Didático: Aula Passeio e Folder.

Prática de sala de aula invertida (Oficinas)

Fonte: Carlos Maurício Rodrigues dos Santos – 2º semestre de 2024

figura 1 – Aula de vídeo

Figura 2 – Aula de Maquetes

Figura 3- Aula de Cartazes



fonte: Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em março e abril de 2025

Aula de Pré-história brasileira e local Sambaquis. Cartazes.

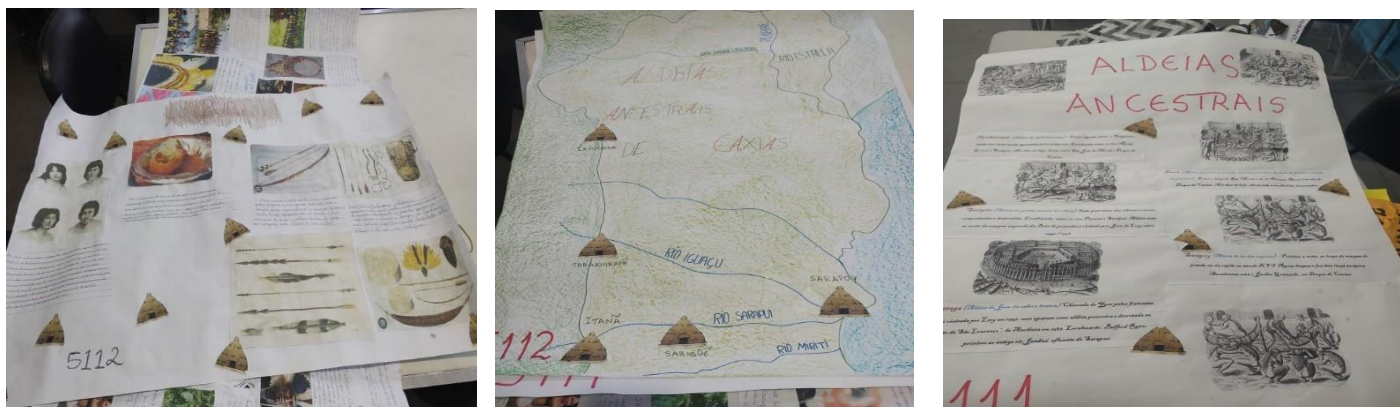
Figuras 4, 5 e 6.



Fonte: Carlos Mauricio Rodrigues dos Santos em março 2025

Aula de mapas –primazia Tupinambá- aldeias ancestrais

Figuras 7, 8 e 9.



Fonte : Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em junho de 2025

Todas estas atividades (salas de aula invertidas) , oficinas para Feira Científico–Cultural da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes e preparação para o Produto didático : a aula passeio com folder de circuito escolar.

Figuras 11 e 12 – Escadaria do morro da força a caminho do cemitério dos escravizados



Fonte : Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em 08 de agosto de 2025

Figura 13 - Descrição: Cemitério dos escravizados , ainda sem reconhecimento oficial



Fonte : Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em 08 de agosto de 2025

Figura 14 - Descrição: Fazenda dos beneditinos e posto do antigo telégrafo.



Fonte : Carlos Maurício R. dos Santos em 08 agosto de 2025

Figura 15 – Descrição : Visita ao núcleo colonial de São Bento



Fonte : Carlos Maurício Rodrigues dos Santos em 08 de agosto de 2025.